

**ESTRUTURA E PROCESSOS SOCIAIS DE REPRODUÇÃO
DO SABER POPULAR: COMO O POVO APRENDE?**

**Um estudo sobre os modos de reprodução do conhecimento.
Sobre estruturas e relações de ensino-e-aprendizagem entre
sujeitos e grupos populares responsáveis pela transferência do
saber de práticas produtivas e rituais**

Aurea Cristina Sampaio

Carlos Rodrigues Brandão

Elda Rizzo de Oliveira

Elisa Granda de Arruda Botelho

Geraldo Matheus Rogatto

Marta Maria Machado

Maria Filomena Gregori

Patrícia Sarti

Ronaldo Batata Simões Gomes

Rosângela Maria Nazzieiro

Wilma A. Silva

2º Volume

Campinas, março de 1983

OS MESTRES DA FOLGA E DA FOLIA

Carlos Rodrigues Brandão

Para Yara Moreyra, Patrícia Montemor e José Jansen.

Uma em Goiás, outra no Rio de Janeiro, outro e São Paulo,
amigos, foliões de letras e irmãos de fé das gentes da Folga e da
Folia.

O mestre tem que saber dos segredos todos.

Aladares, mestre de Folia em Goiânia

Eu eu digo o seguinte: todos aqueles que quiser aprender na doutrina, traga um caderno. Eu tenho o prazer de ensinar pra cada um, pois tenho certeza que o tempo não tá muito longo.

Messias, mestre de Aladares, mestre de Folia em Goiânia.

Isso é como se forma um mestre.

Um jongueiro em São Luís do Paraitinga.

Ele tinha o título de mestre. Porque aqui quem tem o título de mestre é quem faz as coisas mais bem feitas; então tem o título de mestre. O irmão dele era mestre Pedro e ele era mestre.

Dona Cinira em São Luís do Paraitinga.

Aprendi assim. Foi.

Mestre Donquinha, folião de Caldas, em Minas.

1. Uma Etnografia da Educação

Escrito através dos olhos do antropólogo e com os usos da lógica de sua ciência, este estudo sobre a reprodução social do saber popular é dirigido a educadores. No entanto, devo dizer de saída que não sei bem como convidar companheiros de trabalho, professores e outros profissionais da educação, a que viagem comigo a trilha das páginas seguintes.

Repito, elas falam sobre a Educação. Falam sobre situações, processos e pequenas estruturas de trocas de símbolos através dos quais flui o saber e o ensino do saber. Falam, portanto, sobre o trabalho social de ensinar-e-aprender. Mas o problema é que se o assunto parece nos ser tão familiar, os atores que entre cantos e danças o tornam aqui vivo e real, podem parecer distantes e estranhos. Espero que nem tanto e nem por tanto tempo.

Eis o desafio da viagem que nos aguarda: o que poderiam ensinar ao educador erudito alguns bandos viajeiros de foliões de Santos Reis e de dançadores folgazões do São Gonçalo, sujeitos roceiros dos sertões de Goiás, Minas e São Paulo, que convoco a que peregrinem, cantem, rezem, dancem e falem diante de nós? Ei-los, leitor, a seu modo nossos iguais em artes e ofícios: mestres da “Folga” e da “Folia”. Saberemos ouvi-los?

Entre 1972 e 1980, pesquisei algumas situações da vida e do trabalho de populações rurais do Centro-Sul do Brasil. Dois ou três estudos feitos em Goiás trataram de questões ligadas, por exemplo, ao sistema de relações familiares e produtivas do campesinato; às representações que lavradores migrados para a cidade faziam sobre o trabalho e o alimento; às imagens que sobre si mesmos possuíam negros de antigas cidades “do tempo do ouro”. Outros estudos foram mais sonoros. Estendidos depois a Minas Gerais e a São Paulo, eles fizeram perguntas sobre festas, rituais e símbolos do catolicismo popular. Primeiro busquei compreender alguma coisa a respeito da trama de trocas de serviços e significados que dançadores do congo e do moçambique, ou que foliões do Divino e dançadores da Santa Cruz e do São Gonçalo, estabeleciam entre si e entre eles e outros participantes de rituais e festas “de santo” do interior do Brasil. Depois ampliei um pouco o esquadro das perguntas

e investiguei relações religiosas de teor político dentro do que então aprendi a chamar de: “o campo religioso”¹.

Ora, ainda que naquele tempo as trocas populares de saber não fossem objeto de minhas perguntas, por toda a parte eu as encontrei. Aprendi a tratar alguns camponeses dançantes e cantadores com o nome de “mestre”. Assim os chamavam os seus “discípulos”, alunos que cantando e dançando com eles aprendiam. Aos poucos, sem muitas surpresas com o passar do tempo, fui percebendo que alguns métodos criativos de educação ativa eram costumeiros ali, ainda que nomes como os de Piaget fossem entre aqueles lavradores em festa mais desconhecidos do que o de algum planeta inexistente.

Por onde andei nunca vi espaços próprios e situações formais ou escolarizadas de ensino, mas aqui e ali encontrei inesquecíveis momentos de um persistente trabalho pedagógico, mesmo quando aparentemente invisível. Mesmo quando oculto atrás da força da evidência de outras práticas, como o trabalho de lavradores, os rituais coletivos dos dias de festa de povoado, ou os momentos de lazer das tardes roceiras.

No interior da família nuclear, nas redes tradicionais da parentela ou da vizinhança rural, dentro de equipes de trabalho coletivo e rotineiro, ou de trabalho popular especializado, deparei-me com diferentes situações onde o próprio ato do ofício é carregado do exercício ativo de fazer circular o conhecimento. De educar, portanto.

A mesma experiência que vivi conversando com lavradores dos fundos de Goiás, repeti conversando depois com agentes de rituais devotos. Todos estranhavam quando eu lhes perguntava quando e como aprenderam o saber e as difíceis habilidades do ritual de que eram parte – às vezes como um figurante entre muitos, às vezes como um “mestre”. Estranhavam a pergunta e demoravam a resposta. A entrevista que vinha fácil até ali, ficava então difícil. Quase sempre diziam que “desde menino” e que foi “vendo os outros fazendo”. Não foi, ou não foi somente assim. Quando a pergunta insistia, a memória popular desvelava situações onde houve momentos destinados a ensinar-e-aprender, dentro

¹ Trata-se de *Os Deuses do Povo – um estudo sobre a religião popular*. Brasiliense, 1980. Sobre a mesma questão recomendo ao leitor a leitura de *Gênese e Estrutura do Campo Religioso*, capítulo 2 de *A Economia das Trocas Simbólicas*, de Pierre Bourdieu, Perspectiva, 1974.

e fora do exercício do ritual. A memória do artista devoto recordava, então, que por simples que pareça o seu grupo de trabalho religioso, ele é uma equipe corporada de um ofício de especialistas. Ali há postos, hierarquias, e ali todos respondem por tipos diferentes de poder, de trabalho simbólico e de exercício do saber. A diferença faz a unidade e torna possível a equipe. Este fato descoberto aos poucos acabou me impressionando muito. Afinal, como todos os que aprenderam artes e ofícios em escolas eruditas, eu havia sido acostumado a pensar que ordem, distribuição racional do trabalho, hierarquia de postos e uma carreira profissional eram atributos dos lugares profissionais do meu mundo. Da escola ou de universidade, por exemplo.

Entre mestres e discípulos da Folga e da Folia não realizei mais do que uma primeira aproximação, apenas descritiva, aos processos sociais de reprodução do saber popular. Muitos outros mistérios foram deixados de lado. Para um estudo mais a fundo a respeito das origens dos dois ritos camponeses de que falo, prefiro remeter o leitor ao relatório de outras pesquisas². O pouco de história que cabe aqui, há de servir para ajudar a seguir o fio de uma questão intrigante. De que maneira uma “tradição religiosa” tida como essencialmente popular, foi pelo menos em parte trazida e divulgada por agentes eruditos e colonizadores?

Mais importante do que essa história é a descrição da estrutura interna das relações de poder/saber nas Foliás e entre dançadores do São Gonçalo. Daí para a frente o resto do caminho passa pelos lugares que nos interessam mais, leitor. O estudo a respeito do tipo de saber que entre si trocam os sujeitos rurais de quem falo aqui, e de como, no ofício do devoto, se aprende o saber da devoção, preferi fazê-lo a partir da análise de alguns casos. Em cada situação escolhida, através dos relatos de cada mestre, este ou aquele aspecto importante é chamado a explicar-se. Finalmente, para obter sobre o assunto algumas conclusões que acredito possam ser estendidas a outras situações de trocas de saber, procedi como acontece em alguns lugares do Centro-Sul do país. Reuni os mestres da Folga e da

² Alguns estudos foram publicados: *A Folia de Reis de Mossâmedes*. Cadernos de Folclore, FUNARTE/INF, 1977; *Sacerdotes de Viola – rituais religiosos do catolicismo popular em São Paulo e Minas*, Vozes, 1981; *A Dança de São Gonçalo – ritual religioso do catolicismo popular de camponeses do Estado de São Paulo*, Musices Aptatio – Collectanea Musicae Sacrae Brasiliensis, Institut Fur Hymnologische und Musikethnologische Studien, Roma/Maria Laach, 1981.

Folia, e tomando juntas as suas falas, atos de ofício e lições, procurei aprender e contar como acontece o seu saber.

O material etnográfico mais essencial foi obtido com o trabalho de campo dos dois últimos anos. Parte dele conversando com mestres e devotos em momentos dos dias de rotina. Outra parte, a mais rica e mais motivada, perambulando por ruas da periferia ou trilhas entre sítios e fazendas com “Companhias de Santos Reis”, durante os dias do ano em que eles partem “em jornada”. Reuni aos dados principais das pesquisas recentes alguns outros, fruto de viagens e contatos anteriores. Apenas três ou quatro vezes estive às voltas com grupos de Folia do Divino ou de São Sebastião. Por outro lado, ainda que várias vezes tenha varado noites entre dançadores folgazões do São Gonçalo, numa região paulista entre Atibaia e Piracicaba, foi junto a um dos mais notáveis mestres do saber popular – Antônio Teles – que obtive quase tudo o que aprendi sobre a dança.

Relaciono abaixo os grupos de trabalho religioso do catolicismo camponês pesquisados. Indico o tipo devocional do rito, assim como o estado, o município e o contexto rural/urbano onde o encontrei.

Ritual	Estado	Município	Contexto
Folia de Santos Reis	Goiás	Mossâmedes	Rural
	Goiás (hoje, Tocantins)	Guaraí	rural
	Goiás	Abadia de Goiás	Rural
	Goiás	Cidade de Goiás	Urbano
	Goiás	Goiânia	Urbano
	Minas	Caldas	Rural
	São Paulo	Jardinópolis/Jales	Rural/urbano
	São Paulo	Ilha Bela	Rural/urbano
Folia do Divino	Goiás	Mossâmedes	Rural
	São Paulo	Ubatuba	Rural/urbano
	São Paulo	São Luís do Paraitinga	Rural/urbano
Folia de São Sebastião	Goiás	Santo Antônio dos Olhos D'Água	Rural
Dança de São Gonçalo	São Paulo	Atibaia, Batatuba	Rural/urbano

Alguns anos de pesquisa geram dívidas com muita gente. Não dá para falar de todos. Os alunos da pequena equipe que constituímos na UNICAMP, para realizar os trabalhos da investigação sobre o saber popular, trouxeram idéias novas que fizeram amadurecer as minhas, ou que me obrigaram a revisá-las. Em várias reuniões estudamos juntos, discutimos nossas dúvidas e aprendemos uns com os outros.

Dizendo o nome de alguns mestres foliões e folgazões quero estender a todos o testemunho da alegria de tê-los conhecido. Um deles, Mestre Messias, de Goiânia, morreu moço, uma dessas mortes súbitas de pobre. Deixou um discípulo “formado”, Aladares, hoje “mestre e embaixador”. Os três irmãos, Bento-Nêgo, Bastião e Quim – que conheci num giro entre fazendas de Mossâmedes e que depois reencontrei em outro, em Abadia de Goiás. Afonso, violeiro e mestre em São Luís do Paraitinga. Lázaro, um dos mestres da “Folia da Renovação”, em Jardinópolis. Outro, que na doçura do trato lembra “a nação dos Bento” de Goiás: Joaquim F. Lopes, como se assina, Mestre Donquinha, como se diz em Caldas, Minas Gerais. Antônio Teles, folgazão notável do São Gonçalo. O que um dia disse: “aqui há mestres e o mestre dos mestres”. E depois calou humilde para que o silêncio me deixasse imaginar quem deles ele era.

2. Missionário, Índios, Camponeses

Há embaixadores, mestres de Folia, que preferem chamar ao seu *terno*: “Companhia de Santos Reis”. Só não evitam de todo o nome “Folia”, porque isso é impossível. Afinal, “Folia” – “Folia de Santos Reis”, “Folia dos Três Reis Santos”, “Folia dos Três Reis Magos” – é um nome consagrado. O recurso é explicar a quem pergunta que “Folia”, quando “de religião”, nada tem a ver com “folia”, “bagunça”, assuntos fora do sério e da devoção. Se em alguns momentos do “pouso” e do “giro” há alegria e até diversão na “jornada”, os foliões se consideram devotos e/ou promesseiros em “missão”. “Estamos aqui cumprindo uma obrigação que os Três Reis Santos deixou pra nós”. Ouvi isso vezes sem conta.

Acontece que de algum modo a Folia foi folia no passado e, de um tempo ou outro, de um a outro domínios de prática, oscilou entre a dança profana e o rito sagrado, entre a mascarada e a solenidade. Oscilou entre a praça, a nave das igrejas e os caminhos da roça, do sertão³.

Ritos com canto e dança foram comuns no cristianismo primitivo. Cristãos dançavam nas catacumbas. Coros de meninos vestidos de anjos cantavam e dançavam inclusive diante dos primeiros altares, em cerimônias de que saíam mais tarde as missas católicas. Uma carta aos gentios escrita por Clemente de Alexandria, morto em 216, descreve cerimônias de iniciação cristã com cantigas e danças de roda. Eusébio de Cesaréia, morto em 339, narra danças e hinos, tanto na cidade, quanto no campo, em louvor a Deus, festejando a vitória militar do imperador Constantino (Backman, 1952).

“Os cristãos costumavam dançar bastante nos primeiros anos da Igreja. Dançavam nos lugares de culto e nos adros das igrejas. Dançavam nas festas dos santos e nos cemitérios junto aos túmulos dos mártires. Homens e mulheres dançavam – diante do Senhor e uns com os outros” (Cox, 1974: 55)

Cantos e danças, comuns entre os primeiros cristãos, possivelmente guardariam memórias de rituais pagãos anteriores. No entanto, é inegável que, tal como em todos os ritos estudados pela Antropologia nas sociedades tribais, tivessem uma função pedagógica essencial. Antes de surgirem as escolas, são os lugares dos rituais os melhores espaços das trocas do saber. Dançando se sabe e cantando se ensina o saber da história e dos mitos da tribo.

No entanto, já no século IV, surgem controvérsias sobre o uso de danças nas cerimônias cristãs. São Basílio Magno, bispo de Cesaréia, primeiro aprova sem restrições cantos e danças em sua igreja. Depois as condena, porque no lugar da devoção piedosa começa a ver sensualidade. Teriam as próprias danças pascais a que se refere, incorporado através das mulheres a lascívia e a profanação? Ou teriam os olhos da hierarquia descoberto

³ “Mascarada” x “solenidade”: esta oposição entre cerimônias festivas é empregada aqui com o mesmo sentido que lhe deu Roberto da Mata em *Carnavais, Paradas, Procissões*, Religião e Sociedade, nº 1, maio de 1977; da mesma maneira como a oposição: sagrado x profano vem de Émile Durkheim e pode ser encontrada na *Introdução de les Formes Élémentaires de La Vie Religieuse*, PUF, 1968.

a semente de uma perigosa autonomia dos fiéis, nos gestos espontâneos da comunidade cristã?

“Durante o milênio seguinte, as autoridades da Igreja sustentaram uma luta desesperada, primeiro para garantir a compostura na dança, e depois, perdida essa batalha, para abolir a dança de vez. Século após século, bispos e concílios baixaram decretos, advertindo contra as variadas formas de danças que se executavam dentro e nos adros das igrejas. Mas elas perduraram. Por fim, em 1208, o concílio de Wurzburg declarou-as grave pecado” (Cox, 1974: 96)

O que acontece a partir de então na Europa Medieval vamos ver acontecer depois no Brasil. As proibições da hierarquia cristã não extinguem de todo os rituais com canto-e-dança da massa festiva de fiéis. Elas empurram o seu cenário para outros cantos de culto popular. Expulsos da nave dos templo, os devotos dançadores refugiam-se nos adros. Expulsos dali, vão para as praças, as ruas, as beiras de cidade, os campos. Alguns ritos de dança voltarão timidamente incorporados a procissões. Outros irão fazer parte dos festejos devocionais do que muito mais tarde veio a ser chamado de Catolicismo Popular⁴. Mas vamos por partes.

Sobretudo no centro-sul do país, o nome “Folia” aplica-se a um ritual religioso de grupos de viajeiros precatórios. Grupos de artistas devotos em nome de uma santidade de devoção coletiva, visitam casas onde recolhem dádivas, distribuem bênçãos, atualizam promessas e anunciam os festejos do “santo” em nome de quem se reconhecem “em jornada”: Folia de Santos Reis, Folia do Divino Espírito Santo, Folia de São Sebastião, folias de outros santos de devoção camponesa e tradição popular desde o Catolicismo Colonial⁵.

⁴ Cito Harvey Cox: “Nem mesmo essa interdição definitiva conseguiu abolir a dança religiosa. Proscritos do santuário, os dançantes foram para a praça, para o adro da igreja e de volta para o cemitério. Acompanhavam ao lado das procissões, ou tomavam até totalmente conta delas. Apareciam nas peregrinações. Animavam os dias de festa dos santos. Oculto com dança continuava também em movimentos cristãos fora do alcance dos decretos conciliares e se mantém vivo até o presente. Em congregações negras e igrejas pentecostais, o movimento rítmico não desapareceu jamais. “Avante, velhos, moços e moças”, reza e exortação do dirigente e shaker, há cem anos atrás, “e rendei culto a Deus, com todas as vossas forças, na dança”, Harvey Cox, *A Festa dos Foliões*, pg. 56, Vozes, 1974.

⁵ Algumas definições de Folia: “No Brasil a folia é bando precatório que pede esmolas para a festa do Divino Espírito Santo (folia do Espírito Santo), ou para a festa dos Santos Reis Magos (folia de Reis)” (Luís da Câmara Cascudo, *Dicionário do Folclore Brasileiro*, INL, 1962); “Tem o nome de Folia esse agrupamento

No entanto, Folia foi originalmente uma dança portuguesa, profana e macha, muito difundida nos séculos XVI e XVII. Uma dança ligeira, com adufes e cantos (Câmara Cascudo, 1962: 321). Mais tarde, as folias, purificadas de seus “excessos”, penetraram nos salões e, tal como as mazurcas mais ao norte da Europa, tornaram-se também danças de nobres. Ora, folias terão chegado ao Brasil pelas mãos do trabalho catequético dos missionários jesuítas. Desde cedo eles compreenderam a utilidade de incorporarem dramas, cantos e danças no ensino e nos rituais de catequese dos indígenas. “Façamo-los dançarem como nós, para que creiam como nós”. Criativos aqueles colonizadores. Texto do jesuíta Anton Sepp sobre o trabalho pedagógico da Igreja nas reduções jesuíticas dos índios guaranis.

... tomo a lição dos dançarinos e lhes ensino algumas danças, como as costumamos apresentar em nossas comédias, e como são apresentadas nas igrejas da Espanha por ocasião das grandes festas. Aqui é particularmente necessário entusiasmar os descrentes com coisas semelhantes e despertar-lhes e gravar-lhes, como o aparato litúrgico, uma inclinação natural para com a religião cristã (apud. Moreyra, 1979: 5).

A musicóloga Yara Moreyra lembra que as procissões portuguesas, e mais ainda as que os jesuítas promoviam, eram verdadeiros teatros espetaculares ambulantes. Havia carros alegóricos, representações em movimento e, por certo, “danças e invenções” (Moreyra, 1979: 5). O leitor não se espante, portanto, quando José Ramos Tinhorão aponta as solenes procissões cariocas e baianas dos séculos XVII, XVIII e IX, como uma das origens das escolas de samba do Carnaval⁶.

A Folia como dança “de fundo religioso, mais uma manifestação paralitúrgica que profana”, é mencionada por Manoel da Nóbrega em 1549. Em uma carta ele descreve uma procissão de Corpus Christi onde já havia “danças e invenções à maneira de Portugal”.

Autos litúrgicos medievais representados, cantados e dançados no interior das igrejas, foram levados à Península Ibérica. Em Portugal e na Espanha, surgem inúmeros

que anda de fazenda em fazenda, a pé ou a cavalo... são elas as Folias de Reis, que vão de 25 de dezembro a 6 de janeiro” (José Teixeira, *Folclore Goiano*, Cia Ed. Nacional, 1959).

⁶ Do mesmo modo como em um estudo anterior, o presente documento deve muito a dois textos da musicóloga goiana Yara Moreyra. Um deles é *Folias Mineiras em Goiás* (mimeo, 1978) e, o outro é: *De Folias, de Reis e de Folias de Reis* (Instituto de Artes da UF Goiás, mimeo, 1979).

autos natalinos a partir dos séculos XV e XVI⁷. Autos populares piedosos eram então compostos de breves diálogos ingênuos, pastoris, entremeados de *vilancicos*, pequenos cantos que, perdidos mais tarde dos textos de teatro erudito, difundiram-se no meio do povo, tanto em Portugal quanto no Brasil. Serão a origem da memória do modo como se canta até hoje a Folia de Santos Reis? (Moreyra, 198:14).

Yara Moreyra estebelece uma curiosa analogia entre cerimônias de visitação de pessoas ilustres aos aldeamentos de indígenas no Brasil (leia-se: visitas de autoridades da Igreja ou da Coroa), e o ritual roceiro da chegada das folias de Santos Reis nas casas de “pouso”. Num drama composto por José de Anchieta para a ocasião de tais visitações, o visitante ilustre era recebido à distância da aldeia e levado a ela em um festivo cortejo processional “com canto, música ou dança, até o adro da igreja”. Ali, depois de cenas paralitúrgicas, mas devotas, o auto encerrava-se com bênçãos e despedidas. Algumas vezes danças aconteciam, seja no final do 1º, seja no final do último (Moreyra, 198: 25 e 26)⁸.

Das aldeias e da catequese para fora delas, autos piedosos e cortejos processionais com cantos e danças migraram para as festas de povoados e cidades. Invadiram, portanto, igrejas e procissões durante festejos de santos padroeiros (São Gonçalo é um exemplo, o “Divino”, reduzido de divindade a santo protetor, é um outro), ou as grandes festas do calendário litúrgico: as do Natal, da Páscoa, de Pentecostes, do Corpo de Deus.

Os destinos dos ritos se separam. Em alguns, como na Função de São Gonçalo, sobra a dança que sucede a pequena procissão caipira e uma reza ao pé de um altar rústico. Em outros, como na Folia de Reis, é justamente a dança o que desaparece. Em ambos os casos, os dramas piedosos que cantos e danças serviam para introduzir ou dividir em atos, foram como o tempo sendo reduzidos, ou mesmo desaparecendo, deixando vivos apenas

⁷ Yara Moreyra cita alguns autos de piedade popular que da Península Ibérica terão vindo como os missionários jesuítas para o Brasil: Auto do Nascimento e la Huida (para o Egito), de Gomes Manrique; Auto da Sibila Cassandra (tematicamente relacionado com o Ordo Prophetarum), Auto de Mojica Mendes, Auto Pastoral Castellano e o Auto dos Reis Magos, todos de Gil Vicente (De Folias, de Reis e de Folias de Reis, pgs. 12 a 14). Cito Luís Felipe Baêta Neves: *Cantos, músicas e danças* foram, nas Aldeias, muito empregados, sendo julgados os meios mais eficientes para prender a atenção a ‘indiada’ – o que já era um grande mérito – daí levada a um entendimento considerado de maior valor espiritual” (*O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios* – colonialismo e repressão cultural, Forense Universitária, 1978. A respeito do assunto recomendo ainda ao leitor a leitura do *Estudo Introdutório*, escrito por Armando Cardoso para *Teatro de Anchieta* (Loyola, 1977).

⁸ Assim, ver em *De Folias, de Reis e de Folias de Reis*, pags. 27 e 28.

cantos e ou danças, ao lado das “rezas” costumeiras. Autos populares até hoje existem em outros rituais, como nos de festejos a padroeiros de negros: São Benedito, Nossa Senhora do Rosário e alguns outros⁹.

A Igreja romanizada dos fins do século XIX, lutou por varrer dos templos e das procissões a tradição católica anterior – ibérica e colonizadora – de representar a religião através da memória dramatizada dos fatos religiosos, com diálogos, cantos e danças¹⁰. No caso do Ciclo de Natal, o resultado deste lento e difícil trabalho “purificador” levado a efeito pela hierarquia católica, foi a transformação, aos poucos, do sistema antigo de ritos solenes, em uma seqüência de atos religiosos oficiais – cujo centro é a Missa do Galo – desvestidos de quase tudo o que se fez no passado.

Em alguns lugares, a um canto do templo ficam presépios que as crianças visitam e onde deixam alguma esmola “pro Menino Jesus”, esquecidas dos autos, cantos e danças que os seus ancestrais devotos viveram há muitos anos atrás. Ou que ainda se vive, lá nos recantos de refúgio para onde foram, varridos da igreja para o adro, do adro para a praça do centro, dali para os quintais da periferia, de lá para os terreiros dos ranchos da roça. Os rituais devotos que a memória camponesa não deixou morrerem.

Em mãos de agentes populares da religião – rezadores, capelães, mestres rituais – cerimônias como as folias e as folgas: a) tenderam a reorganizar-se através de pequenas confrarias estáveis de praticantes; b) acrescentaram e depois tornaram fundamentais ritos de peditório de esmolas, pagamento de promessas e trocas solidárias de bens, serviços e símbolos. Migrando de um sistema religioso hierarquizado e erudito, para um sistema comunitário e popular de devoção católica, as danças de folia dos autos da Igreja tornaram-se longas viagens de Folia, sem folias. Explico-me.

⁹ Em Goiás, São Paulo e Minas Gerais, fiz alguns estudos sobre devotos dançadores do Congo e do Moçambique. Eles estão em *A Dança dos Congos da Cidade de Goiás* (Folclórica, nº 6, Goiânia, 1976); *Sacerdotes de Viola*, nos capítulos 5 e 6; *A Festa do Santo de Preto* (Goiânia, 1975, mimeo).

¹⁰ Entre muitos, recomendo ao leitor alguns estudos em que a questão é discutida: Edison Carneiro, *A Dinâmica do Folclore* (Civilização Brasileira, 1965) e, especialmente, *Ladinos e Crioulos* – estudo sobre o negro no Brasil (Civilização Brasileira, 1964); Fritz Teixeira de Salles, *Associações Religiosas no Ciclo do Ouro* (Universidade Federal de Minas Gerais, 1963); José Ramos Tinhorão, *Música Popular de Índios, Negros e mestiços I* (Vozes, 1972); Julita Scarano, *Devoção e Escravidão* (Cia. Editora Nacional, 1976).

Deixando de ser um “drama litúrgico” de pedagogia catequética, as Folias de Santos Reis perderam a estrutura de auto piedoso. A representação da visita dos Três Magos do Oriente ao Menino Jesus, tão comuns nos autos piedosos de Gil Vicente e Anchieta, tomou um outra forma. Agora, uma longa jornada de 7 a 13 dias de duração (de 1º a 6 de janeiro, ou de 25 de dezembro a 6 de janeiro) entre casas de moradores devotos, tornou-se ela própria um *auto sem drama*. Tornou-se uma réplica popular do acontecimento evangélico, sem danças e sem partituras de teatro religioso.

A Companhia de Santos reis solenemente sai de casa – a do “mestre da companhia”, a de um promesseiro, a do “folião do ano”, ou uma outra qualquer. Ela viaja se possível “de Oriente para o Ocidente”, entre casas “do giro”, e “do pouso”. Nas primeiras, os foliões cantam apresentando-se como viajeiros de uma devoção: pedem esmolas para a Festa de Santos Reis, cantam agradecendo e distribuindo bênçãos. Quando o “dono da casa” ou outra pessoa qualquer solicita algum serviço religioso extra (a reza de um terço, um “cantorio” diante de um presépio armado), o grupo ritual cumpre o pedido como parte dos seus deveres. Nas casas de pouso, os foliões almoçam ou, já à noite, jantam e dormem. Ali são mais frequentes os outros serviços religiosos ou as funções festivas, como os cantorios de “benedito de mesa” (após as refeições), longas rezas de terço e danças da região (catiras, forrós, chulas, viadeiras, entre as que conheci em Goiás). Na tarde do dia 6 de janeiro, o grupo de viajeiros chega ao lugar antes tratado para a Festa de Reis. Ali, repetem-se, redobradas em tempo e solenidade, as seqüências de anúncio da chegada, distribuição de bênçãos, rezas. Diante de um presépio armado para a festa – uma “lapinha” – os viajantes da Companhia de Santos Reis completam os cantos e as rezas da “adoração”. Mais do que em outros momentos, eles são assistidos pelos “donos da casa” – os festeiros – por devotos e outros acompanhantes. Entende-se que, simbolicamente, “os Três Reis chegaram em Belém”, e, uma vez mais, cumpriram o rito de adoração ao “Menino Jesus”, o que encerra a seqüência religiosa dos dias “de jornada”. Uma “adoração” completa, conduzida por um mestre experiente, pode durar entre duas e três horas de “reza e cantorio”. Depois dela, todos comem, bebem e dançam. Com isso completam o final da Festa de Santos Reis. Folias de outros padroeiros observam os mesmos passos.

Assim, todos os anos, em inúmeros recantos do país repete-se um festejo devoto que incorpora crenças e cultos, idéias e atos coletivos de diferentes origens. Uma dança inicialmente popular e profana associa-se a autos dramáticos também populares em sua origem. A dança de folia passa pelo salão dos nobres e os autos pela nave das igrejas medievais. Dramas de piedade cristã com versos e danças são trazidos ao Brasil pelos missionários jesuítas. Fazem parte do repertório do teatro catequético e, portanto, são impostos aos indígenas aldeados pela Igreja. Dos aldeamentos indígenas espalham-se pelos ciclos das festas de povoados e cidades da Colônia. Tornam-se parte da vida das confrarias e irmandades religiosas de todo o país. Dramas da “Vida de Cristo” ou da “Vida dos santos” coexistem com os ritos oficiais da religião, seja nas igrejas, seja nas procissões. Vistos com desconfiança pelos bispos renovadores do período de romanização do catolicismo brasileiro, ritos com cantos, danças e dramas piedosos – mas, é preciso dizer, em muitos casos fervorosamente festivos e barulhentos – são aos poucos expulsos do interior dos templos e das procissões para o adro, a praça, a periferia pobre das cidades e, daí, para as estradas e terreiros do mundo rural¹¹.

Para todos aqueles a quem interessa a questão de como se cruzam fragmentos do que tradicionalmente chamamos cultura erudita e de cultura popular (indígena, camponesa, operária), a curta narrativa feita até aqui pode conter algumas lições. A Igreja Católica apropria-se de elementos de um saber popular – cantos, danças, versos, autos – que ela reescreve e dota de outras funções, como a de catequese de índios e mais tarde, de negros escravos trazidos da África. Quando o repertório de crenças e cultos trazidos pela Igreja é apropriado por confrarias e irmandades de leigos devotos e, assim, estabelece espaços simbólicos de prática religiosa relativamente autônoma, frente ao poder de controle da hierarquia eclesiástica, os funcionários da Igreja primeiro se retiram de tais tipos de saber e prática devocional e, depois, proclama a sua ilegitimidade. Eles são redefinidos como formas marginais de crenças e cultos profanadores do saber e do trabalho religioso exercido pela Igreja, através dos seus agentes oficiais. O imaginário e o trabalho simbólico populares

¹¹ No caso, como em outros inúmeros rituais semelhantes, algo potencialmente sempre perigoso do ponto de vista simbólico, e concretamente sempre ameaçador do ponto de vista social. Sujeito, portanto, a regras rigorosas de evitação. Volto ao assunto muitas páginas adiante.

recriam o aprendizado feito e o transformam no *corpus* religioso dos seus sistemas comunitários de devoção católica.

O ritual votivo da Folia de Reis é apenas um exemplo do que acontece com inúmeros outros. Sobrevivente em redutos de cultura camponesa, multiplica-se entre incontáveis equipes, grupos e confrarias de foliões. Unidades populares de trabalho religioso; equipes estáveis de especialistas camponeses que realizam uma fração do trabalho popular de fazer com que circule *na* comunidade e *entre* comunidades rurais (depois urbanas, quando o lavrador começa a migrar para a beira das cidades) o saber coletivo de crenças de fé, ritos de piedade e regras de vida.

Modalidades complexas de saber e de trabalho religioso que, para serem exercidos todos os anos entre os últimos dias de dezembro e os primeiros de janeiro, precisam ser ensinados-e-aprendidos. Precisam ser codificados e desigualmente distribuídos entre mestres, contra-mestres e discípulos foliões dentro de uma ordem popular de exercício coletivo, cujo conhecimento nos espera algumas linhas adiante.

3. Mestres, Contramestres, Foliões e Folgazões

Vista à distância, a “Companhia” de camponeses que jornada em nome dos “Três Reis Santos” parece um *bando*, um *bando errante*. O depoimento de Luís da Câmara Cascudo.

No Brasil, a folia é bando precatório que pede esmolas para a Festa do Espírito Santo (folia do Espírito Santo) ou para a Festa de Santos Reis Magos (folia de Reis) (1962: 321)

No entanto, ela não é um bando errante. Longe disso, é um grupo corporado de trabalho religioso. Aqueles que volta e meia tomam, por algum motivo, os caminhos de terra das estradas das roças do país, podem ao acaso dos janeiros topar com pequenos grupos de três a cinco pessoas que se acompanham de pelo menos uma bandeira, duas violas, um pandeiro e uma “caixa”. Como supor que possa haver ali uma organização interna que chega a ser muito complexa quando o grupo é maior, como entre as companhias

que Zaíde de Castro e Araci do Prado Couto encontraram no Rio de Janeiro, com 24, 25 e até 35 personagens (1959: 21)? Mas até mesmo quando o “bando” é muito pequeno, como costuma acontecer com as companhias de Folia do Divino Espírito Santo, existe ali uma distribuição de trabalho que atribui a cada devoto folião uma posição hierárquica e um lugar próprio no ofício de “foliar”. Cada personagem do ritual comanda e obedece de acordo com o seu posto: embaixador (também: capitão, chefe, mestre, guia), contra-mestre, alferes, gerente, folião palhaço (também: gigante, boneco, bastião). Cada um toca, canta, reza ou representa de acordo com o seu papel de devoto-artista: a) o das diversas vozes e desempenhos, como a 1ª voz, a resposta, o contrato, a seguinte, e assim por diante; b) o dos instrumentos do ritual, como violas e violões, pandeiros, acordeons ou sanfonas, rabecas, caixas e pandeiros¹².

Ainda quando a situação de um personagem é grotesca e parece absolutamente improvisada, como a dos palhaços (que em tudo parecem profanos, profanadores e, portanto, opostos aos piedosos foliões), ela é tão rigorosamente regida por um código de preceitos, quanto a de qualquer outro figurante. Como toda a jornada entre estradas e casas é entendida como um longo rito que em tudo imita “a viagem dos Três Reis Santos a Belém”, todos os momentos do “foliar” são codificados: caminhar pelas estradas; encontrar outras “bandeiras” (outras equipes de Folia) pelo caminho¹³; entrar em cada casa de “morador” (na verdade, em cada um dos espaços nominados da casa, muitas vezes: a porteira, o arco, a varanda, a sala); proceder dentro de cada casa, no interior e fora dos momentos propriamente religiosos do ritual; cantar e dançar nas casas de pouso; chegar ao local da festa e proceder ali.

¹² Nomes, títulos de figurantes, funções específicas de cada cargo no ritual, relações internas de saber e poder, distribuição do trabalho artístico, tipos de instrumentos, regras e princípios de regras do rito, tudo varia de região e, não raro, de Companhia para Companhia, de “sistema” para “sistema”. Mas em qualquer caso, em qualquer lugar, tudo gira em torno a um *mestre, capitão, embaixador, chefe, guia*, ao mesmo tempo o responsável pelo “terno” e o seu principal ator. Os próprios mestres estabelecem as grandes diferenças entre modelos de organização da Folia de Reis, não raro dando o nome de “sistema”, associando a um estado ou uma região, a cada tipo de variação. Fala mestre Messias, de Goiânia: “o sistema de Folia é Goiano, Maranhense e Mineiro; é quase tudo o mesmo ritmo. Agora, Paulista, Cuiabano já é diferente”.

¹³ O fato de que de antemão todo o trajeto da Folia de Reis seja pré-determinado, associado ao fato de que, em cada casa do “giro” ou do “pouso”, entre as inúmeras de uma “jornada”, haja uma contracena completa entre os devotos viajadores e os moradores, devotos e promesseiros, ajuda a pensar que, mais do que um grupo errante de artistas camponeses, o ritual da Folia venha a ser todo um espaço rural (ou já urbanizado, quando na periferia de cidades) redefinido simbolicamente e socialmente para / pelo trabalho religioso que ali se realiza durante um período de tempo igualmente re-escrito entre regras, símbolos e imaginários religiosos populares.

Uma Companhia de Santos Reis é, ao mesmo tempo, uma *confraria ambulante de devotos* hierarquizados de acordo com posições tradicionais regidas por princípios de saber/poder, e uma *equipe de artistas populares* (cantadores, instrumentistas, atores). Procuremos conhecer a divisão de postos e atribuição de tarefas no ritual. É através dela que fluem as relações de ensino-e-aprendizagem cujo conhecimento é, afinal, o objeto de nosso estudo, leitor.

O mestre, o embaixador

A variedade de nomes com que se designa o chefe da Companhia ajuda a explicar as dimensões de seu trabalho. Ele é o *mestre* que sabe e ensina, é o *capitão* que comanda a equipe e é o *embaixador* que a representa. Bastião Bento dizia em Goiás: “A Folia é o mestre”. Coisa que ele mesmo nunca quis ser, e explicava:

“Já fiz de tudo na Folia e não sei fazer nada. De formas que eu já girei como requinteiro e até hoje eu prefiro mais requintar do que ajudar lá na frente. É que a minha voz não dá”.

Mas esta é uma outra história. O mestre é, ao mesmo tempo, o “dono da companhia”, o responsável pela qualidade de seu trabalho e o seu principal artista. Ele criou o grupo, recebeu-o por herança de um pai ou outro parente consanguíneo mais velho, ou então subiu passo a passo os “encargos” da Folia até tornar-se *mestre*. A cada ano o mestre agencia o grupo ritual e decide uma vez mais a “jornada da Folia”, acertando com os moradores da região da jornada os lugares de “giro” e dos “pousos” de almoço e dormida. Acerta com o festeiro do ano sobre a Festa de Santos Reis. É muito comum o mestre ser procurado por moradores do lugar, devotos e promesseiros que se alistam como festeiros, ou que apenas querem que a Folia passe por suas casas durante a jornada.

Veremos adiante que o mestre é um professor rústico. Um especialista religioso sobre quem recai, como uma das suas tarefas mais essenciais, a de formar um grupo corporado de artistas-devotos; transferir a seus membros, diferencialmente, o seu saber, mantê-los coesos e submissos ao código do ritual e, finalmente, distribuir entre posições e comandos o trabalho a sua equipe de foliões. Eles detém o poder do “capitão” porque sabe,

como um mestre – e apenas um mestre de Folia o saberá assim – todo o saber sobre as artes, os fundamentos e as regras do ritual que os outros artistas-devotos conhecem de modo fragmentado. Antes e depois dos dias de jornada, o mestre providencia ensaios, quando julga isto necessário. Muitas vezes vi, durante este ou aquele momento da “apresentação da Folia”, um mestre corrigindo um “companheiro”, ensinando alguma coisa ou repreendendo uma conduta indevida.

Nos “cantorios” da Folia é sempre o mestre (a não ser quando ele delega por instantes a tarefa a um outro) quem “tira” a música. Ele canta sozinho o que os outros responderão depois, repetindo os seus versos da quadra, ou completando-os com os seguintes¹⁵. Por isso, espera-se de um mestre que ele seja a memória do rito. Que saiba o “repertório da Folia”, ou que seja capaz de improvisos de artista. Voltaremos a essas questões mais à frente. Por agora antecipemos uma fala em que um embaixador descreve, no que vai fazer, aquilo que sabe.

“Lá é uma entrega simples, porque é um voto, não é diretamente um reinado. É uma Entrega muito simples, mas na simplicidade dessa Entrega eu vou fazer uma Adoração (cantorio solene diante de um presépio) justamente completa perante uma parte do Velho Testamento e outra parte do Nascimento de Cristo; e a outra parte pequena da Adoração dos Três Reis. Quer dizer, como também tem uma partilha da Apresentação de Jesus no Templo, pra que de cada parte eu apresente pelo menos três versos, que é um dever doutrinal do folião. Então, depois que eu terminar essa parte, essa saudação, aí, agora, eu vou citar a humildade do penitente que está cumprindo o seu voto, pra que seja cumprido e receber a santa bênção divina sobre a terra, ajoelhando depois que ele receber a santa bênção. Naquele momento que ele tá recebendo, todos ajoelhamos porque são palavras que principalmente nós foliões temos que ter grande reverência...”

¹⁵ A “Folia de Reis da Vila Vicentina”, em Caldas, Minas Gerais, reúne hoje pelo menos cinco mestres de outras antigas companhias da região. Todos os anos eles saem juntos, em um mesmo terno, entre 31 de dezembro e 6 de janeiro. Tratam-se a si mesmos e são chamados pelos outros como “mestre” e repartem coletivamente momentos do trabalho de direção do grupo de devotos, ocasião em que os outros mestres assumem papéis coadjuvantes. Qualquer um deles sabe fazer o que os seus pares sabem, e não parece haver qualquer hierarquia entre eles, embora todos tributem respeito maior a mestre Porfírio, o mais velho. Algo que poderia ser impensável em outros ternos, é rotineiro em Caldas. Dependendo das condições e da disposição dos mestres, resolve-se sem cerimônias quem comandará o grupo e “dirigirá o cantorio”. Em uma das casas, quando pelo tempo em que “tirava” sem parar as quadras do “peditório”, um mestre começou a perder a voz, um outro o substituiu no meio de um verso e passou a dirigir o grupo. De outra feita, antes de entrarem em outro sítio, foi escolhido “na sorte” qual seria o mestre do cantorio ali. A escolha foi feita por meio de palitos de fósforos semi-escondidos na mão de um deles e “cantou na primeira” aquele que tirou o palito cortado ao meio.

(Mestre Messias, de Goiânia, explica as partes do ofício que cantará em uma casa onde há pessoas com “voto” para pagar).

O Contra-Mestre, contra-guia

Algumas vezes não tem este título, mas apenas o da voz com que canta: “segunda”, “resposta”, aquele que via de regra responde aos versos entoados pelo mestre, antes que a seguir os devotos de outras vozes completem versos de cada quadra do “cantório”. Ele é o substituto e o auxiliar imediato do embaixador e, por isso mesmo, deve ser aquele cujo conhecimento mais se aproxima do saber do mestre, de quem é o mais atento aprendiz. Não é indispensável que um folião seja antes um contra-mestre para chegar depois ao posto de comando de uma Companhia de Santos Reis. Mas esta é a regra geral e alguns mestres de Folia chegam a acreditar ser impossível que alguém venha a ser um bom mestre sem ter antes estagiado durante alguns anos na posição de contra-mestre.

O Alferes da Bandeira, o Gerente, o Regente

Não há “Companhia de Reis” sem o seu mestre e sem um contra-mestre. Mas daí para baixo nem todas possuem completos os cargos de trabalhos ritual ou de controle da conduta dos foliões. Algumas vezes o contra-mestre divide com um alferes da bandeira a função de auxiliar direto do mestre. Outras vezes ambos podem receber o nome de *gerente* ou *regente* – sem dúvida inovações que trazem para o trabalho religioso tradicional do campesinato sinais da ordem profana e dominante – e a tarefa de “zelar pela disciplina” do grupo (Moreyra, 198: 32).

O mestre designa o gerente e descansa do trabalho de controlar a conduta da equipe de devotos. O gerente reúne os foliões antes da “saída” e lembra as regras da Folia. Durante o giro, chama a atenção dos viajeiros e de acompanhantes que, seja na estrada, seja em alguma casa, fogem por momentos das normas prescritas e consagradas pelo uso¹⁶.

¹⁶ Assim, Bastião Bento, notável requinteiro e respeitadíssimo gerente de Folia faz avisos de regras em Mossâmedes, antes da saída de um giro: “Meus senhores, chegou a hora de eu fazer o meu pedido sobre o

Folia alguma “gira em jornada” sem a sua bandeira: a “guia”. Ela vai à frente de todos e é o principal, senão o único símbolo de devoção coletiva do ritual de Santos Reis ou do Divino Espírito Santo. Quando há personagens em número suficiente, um alferes de bandeira carrega a “guia” durante todo o trajeto, a não ser quando algum devoto promesseiro pede para conduzi-la por um dia ou dois, em pagamento de um “voto valido”. Muitas vezes ele não tem outro papel a não ser o de levar a bandeira em jornada e, depois, guardá-la em casa de um ano para o outro¹⁷.

O Folião: Devoto e artista

Em “jornada” os foliões não se confundem em nada com grupos de romeiros. São devotos-artistas, não romeiros-devotos, ainda que o seu ritual de culto coletivo seja também uma viagem. Na romaria e na procissão o que se tem é uma pequena massa provisória de fiéis. Na Folia há, repito, uma equipe estável de devotos-artistas.

Há uma outra diferença essencial. Nas procissões, a divindade ou os santos padroeiros deslocam-se, nos seus andores, com os caminhantes. O sagrado é conduzido pelos que andam. Nas romarias, a massa de devotos parte em busca do lugar santo; os homens é que vão a Deus ou aos santos, que os esperam no final de uma viagem, muitas vezes longa e penosa. A idéia é de Roberto da Matta e pode ser instrutiva aqui (1980: 80, ver também em Victor Turner, 1975: 166 a 230). No entanto, na procissão ou na romaria o

sistema da Folia. Quer dizer que o sistema é o mesmo, somente aumentando mais o respeito, quanto mais não cabe. Nós vamos fazer o possível pra todos os folião – aliás todos, mas os empregados principalmente – estando presentes todas as horas necessárias da cantoria. Todos arreunidos pra não ser preciso (em) todas as casas ficar chamando cada um, de um em um. Cada um recebeu os seus instrumentos pra tocar. Vai ter uma responsabilidade até o dia 5, pra não faltar nem o instrumento nem o companheiro na luta. Não ficar companheiro pra trás. Não ficar pela estrada. Vamos cumprir a Folia conforme os preceitos. E, então, um companheiro que atrasa pode fazer falta numa hora necessária, eu não vou chamar a atenção da companheirada não. Eu quero que os companheiros vai saber o pedido que eu estou fazendo, pra não por companheiro sem graça. Aqueles que já sabe o sistema deve esclarecer (os outros). Outra coisa, a música pelas estradas não é interessante. Nós vamos girar a estrada em silêncio, deixando de tocar instrumento. Então, quer dizer, estando tudo em silêncio, quando vê, é a Folia” (então, quando outras pessoas pelo caminho virem o grupo, saberão que é a Folia de Reis). (*A Folia de Reis de Mossâmedes*, pags. 17 e 18, com algumas pequenas revisões).

¹⁷ Conforme está em *Folias de Reis*, de Zaíde Maciel de Castro, pag. 19.

espaço coberto com o santo, ou em sua direção, é de algum modo sacralizado. Nesse sentido, folias camponesas são um rito mais próximo da romaria do que da procissão. Levando uma bandeira, que não raro é identificada com o sagrado e à qual são atribuídos poderes de eficácia simbólica, os foliões partem em busca de um presépio – “nós vamos em jornada de Oriente pra Ocidente em busca da Lapinha de Belém”, se diz e se canta – no local da festa. Ali a folia faz a “Entrega” e conclui solenemente o trabalho de mais um ano do seu ritual votivo¹⁸.

De Goiás a São Paulo, ouvi vários mestres repetindo com palavras diversas os mesmos preceitos. Quando uma pessoa faz uma promessa aso “Três Reis Santos”, deve cumpri-la patrocinando uma Festa de Santos Reis; oferecendo um pouso à Folia; dando esmolas em dinheiro ou prendas de leilão; mandando rezar um terço em sua casa por ocasião da passagem de uma Folia; ou acompanhando por um dia, dois, ou uma jornada completa, a viagem dos foliões.

Caso o voto comprometa o fiel com uma participação mais estável, será necessário: 1º) que ele encontre uma Companhia com um lugar vago de trabalho artístico; 2º) que ele tenha, ao mesmo tempo, o “dom” de folião e a habilidade para cantar e tocar algum instrumento. *Estar na Folia* como devoto promesheiro ou acompanhante festivo, “é uma coisa de religião, de devoção da pessoa”. Assim em disse uma vez mestre Cícero, que levou com a família mineira uma Companhia completa de Folia de mudança para Guaraí, no Norte de Goiás. *Ser da Folia*, como um personagem do grupo, é uma questão também de “dom”, palavra que mestres e foliões usam a todo momento para explicar porque, fora os motivos da fé, estão ali “em jornada”. É preciso ter *devoção* para ser um fiel acompanhante, um festeiro de Santos Reis, um morador que por uma noite abriga a viagem da Folia. Mas é indispensável ter o dom, o patamar natural sobre o qual se equilibra o saber do artista, para ser um folião. É esta peculiaridade o que desenha a outra face do artista devoto de tantos

¹⁸ Alguns estudos fundamentais a respeito de peregrinações e romarias: Maria Cecília França, *Pequenos Centros Paulistas de Função Religiosa* (USP, 1976); Rubem Cesar Fernandes, *Os Cavaleiros do Bom Jesus* (Brasiliense, 1982); Daniel Gross, *Ritual and Conformity – a religious pilgrimage to northeastern Brazil* (Ethnology, apr. 1971); Victor Turner, *Image and Pilgrimage in Christian Culture* (Columbia Univ. Press, 1979). Romarias portuguesas foram estudadas por Pierre Sanchis em um admirável trabalho que aguarda publicação em francês: *Arraial – la Fête d’un peuple*.

rituais coletivos do catolicismo popular: ser um sujeito de devoção ativa a um padroeiro, que traduz em um trabalho artístico, o teor de sua devoção.

Fora o alferes da bandeira, mesmo que algum folião não seja um cantor da equipe, será um dos seus instrumentistas. Um “caixeiro” ou um “rabequista” que toca sem cantar, mas cuja presença é indispensável para que o grupo se apresente “completo”. Aqui e ali, em Goiás, São Paulo e Minas, meninos de menos de dez anos giram dias a fio com as cores do Divino pregadas no bolso da camisa. São foliões. Não cantam como os outros, nem dançam as alegres catiras, mas devem dar, depois dos últimos versos de cada quadra, os longos e finos gritos das vozes de “requinta”. Difícil imaginar o cantório sem eles. Meninos “requinteiros” aproveitam a porta dos fundos do rito para começar a aprender os segredos do ofício.

Uma companhia de Reis tradicionalmente toca os seguintes instrumentos: de uma a quatro violas, um ou dois violões e, em casos mais raros, um cavaquinho; uma rabeca, um ou dois pandeiros, uma ou duas caixas de Folia. Quanto mais ao Sul do país, tanto menos violas e tanto mais sanfonas; quanto mais ao Norte, em direção à Bahia, tanto mais caixas, triângulos e flautas.

Há uma razoável margem de variação de instrumentos. Ela é menor para o caso da distribuição de vozes e estilos de cantar. Quando um grupo está reduzido a uma quantidade quase indigente de artistas-devotos, ele deve ter pelo menos um mestre na primeira voz, um contra-mestre na segunda e mais alguém que faça a terceira ou complete o canto da cada quadra com o grito de “requinta” ou “tipe” (São Paulo e de Minas Gerais). Na Folia de Reis de Mossâmedes, cujo esquema de apresentação resumi algumas páginas atrás, cantam o embaixador na primeira voz, um “resposta” na segunda, dois “contratos” na terceira e quarta vozes e quatro “requinteiros”. O mestre é o único cantor criativo. Ele propõe quadras que descrevem passagens evangélicas ligadas ao Ciclo de Natal, do Espírito Santo ou de algum outro santo de preceito. Quadras que fazem também o anúncio solene da chegada da Companhia, pedem dádivas, agradecem e abençoam, atualizam votos, dão despedidas. Veremos mais à frente que este “cantório” de Folia, mesmo quando inclui versos improvisados, é regido por regras musicais e religiosas. Todos os outros foliões cantam

repetindo os versos emitidos pelo mestre, ou versos que encerram os que ele propôs. São um pequeno coro que completa os solos do mestre¹⁹.

O Palhaço, Boneco, Herodes, Bastião

Não há personagem-devoto mais estranho e contraditório do que o palhaço das folias de Santos Reis. Ele não existe nas do Espírito Santo e é raro em outras. Mestre Cícero em Guaraí, mestres Donquinha e Lázaro em Caldas, mestre Lázaro em Jardinópolis acreditam que o palhaço é um ator indispensável. “Sem o palhaço a Folia não sai”, disse mestre Zé do Tide em Mossâmedes. Muitos outros concordam plenamente com esta idéia. Mas hoje em dia alguns mestres acham-no dispensável e, pelo menos mestre Messias, enquanto vivo, proibiu o acompanhamento de palhaços no seu terno de foliões.

Ele é um só em várias folias goianas. Mascarado, agressivo, arrogante, atua nos intervalos da ação ritual dos foliões e é o seu oposto. Dança como eles não dançam (a não ser nos pousos, depois de concluída a “obrigação”); não canta e não toca instrumento algum. Não reza e não se comporta como um devoto. Debocha de todos os presentes e até mesmo do próprio mestre. Eles são dois humildes bastiões na folia de Caldas e em outras inúmeras companhias de Reis mineiras. Encarregados de ajudar a pedir e a velar pelos bens eu os foliões ganham pelo caminho, também ali eles não fazem o que realizam os devotos-artistas e inventam graças e peditórios ingênuos que aos foliões é interdito fazer²⁰.

A descrição da ordem de um pequeno ritual camponês do ciclo do Natal tem uma utilidade aqui. Demonstrar que a Companhia de Santos Reis existe e atua como uma equipe de especialistas de trabalho religioso, com uma rígida ordem interna de lugares e postos, cujo desempenho distribui diferenças de atuação ritual, de saber e de poder de comando. Equipes de trabalho produtivo, como as unidades familiares que lavram a terra ou os grupos de mutirões; equipes de especialistas de artesanato; equipes de outros tipos de trabalho

¹⁹ Na esperança de que em breve sejam publicados, quisera uma vez mais remeter o leitor aos dois estudos da doutora Yara Moreyra, especialmente quando ela discute, em *Folias Mineiras em Goiás*, a estrutura musical de cerimônia.

²⁰ Sobre a questão da presença do *Palhaço* em ternos de Folia de Reis, ver *Folia de Reis*, pag. 24 a 27 e *De Folias, de Reis e de Folias de Reis*, pag. 34.

religioso popular, não fogem a modelos semelhantes. Distribuídas em torno de um ou alguns especialistas, cujo trabalho em si mesmo ensina e cujo poder de comando centraliza a ordem do grupo, elas repartem tipos diferentes de sujeitos de acordo com o seu *poder de desempenho*. O próprio trabalho coletivo deriva da conjugação de tais diferenças, e um aparte importante da sabedoria de um pai, de um guia, de um mestre artesão, ou de um embaixador de Folia, está em articular em torno ao seu próprio desempenho o trabalho produtivo, artístico ou religioso de uma equipe popular, cuja hierarquia de postos faz a *diferença* em estabelecer a *desigualdade*, e realiza uma unidade solidária de viagem e intenções comuns.

4. Um Rito que Codifica e Ensina

A Folia de Santos Reis é um bom exemplo da maneira como a sociedade camponesa estabelece relações sociais e simbólicas entre categorias de suas pessoas e grupos, no interior da família, da parentela, da vizinhança, da comunidade. Ele é a unidade móvel que noticia e antecede uma festa religiosa camponesa. A própria festa é um grande *mutirão*. Inúmeras pessoas de um povoado rural, ou mesmo de vários deles, participam dos preparativos da Festa. Tanto a casa do *festeiro* quanto as casas do “giro” e dos “pousos” são decoradas para a passagem da Folia ou a realização da Festa. Familiares encarregam-se das inúmeras tarefas de preparar o local e fazer a comida. Parentes e vizinhos oferecem-se, ou são convocados, para “um adjutório”. Meninos e meninas em idade de trabalho participam ativamente das várias tarefas de preparação. A mesma comida cotidiana multiplica-se entre panelões e fornos de barro. Há pessoas que fazem promessas de prepararem ou servirem a comida dos pousos ou da festa de Santos Reis. Durante os dias de caminhada, os foliões passam em um sem número de casas. Em cada uma vivem por momentos uma pequena seqüência de trocas codificadas de sinais e objetos. Cantam e anunciam, no dizer quem são, o rito de que são parte e a história do nascimento de Jesus Cristo. As pessoas da casa os recebem com gestos e situações que não devem fugir de certas regras. Marido e mulher, se possível os filhos e outros parentes, esperam na porta da casa pelo grupo de devotos cantadores. Nas fazendas não é raro que o marido vá esperar a Folia na porteira, ou em um “arco” construído e decorado para o evento, enquanto a mulher e os filhos menores

aguardam a chegada de todos na porta da casa. A um momento do cantório a bandeira de Santos Reis é passada ao marido, que deve entregá-la à esposa. Ela passeará com a “guia” por todos os cômodos da casa, com o intuito de abençoá-los. Feito isto, ela deverá colocar a bandeira na parede acima do pequeno altar onde um terço poderá ser rezado, se for pedido por “alguém da casa”. Ou então deverá segurá-la, diante dos foliões, durante o tempo em que cantam o “peditório”, o “agradecimento” e a “despedida”.

Entre as quadras do cantório os foliões farão pedidos de esmolas para a festa de Santos Reis. As trocas iniciadas a partir daí são também regidas por preceitos pré-estabelecidos. Os foliões pedem. A começar pelos donos da casa, as pessoas ofertam dádivas em dinheiro e em produtos do trabalho rural; os foliões respondem cantando, agradecendo, abençoando e tornando “cumpres” votos de promesseiros. Pedir, dar, receber, retribuir. Tornar tudo solenizado e cerimonial e, assim, estender aos limites das dimensões comunitárias, os tipos de trocas de bens e serviços tradicionalmente comuns no mundo camponês; eis uma das funções da Folia de Reis.

*Esta é uma estrutura contratual da Folia. Em nome de pedir e de receber bens materiais – para si próprios durante a jornada (comida e hospedagem) e para os outros, depois dela (dinheiro e bens) – os foliões são obrigados a retribuir por meio de dádivas sociais (a proclamação do valor moral do gesto do doador) e espirituais (bênçãos e pedidos de proteção divina). Promesseiros e devotos, contra-atores da Folia, **dão** porque estão incorporados ao ritual, e **dar** é um dos seus momentos. Mas eles **dão**, também, porque a crença simbólica que garante com palavras sagradas a legitimidade das trocas, proclama a reciprocidade desejada: o doador será abençoado nesta vida e/ou na outra; os seus bens serão proporcionalmente aumentados; os seus familiares e os seus animais serão protegidos. Todos acreditam que o ato de dar obriga Deus a retribuir em nome dos Três Reis (mediadores sobrenaturais) e através do trabalho religioso dos foliões (mediadores humanos). O dom, a coisa dada, dirige o contradom, a coisa retribuída, pelo seu poder: o dinheiro atrairá mais dinheiro; o frango, o porco e o gado atrairão proteção necessária sobre os seus iguais, restados na casa de quem deu. (Brandão, 1981: 45).*

Difícil separar o ritual do que não é. Difícil separá-los dos pequenos acontecimentos da rotina camponesa, eles próprios também carregados de gestos e símbolos²¹. O que

²¹ “De qualquer modo, a rigor, a menos que se opte por definições dogmáticas ou formalistas, não se tem condições de distinguir, no corpo de um processo social complexo, o que pode ser classificado como atuação ritualizada, em oposição a formas de comportamentos eminentemente políticas, exclusivamente econômicas,

acontece no encontro tão afetivamente invadido de música, orações e trocas de bens entre foliões e moradores não é mais do que a aglutinação de gestos e atos corriqueiros, que a situação ritual apenas soleniza e dispõe em seqüência. Pessoas que chegam e são recebidas, rezas de terços (em algumas casas isso se faz toda a sexta-feira), ofertas de bens, trocas. A mesa farta, mas então decorada com toalhas roceiras – as mesmas que os “serventes” promesseiros envolvem no pescoço para servir aos foliões – e os pequenos gestos de comer e, depois, cantar agradecendo. Voltarei a isto ao descrever o saber das regras do rito.

Reunidos e solenizados, os gestos são poderosos e ensinam com mais força do que outros, iguais, mas cotidianos. Poucas vezes vi donos de casa chorando de emoção, como nos momentos da “despedida” de uma Folia de Reis. Por outro lado, os olhos atentos dos meninos indicam que também eles se tocam, se divertem e aprendem. Como tudo tem a sua ordem e o seu lugar, e como todo o ritual não é mais do que uma seqüência cerimonial de gestos que *são e tornam* explícitas regras sociais, tudo o que acontece *ensina*. Cantos, falas e rezas repetem todos os anos uma pequena fração de uma história já muito conhecida, mas que repetida com a força do rito, torna-se, mais do que apenas legítima, uma idéia amada. O rito religioso recria, grandiosa e, ao mesmo tempo, afetiva, a ordem das relações entre as pessoas: pais e filhos, irmãos, compadres, outros parentes, vizinhos e companheiros. Os meninos que acompanham a Companhia e são foliões, com cargos e lugares na equipe de devotos, aprendem, como veremos mais adiante, para serem os continuadores do ritual da Folia.

Mas as crianças e os adolescentes que a tudo assistem como moradores ou como acompanhantes, aprendem também. Aprendem ali as crenças que sustentam as normas que codificam a vida camponesa. Oscilando entre demonstrações de “respeito” e afeição, e a possibilidade sempre presente do conflito, às vezes até de violência a festa coletiva ensina quem são as pessoas e como elas devem ser, umas perante as outras²². O mestre folião trata

puramente pautadas em regras sociais vigentes no cotidiano. Essa distinção só teria sentido se dispuséssemos de uma teoria convincente da especificidade do ritual. Ou vendo a questão pelo ângulo inverso, se dispuséssemos de uma teoria rigorosa da especificidade irredutível do econômico e do político” (Luís Eduardo Soares, *Campeinato – ideologia e política*, Zahar, 1981, pag. 151.

²² No “alvará de licença” emitido pelo delegado de Mossâmedes, em Goiás, e solenemente lido por um dos foliões letrados, a pedido do embaixador, antes do momento da “saída”, estão arroladas as seguintes proibições: “... a presença de pessoas armadas; ... a presença de pessoas embriagadas nos locais dos pousos da folia; ... que os foliões girem com armas ou embriagados” (*A Folia de Reis de Mossâmedes*, p. 16). É voz

o “dono” da casa com extrema deferência e é norma que atenda a todos os seus pedido, que, mesmo quando ditos com humildade, valem como ordens. Por sua vez, o “dono” exagera atenção aos viajeiros devotos. Na hora do almoço ou da “janta”, primeiro são servidos só os foliões. As pessoas da casa, os visitantes e acompanhantes da Folia esperam até que todos os da Companhia tenham comido para então fazerem os seus pratos. Entre as duas autoridades maiores do momento, o “mestre” e o “dono”, há cerimoniosas trocas de atenções. Crianças que cometem qualquer “falta” (chegar à mesa antes de sua hora, conversar durante a reza do terço) são admoestadas.

Todos os “do lugar” compartilham crenças e conhecimentos comuns. Pouca coisa pode ser improvisada, e é porque desigualmente *se sabe* o que vai acontecer e desigualmente *se sabe* como proceder, que o rito recria o conhecido e, assim, renova a tradição; aquilo que se deve repetir todos os anos como *conhecimento*, para consagrar como *valor* comum. Renova um saber cuja força é ser o mesmo para ser aceito. Repetir-se até vir a ser, mais do que apenas um saber sobre o sagrado um saber socialmente consagrado.

5. Entreato Teórico: As Dimensões do Saber

Quando Peter Berger e Thomas Luckmann escreveram sobre os aparatos simbólicos por meio dos quais a ordem social e as instituições desta ordem são apresentadas a seus sujeitos como legítimas, eles não dão ao discurso de atribuição social de legitimidade o nome de *ideologia*. A legitimação possui elementos normativos, tanto quanto cognoscitivos. Portanto, ela implica não apenas *valores*, mas conhecimentos²³.

corrente que os locais e as situações de ritualização religiosa da vida camponesa são espaços e tempos de alternâncias entre “respeito” e violência. Consultando processos jurídicos e policiais de Mossâmedes, encontrei alguns “casos” de tiros, brigas e até mortes em locais de pouso de folias. Há violências sociais, como quando jovens brigam durante um “pagode no pouso”, por causa de uma mulher (motivo freqüente de conflitos), e há conflitos *rituais*, como quando, sobretudo no passado, mestres de companhias desafiavam-se em duelos de “cantoria”. Sobre a questão da violência em rituais camponeses sugiro ao leitor os seguintes estudos: Maria Sylvia de Carvalho Franco, *Homens livres na ordem Escravocata*, (IEB/USP, 1969); Luís Eduardo Soares, *Campesinato – ideologia e política*, especialmente o capítulo 5: *Brincando com o fogo cruzado das imagens*; Carlos Rodrigues Brandão, *Violência ritual e controle ritual da violência*, capítulo 5 de: *Sacerdotes de Viola*.

²³ “A legitimação ‘explica’ a ordem institucional atribuindo validade cognoscitiva a seus significados objetivados. A legitimação justifica a ordem institucional adjudicando dignidade normativa aos seus imperativos práticos. É importante compreender que a legitimação tem um elemento tanto cognoscitivo

De um lado, a legitimação explica a ordem institucional, atribuindo validade congnotiva àquilo a que dá nomes e significados. De outro lado ela justifica a ordem institucional, tornando normas os seus “imperativos práticos”. Existem níveis entre os valores e conhecimentos com que a sociedade se atribui sentido e estabelece os seus padrões de cultura.

- 1º) Um nível pré-teórico de legitimação incipiente que envolve as explicações do tipo “assim são feitas as coisas”, como nas respostas que usualmente os pais dão aos filhos pequenos. Este é o nível das verdades tidas por auto-evidentes; o nível do conhecimento popular não demonstrado, embora eficaz e consagrado, mais pela prática do uso coletivizado do que por haver sido teoricamente comprovado.
- 2º) O nível das proposições teóricas rudimentares (que, em geral, uma análise antropológica mais a fundo demonstraria não serem em nada “rudimentares”). Este é o lugar dos esquemas explicativos que codificam grupos de significados objetivos. Esquemas

quanto normativo. Em outras palavras, a legitimação não é apenas uma questão de ‘valores’: implica sempre também ‘conhecimento’. (Peter Berger e Thomas Luckmann, *La Construcción Social de la Realidad*, p. 122, Amorrortu, 1968). Existe em português, publicado pela Editora Vozes: *A Construção Social da Realidade*. Por outro lado, a discussão ainda teórica de níveis e modos de saber remete à questão analisada em *A Interpretação das Culturas* pelo antropólogo Clifford Geertz. Ela é fundamental para a compreensão do que, entre si, querem se dizer as pessoas e os grupos sociais através de seus mitos, símbolos e ritos, partes da realidade de configurações de uma mesma cultura. Eles dizem os modos e as regras de se ser um *nós*. Mais do que conduzirem a lógica de uma *ideologia* – a racionalidade do pensado – dizem a lógica de uma *identidade* – a consciência da afetividade constitutiva de um *nós* próprio e apropriado por um grupo social, através de formas sociais e simbólicas de produção da diferença, diante de outros e por causa dos outros. Aquilo que de tanto ser um *modo de vida*, acaba sendo o seu *modo de ser*. Valores éticos, valores morais que, ao afirmarem como se deve ser em uma sociedade, dentro de uma categoria ou de um de seus grupos sociais, prescrevem *o que se é*, ao se ser dele. Geertz analisa a questão admiravelmente quando discute os símbolos sagrados da religião em Java. “Na discussão antropológica recente, os aspectos morais (e estéticos) de uma dada cultura, os elementos valorativos, foram resumidos sob o termo “*ethos*”, enquanto os aspectos cognitivos, existenciais, foram designados pelo termo “*visão de mundo*”. O *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete. A *visão de mundo* que esse povo tem é o quadro que elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito de natureza, de si mesmo, da sociedade. Esse quadro contém suas idéias mais abrangentes sobre a ordem. A crença religiosa e o ritual confrontam-se e confirmam-se mutuamente; o *ethos* torna-se intelectualmente razoável porque é levado a representar um tipo de vida implícito no estado de coisas real que a *visão de mundo* descreve, e a *visão de mundo* torna-se emocionalmente aceitável por se apresentar como imagem de um verdadeiro estado de coisas do qual esse tipo de vida é a expressão autêntica. Essa demonstração de uma relação significativa entre os valores que o povo conserva e a ordem geral da existência dentro da qual ele se encontra é um elemento essencial em todas as religiões, como quer que esses valores ou essa ordem sejam concebidas. O que quer que a religião possa ser além disso, ela é, em parte, numa tentativa (de uma espécie implícita e diretamente sentida, em vez de explícita e conscientemente pensada) de conservar a provisão de significados gerais em termos dos quais cada indivíduo interpreta sua experiência e organiza a sua conduta” (*A Interpretação das Culturas*, p. 143 e 144).

pragmáticos de orientação do trabalho e de outras condutas sociais. Exemplos seriam as regras prescritas das relações entre parentes, entre sexos, os provérbios (enunciados de codificação simbólica da conduta), as sentenças de sabedoria popular, os contos e lendas de interesse normativo.

- 3º) As teorias sociais explícitas pelas quais um setor institucionalizado da vida coletiva é legitimado como um corpo específico de conhecimento diferenciado. Ao contrário do que acontece nos dois níveis anteriores de conhecimento, aqui há marcos teóricos bastante amplos de interpretação de frações do real social. Dado que este é um nível de codificação do conhecimento pedagogicamente mais motivado, quero transcrever um trecho cuja utilidade mais adiante não será pequena.

“Em razão de sua complexidade e diferenciação, é costume encomendar-se a um pessoal especializado que as transmite (as teorias explícitas de legitimação de setores institucionais da sociedade) mediante procedimentos formalizados de iniciação... Em outras palavras, com o desenvolvimento de teorias legitimadoras especializadas e sua administração a cargo de legitimadores com dedicação exclusiva, a legitimação começa a transcender a aplicação pragmática e a converter-se em “teoria pura”. Com este passo a esfera da legitimação alcança um grau de autonomia vis-a-vis das instituições legitimadas e, eventualmente, pode gerar os seus próprios processos institucionais” (Berger e Luckmann, 1968: 124).

Este é o momento em que os autores associam um terceiro nível de produção de conhecimentos e valores de atribuição de legitimidade à idéia de *ideologia* em Marx.

- 4º) Os grandes corpos de tradição teórica, capazes de integrarem amplas zonas de significados diferentes e de abarcarem explicações legitimadoras da ordem institucional como um todo. A este nível de legitimação social, Berger e Luckmann dão o nome de *universos simbólicos*, que reconhecem ser um conceito muito próximo ao de religião, em Emile Durkheim (1968: 124-125).

6. Os Saberes da Folga e da Folia

Afinal, de que conhecimentos falei até aqui, quando disse que entre mestres e devotos-artistas da Folia de Reis ou entre mestres e devotos-dançantes da Folga de São Gonçalo existem e circulam diferentes tipos de saber?

Penso que a pergunta poderia ser dividida em três momentos. Um primeiro para pensar sobre as dimensões desses conhecimentos do ofício, tomando como um suporte teórico à distância a classificação dos níveis de saber feita por Peter Berger e Thomas Luckmann. Um segundo para estabelecer algumas características dos modos de saber entre os diversos sujeitos dos ritos. Um terceiro para percorrer, com mestres e seguidores, a trilha do seu próprio aprendizado. Deixemos os dois primeiros momentos para este capítulo e o terceiro, para o próximo.

1º) O Saber Instrumental

Estivemos vendo, leitor, que qualquer curioso ou devoto pode acompanhar a Folia; pode “girar” com ela a trajetória de seus dias. Qualquer pessoa do lugar ou de fora pode entrar na Dança de São Gonçalo. Ela é mais difícil apenas nas linhas de frente, onde dança entre sapateios e palmeados a equipe de folgazões. Nas de trás, devotos e promesseiros fazem passos fáceis, aproximando-se ou afastando-se do “altar do santo”. Mulheres sequer sapateiam e palmeiam. No entanto, para ser da Folia, para usar pregadas na lapela do paletó as pequenas fitas de cores que algumas Companhias adotam como símbolo de identidade, é necessário possuir um “encargo” na equipe, como um gerente ou um alferes; ou é necessário saber e realizar um trabalho de artista-devoto, como o do mestre, o do palhaço e o dos outros foliões.

Equipes estáveis de cerimônias coletivas do catolicismo popular são unidades de trabalho ritual que transformam periodicamente lavradores familiares ou vizinhos, como qualquer um, em devotos-artistas, como poucos. Fora ter o “dom” do ofício, é indispensável que ele seja caminha para o acesso e o domínio a/de conhecimentos técnicos, éticos e doutrinários que, de acordo com o grau e o modo como se combinam em cada

sabedor, fazem a diferença entre um devoto comum e um devoto-artista e, entre estes últimos, estabelecem a diferença entre um folião comum e um folião graduado.

No primeiro patamar do saber, o folião ou o folgazão precisa dominar as artes e técnicas do ofício: tocar pelo menos um instrumento de música, cantar em sua voz os “resposos” do cantório do mestre, completar as rezas de terços e benditos, realizar os passos da Folga de São Gonçalo. Como se espera que equipes de devotos “na missão” cumpram, ademais dos ritos específicos da devoção, outros diferentes tipos de serviços tidos como religiosos ou profanos, o saber instrumental do devoto-artista estende-se para além dos limites do ritual. Mestres de Folia devem ser também, se possível, hábeis rezadores. Não tanto quanto capelães especialistas, espera-se que saibam “tirar” terços, ladainhas, benditos e outras rezas. Espera-se que a equipe saiba fazer e comandar as danças que alegrem as casas do pouso: catiras, chulas, viadeiras, forrós e pagodes.

Aparentemente espontâneo e desabusado, até mesmo o desempenho do palhaço requer conhecimentos e habilidades de especialista. Ele deve saber com destreza os passos galhofos de suas danças – como o Lundu dos “herodes” goianos – e deve saber repetir tanto os seus longos versos de deboche, quanto o enredo dos diálogos que estabelece com os donos das casas por onde passa a Folia.

Em síntese, fora pessoas incorporadas ao grupo para o exercício de uma função auxiliar, todos os integrantes da equipe realizam trabalhos de ofício – cantar, tocar, dançar, rezar, representar – para os quais é necessário um conhecimento apropriado e, portanto, o seu aprendizado. São conhecimentos da cultura do lugar. Um mestre de Folia não precisa ser alfabetizado, nem precisa possuir conhecimentos teóricos de música ou de poética.

Saber tocar um instrumento, cantar ou dançar não são domínios de conhecimento e habilidades específicos do ritual religioso. Na verdade, até mesmo meninos e adolescentes sabem isso, e nem por isso são foliões ou folgazões. Nem todos os artistas populares de uma comunidade camponesa são membros de uma equipe de trabalho ritual coletivo. No entanto, no seu conjunto, a equipe de artistas da Folia possui e produz um tipo próprio de

saber fazer um trabalho religioso que a torna uma instituição especializada dentro da comunidade de que é parte²⁴.

2º) *Repertório e Improviso*

No que se canta a fala nos ritos da Folga e da Folia há o *repertório* e o *improviso*. Nas várias regiões e entre os incontáveis grupos onde eles são praticados, não há um consenso estabelecido que denomine e estabeleça diferenças entre uma coisa e a outra. Do mesmo modo como um rezador que ora “tira” ou “puxa” as orações conhecidas que todos sabem responder, e ora profere aquelas que apenas ele sabe e um auxiliar responde, vimos que o mestre é a pessoa que canta primeiro, propondo as quadras do cantório. As “colunas”, como prefere dizer mestre Ovídio, de Abadia de Goiás; versos que o embaixador-mestre propõe e os outros repetem ou completam. Este é o momento em que ele pode cantar estrofes conhecidas de todos os foliões, ou pode improvisá-las, dentro de padrões consagrados de criação. Mais adiante veremos como mestre Antônio Telles de Batatuba explica o seu improviso.

Um embaixador pode ser um violeiro como outro qualquer. Mestre Messias de Goiânia tocava “caixa de Folia”, um instrumento de menor importância e menor nobreza, comparado com violas e violões. Mas entre todos os de seu grupo de devotos, é ele quem sabe o repertório do cantório. Ou então, é aquele que, criando no momento letras de quadras, ao mesmo tempo transgredir o repertório do ritual e o amplia. Ele deve repetir sem erro algum todas as inúmeras quadras de uma “adoração do presépio”, por exemplo, e será

²⁴ O embaixador de uma das companhias de Mossâmedes explica, com os nomes, as posições do seu sistema de Folia: “Primeiro é o *embaixador*, que sou eu: José Elpígio de Oliveira, conhecido por Zé do Tide. Aí vem o *palhaço*, que é o *boneco* da Folia. Tem o Édio, o Lázinho e o Joaquim Bento. São os três que participam (alternando-se) de palhaço. Daí vem a *resposta* que é o Divino Gomes. Outra voz é o Adelino, que é filho do Tião Bento. Depois vem o Joaquim Correia; o Bastião Correia é o *contrato*, a *três voz* (terceira voz). Daí vem a *quarta voz*, é o Zoé da Gabira. Depois do Zoé vem o João Bento, filho do *gerente* (Bastião Bento). Depois tem a *cinco*, a cinco voz tem algum problema (falta quem cante nesta voz no momento). A seis, o *gerente* faz a seis também, e o Geronico também faz a *seis voz*. a *sete voz* tem o Gabino que faz pra nós. Ele é o pai do Zoé. Agora, tem o *caixeiro*, que é o Zico e o Édio. O *tocador de cavaquinho* é o Criolo e o Agostinho. O *povo do pandeiro* é o Francisco e o Joventino. (Esses dois não cantam? Eu pergunto). Não, nem esse nem o da caixa. Viola não tem (no meu terno), só violão. (Bastião Bento entra na conversa e completa): a viola é uma resposta e o violão é o acompanhamento. Tem o *sanfoneiro* que é o Cordeirinho. Agora, o nosso de Folia é o Zé Canário (ausente naquele ano)”.

tanto melhor mestre, quanto mais seja capaz de ser uma memória perfeita do saber consagrado. No instante de cantar uma “despedida” e seus “agradecimentos”, ele poderá improvisar com sabedoria, aplicando versos e palavras às situações do momento.

Voltemos por um momento a coisas que já sabemos, desde quando falei sobre o mestre. De um modo ou de outro, ele é o homem que cria ou repete aos outros a palavra que faz o fio do rito e, assim o torna uma memória inteligível. As pessoas sabem o que ouvem e crêem no que escutam, mesmo que não consigam, como o mestre, conhecer todas as palavras do que ele canta, ou compreender o que ele diz. Promesseiros, moradores e foliões escutam, repetem e fazem o que o mestre diz quando canta. As palavras dos versos anunciam uma história sagrada, pedem esmolas e agradecem bens recebidos, tornam “cumpres” votos religiosos feitos, distribuem bênçãos. Alguns mestres de Folga e da Folia acreditam que o improviso é um erro. Afinal, o rito é uma fala conhecida, e ela é legítima porque é uma tradição antiga. Esta fala não é tida por sagrada apenas porque é religiosa, mas porque é, justamente, consagrada de tanto ser ritualmente repetida ao longo dos anos da história da vida das pessoas do lugar. As pessoas crêem no que se acostumaram a ouvir, crêem mais quando acreditam que ouvem palavras perdidas no tempo; uma memória “dos antigos”, cuja fala não poucos mestres associam a uma origem divina. Mestre é quem “embaixa”. Por isso, sabemos, em muitas regiões de Minas e Goiás os nomes: *mestre*, *guia* e *capitão*, são menos usuais do que o de *embaixador*. *Embaixador* é cantar o rito para que os outros repitam ou cumpram com gestos o que o canto diz. É, portanto, fazê-lo. Entre todos, o mestre é quem sabe cantar os versos “dentro da doutrina” e assim tornar uma devoção camponesa ao mesmo tempo acreditada, participada e eficaz.

Há diferenças de qualidades de saber entre os mestres. Procuremos conhecê-las, porque elas ajudam a compreender como o domínio do saber popular é também uma malha difícil de regras e ordens.

a) Tal como um cantador nordestino ou um porfiador de Cururu paulista, um mestre exemplar é capaz do improviso. Bom repentista, ele sabe criar versos e rimas para as diferentes situações que se lhe apresentam nos dias do giro da Folia, ou durante uma noite inteira da Dança de São Gonçalo. Sobre matrizes fixas e reconhecidas como legítimas de música e letra, ele canta inovando. Mestre Antônio Telles de Batatuba improvisa durante

duas diferentes “voltas” de uma mesma noite de Função de São Gonçalo, a respeito do meu trabalho de estar ali gravando o seu cantório:

*Faz muito tempo que eu danço
E eu sou o “folgazão”,
Deus lhe pague, Deus que ajude
Quem tem o gravador na mão.
E na frente de São Gonçalo,
Com respeito e devoção,
Para o senhor professor
São Gonçalo que dê a bênção*

...

*Eu vou entregar pra São Gonçalo,
São Benedito também.
Deus lhe pague, Deus que ajude
Todos que na festa vem.
Pra quem grava a nossa dança,
Deus que pague ele também.
E este é o derradeiro verso,
São Gonçalo disse amém.*

Alguns dias depois, em sua casa, ele explicava segredos do improviso:

*Agora, eu faço de improviso na Dança de São Gonçalo. Se o senhor me perguntar um verso agora, é capaz de eu não responder. Mas se eu chegar no altar e cantar um, eu tô cantando um e vem descendo o outro pra eu cantar. Eu tenho tanta facilidade que um dia eu peguei cantar pra um conhecido meu – até ele dançava comigo, ele era dono de uma turma (de dançadores do São Gonçalo). Ele falou que não tinha muita facilidade de fazer verso, e eu falei: “eu tenho”. E eu fiquei quatro horas cantado pra ele. Cantando com oito pés e eu não repeti nenhum. Oito pés é isso aqui, ó: tem 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8. Geralmente os dançadores de São Gonçalo, a gente canta com esse aqui só: 1, 2, 3 e 4 (ele mostra nos dedos). Por exemplo: São Gonçalo é violeiro / Protetor dos folgazão / Eu não tinha onde guardar / Pus a viola no chão. Terminou o verso. Agora, eu, geralmente, eu canto com oito pés. Eu cantei com **travadinha**, que é **trovado** e **travado**. O senhor canta: 1º e o 2º e 3º, trova no meio o 4º, trova com o 1º; depois, mais dois no meio e o último: trova o 4º com o 1º. Por isso que é trovado e travado, e tem muitos. Quando canta de improviso tem que saber como que vai trovar. Por exemplo, na Dança de São Gonçalo é sempre com palavras religiosas. A gente não pode por no meio versos que não tem pelo menos 40% de palavras religiosas, que sem religião já é o catira.*

b) Mesmo quando um bom mestre não queira – por considerar que é “fora da doutrina” – ou não saiba improvisar, ele é “bom” quando conhece de memória uma grande

quantidade de quadras. Estrofes de cantórios que se aplicam a inúmeras situações diferentes. Sabemos que cada uma das partes cerimoniais da “jornada” de uma Folia exige o cantório de algumas “colunas”; para chegar, para pedir, para abençoar, para agradecer, para orar, para despedir. Além dos cantos de rotina, repetidos um sem número de vezes em alguns casos, certos mestres sabem entoar longos cantórios, como os de “Adoração do Presépio”, ou do “Rosário de Nossa Senhora”. Sabem também entoar cantos para situações especiais, como quando duas companhias de Reis se cruzam na estrada, ou quando chegam à casa de algum folião recentemente falecido. Aladares, mestre em Goiânia, explica a obrigação de cantar repertórios. Ele explica diferenças.

Tem. Às vezes um contra-guia já é um mestre, já é quase mestre. Às vezes um mestre sabe embaixar. Sabe cantar em presépio. Cantar, não tem assim um fundamento profundo igual o mestre tem. Quer dizer que muita gente embaixa. Giro em fazenda é muito fácil, porque na roça, o giro na roça não tem assim muito presépio, não tem coisa (quem torne o giro difícil). Você sai de uma casa e às vezes você ainda tem umas três casas (para passar naquele dia, até o próximo pouso) e já tem um presépio. E então o mestre tem que estar presente... Tem que cantar o Nascimento, assim, na época certa que é do dia 25 ao dia 6. Agora, fora de época você canta a Saudação do Altar. Pode ter um presépio (que) você não precisa cantar. Algum mestre canta, mas isso aí não é provado (exigido). Cantar fora de época. Tem contra-guia que sabe embaixar, mas não sabe saudar um Presépio. Só sabe cantar pedindo esmolas, às vezes até um Agradecimento, pouso, mas não sabe cantar um Nascimento de Cristo.

Alguns mestres reconhecem que toda a História Sagrada erudita pode existir em cantórios populares de Folia. Raros, como mestre Messias, de Goiânia, pretendem conhecer quase todos os cantórios. Aladares copiou dele uma quantidade muito grande de estrofes para os mais diferentes usos. Rigoroso contra os que improvisam “fora da doutrina”, ele defende que todo o mestre deve saber de memória os versos consagrados, aqueles que ele conhece e canta, podendo improvisar apenas em situações muito raras. Ele diz:

Por exemplo, aquela saudação dos doze apóstolos, que vai com quinze versos, que são cada um apóstolo e três das Três Pessoas Divinas. São quinze. Muitos vão cantar vinte e cinco, trinta versos, tudo em repertório, achando que aquilo tá certinho. Mas não tá... Agora, o pouso, nós cantamos pedindo pouso, mas dentro da doutrina. Eu canto pedindo pouso em repertório, que assim como os Magos pediam um pouso na viagem deles agradecia, mesmo assim nós pede e agradece. ... Aquilo é repertório dentro da doutrina. Se é de cantar, agradecer um café com repertório, com dez

*versos de repertório, sim (está certo). Louvando uma xícara, que ela é bonita, que o bule é dessa cor, não senhor. Eu agradeço com as palavras divinas*²⁵.

c) A diferença entre um grande mestre tradicional da Folga e da Folia e um embaixador pobre de recursos, é medida pela quantidade a mais de conhecimento de versos de cantório e pela habilidade em saber usá-los para situações diversas da jornada ou da noite de dança. Contra-guias do sertão alçados à chefia de uma pequena equipe, saberão “embaixar”. Saberão um conjunto mínimo de seqüências de quadras para as situações rotineiras do giro. No entanto, o seu repertório será pobre de versos de doutrina, os mesmos que um mestre notável saberá usar não só para dirigir os gestos coletivos essenciais do rito: dar, receber, retribuir, mas também para fazer do ritual um momento de ensino da “doutrina”. Em quase todas as companhias de Santos Reis, do Divino Espírito Santo ou de

²⁵ O depoimento de mestre Messias sugere que ele é contra o uso corriqueiro do improvisado entre mestres de Folia, sobretudo nos momentos de “peditório”, “agradecimento” e “despedida”. Mesmo os desafios antigos entre mestres eram mais da memória do rito – saber cantar dentro da doutrina, sem perder um verso, uma palavra – do que da capacidade do improvisado. Para o seu cantório, mestre Messias possuía uma grande relação de seqüências de quadras de Folias, aquilo que outros mestres de Goiás chama de “colunas”. Aladares copiou dele muitas séries. Um de seus cadernos tinha o seguinte índice: *“Anunciação dos anjos e a Virgem, Nascimento, Saudação e recebimento das coroas, Despedindo, Encontro de Folia, Saudação das entidades espíritas, Saudação dos cruzeiros, Verso para pessoa falecida, Verso para tirar a bandeira presa, para soltar preso, para tirar encanto ou guardado, Verso para promessa, Verso para tirar dinheiro do altar, Verso para saudar os quadros da parede, Verso para tirar coisa-feita na encruzilhada, Verso para cantar na igreja, Verso para cantar na casa de um capitão, Verso para cantar na casa de um alferes, Verso para tirar bandeira presa (outro), Oferecimento, Pai Nosso, Ave Maria, Apresentação das pessoas distintas que é um só Deus verdadeiro, Verso para mestre de Folia, Verso para soltar o mestre chegando em casa que tem, chegando na casa que tem a Santa Ceia ou na casa de um alferes ou de um capitão, Verso para desatar uma corrente, Saudação do Cruzeiro com vela, Quando faz uma cruz dentro de um coração, Quando faz um coração e põe uma moeda dentro e ajoelha, Cora na porta, Saudação a cruz na porta, Para saudar o rosário na porta ou num arco, Para saudar a Bandeira no Centro Espírita, Quando a manjedoura foi feita de Guiné ou quadro debaixo das folhas da Guiné, Verso para saudar a Bíblia Sagrada ou a Escritura Sagrada e a página que está aberta, Verso para penitente, Promessa ou voto, Promessa pedindo esmola, Pedindo pouso, Despedindo de pouso, Verso para cantar na chegada, Quando pega na bandeira e enrola ela (por promessa), Verso quando está cantando (e alguém) apresenta uma bandeira de Reis ou de São Sebastião, Entrega da Folia, Agradecimento de mesa, Agradecimento de mesa (outro), A viagem oculta de Maria para o Egito, Saudação do Altar, Verso para cantar quando chega e o festeiro está ajoelhado, Verso para passar a Folia para outro capitão e de todos os faliões para sair no giro, Verso para cantar pra três ou quatro faliões pegados na bandeira, Verso para cantar para um falião quando encontra, Verso para saudar as velas, Quando um devoto está com um quadro na mão, Verso para cantar na porta a noite e uma ou três pessoas cumprindo um voto ajoelhado, Padecimento de Cristo, Verso para saudar os peixinhos, Os doze apóstolos, Despedida da bandeira e dos faliões de outra Folia, Chegada e despedida, Saudação ao vigário, Saudação às irmãs, Recebimento de bandeira, a esmola e os instrumentos, A viagem e a adoração dos Magos, Prisão do macumbeiro, Terço por cima da bandeira no altar – está pedindo para rezar o terço por voto ou devoção (se ele pede para tira com a Doutrina, é diferente – parênteses de Aladares), Recolhimento de uma bandeira – transforma em presépio e tem eu fazer ela todo o ano”. Cada um dos títulos nomeia uma seqüência de “colunas” com um mínimo de oito e um máximo de vinte e quatro. Mestre Messias dava conta de outras seqüências, como a de um Rosário de Nossa Senhora com um número muito maior de “colunas”.*

São Sebastião, duas ou três pessoas sabem “embaixar” em situações simples. Um mestre fatigado pelos dias e noites de giro e cantório, poderá pedir a um contra-mestre que cante em seu lugar durante algum tempo, enquanto ele descansa. Saber por conta própria puxar um cantório na Folga ou na Folia é o caminho da maestria. Até mesmo um embaixador muito pobre de repertório e incapaz de improviso é, frente ao seu grupo e diante de todos os que participam da cerimônia, aquele que canta, aquele que sabe dizer a fala do rito.

Mais do que todos os outros, este é o saber que faz do mestre o dirigente de uma Companhia e o seu solista. Quase sempre, qualquer que seja o “sistema” da Folia, vimos que o mestre canta só, primeiro, o que os outros completam ou repetem. Mesmo a Folga de São Gonçalo, cantada sempre por uma dupla de violeiros, tem uma “primeira voz” que entoa o que o outro – o “segunda” – acompanha. Sabedor do repertório que entoa todos os anos nos dias de jornada ou dança, ou dono do dom de improviso, o solista é que recria a fala do rito. Criando ou repetindo “dentro da doutrina”, quando um mestre consagra com o seu canto um ritual de devoção camponesa e torna sagradas e eficazes as palavras que o canto profere, é porque ele conhece e segue o “fundamento” do que canta. O saber daquilo de que o verso entoado é, ao mesmo tempo, a arte e a reza. É também porque a fala que canta encerra e proclama princípios acreditados de trocas sociais e simbólicas que tornam a Folga e a Folia cerimônias devotas reconhecidas entre os seus praticantes camponeses como sendo tão sagradas e necessárias, em seus domínios comunitários, quanto uma missa ou um batismo são necessários e sagrados no domínio dos ritos e poderes da Igreja.

3º) As Regras do Rito

Para que um ritual religioso popular cumpra o que se espera dele, é preciso que tudo seja feito observando regras rigorosas de conduta. Todos os momentos são prescritos e neles, todos os gestos individuais e coletivos também. Alguns versos podem ser improvisados, mas os atos que os acompanham não. Cantos, rezas, posturas de corpo, detalhes de trocas entre pessoas – entre foliões, entre foliões e moradores, entre foliões e promesseiros acompanhantes – necessitam ser, ao longo de cada jornada anual, rigorosamente cumpridos em cada casa, em cada momento de chegar, de pedir, de comer,

de agradecer, de abençoar, de partir, para que tudo seja a repetição de um demorado momento de culto coletivo que reinventa uma tradição acreditada, porque se repete todos os anos da mesma maneira. Tudo deve ser feito como sempre foi, para que tudo seja como todos sabem eu é e acreditam que deva ser. Para que o rito que festeja o santo seja a festa que simbolicamente consagre e favoreça o festejador. Dizem os folgazões de São Gonçalo que “tudo deve ser feito com fé”. Este é o único modo de tornar realizado o rito sagrado e fazê-lo o oposto do “folgado” profano, embora gestos de um e outro possam ser tão iguais que ao leito seja difícil saber quando se “folga” e quando se “brinca”. Mas o sinal de que “se tem fé” é o fazer “com respeito”. Não sei dizer quantas vezes ouvi repetida esta palavra: “respeito”, entre foliões e folgazões. Ela traduz a aparência social da intenção religiosa. Pequenos desvios de conduta de um devoto-artista, ou mesmo de um menino morador, são objeto de censura e até de punição no momento em que ocorrem. Os mesmos folgazões que varam uma noite de “brincadeira” armados de chapéus, intermináveis cigarros de palha e garrafas de pinga durante um “pagode” em que se dança a catira e outras danças do sertão, varam noites de “folga” dançando passos iguais, mas entremeados de cantos de devoção, com a cabeça descoberta, sem fumar e beber. Por isso uma dança diverte e comemora a alegria solidária, enquanto a outra abençoa, atualiza para o devedor o seu “voto valido”, recria situações de reza coletiva e afasta o perigo, segundo a crença de todos, desde que cumprida “com respeito” e seguindo todos os passos da seqüência de gestos prescritos²⁶. Dois terços das palavras de uma antiga ladainha em Latim podem ser pronunciados de forma errada, do ponto de vista erudito. Mas entre rezadores e devotos é preciso que sejam

²⁶ Preceitos do passado, hoje raramente observados, segundo o juízo dos próprios mestres mais velhos, formados na “regra dos antigos”. 1º) a companhia deve “girar” à noite, em silêncio, cantando só dentro das casas, com as portas e janelas fechadas, “pousando” durante o dia, porque assim teriam feito os Três Reis fugindo de Herodes. Fala um mestre folião em Santo Antônio dos Olhos D’Água: “A viagem dos Três Reis foram só a noite. Nós giramos de dia não é porque acha que está direito. É porque a lei, a justiça nos proibiu de girar a noite toda e ocultar o dia. Mas o direito é ocultar o dia (o terno ficar oculto durante todo o dia em alguma casa). Os Três Reis no correr do dia estava tudo oculto. Ninguém sabia onde eles pousaram e quando era noite que a estrela brilhava, eles viajaram na direção (dela)”; 2º) A Companhia deve viajar “de Oriente para Ocidente”, se possível sem nunca retornar sobre o seus próprios passos e sem cruzar por seu próprio caminho; 3º) Caso duas companhias se encontrem, os mestres devem realizar rituais de preceito que traduzam o respeito que uma tem pela outra (respeito pela “bandeira”, pela “guia”). Assim, conflitos e competições de competência devem ser criteriosamente evitados. Veremos mais adiante que, no entanto, alguns mestres confirmam que no passado eram comuns situações rituais de competição e conflito entre ternos de Folias. Alguns mestres atestaram o seu saber e sua competência justamente vencendo adversários em torneios demoradíssimos de conhecimento de “cantorios” da “doutrina”.

ditos de modo rigorosamente “errado”, ou seja, de maneira certa para os ouvidos que crêem no que escutam.

Acompanhemos por momentos, leitor, a chegada de uma Folia de Santos Reis na casa de um camponês plantador de uvas em Caldas, Minas Gerais. Mestre Donquinha comanda o cantório.

- a) O mestre manda que o grupo que vinha andando pela estrada reassuma a sua formação de trabalho ritual, quando todos chegam à porteira do sítio.
- b) De dentro do sítio, um “rojão” é solto pelo “dono da casa”. Os foliões entram propriedade adentro, com a bandeira à frente e ao som de um toque manso de violas e violões.
- c) Diante de um arco enfeitado com bambus, bananeiras e bandeirinhas coloridas, algumas crianças e outras pessoas da casa e da vizinhança ficam frente a frente com a equipe de foliões e seus acompanhantes. A Folia pára ali e o mestre canta “saudando o arco”.
- d) É anunciado, após o cantório, que em algum lugar do arco está escondido um “presente” “pros dois bastiões”. Jocosamente eles os procuram até que encontram. Este momento divertido e esperado pelas crianças, é também sujeito a maneiras corretas de fazer.
- e) Uma nova ordem de mestre Donquinha, a Companhia vai do arco à porta da casa. Ali o casal de donos e outros familiares e vizinhos aguardam em silêncio a chegada do grupo. O “dono” coloca-se de joelhos diante da bandeira que lhe é passada às mãos. Nem todos fazem isto, mas ele tem *esta* promessa para cumprir.
- f) O mestre comanda o cantório de chegada. Todos cantam durante algum tempo, primeiro anunciando quem são, depois, pedindo pouso e ofertas “pra Santos Reis”, finalmente, anunciando ao dono da casa que a sua promessa está cumprida e que ele pode “se levantar”. Ele o faz.
- g) O mestre, cantando, diz à “dona” que tome a bandeira nas mãos e entre com ela casa adentro. Ela passeia com a “guia de Santos Reis” por todos os cômodos da casa,

volteando a bandeira três ou quatro vezes em cada um deles, de modo a abençoá-los. Algumas pessoas ajudam-na a fixar a bandeira na parede, acima do altar.

- h) Os foliões entoam um longo cantório diante do altar e, ao final, cantando ainda, pedem de novo “pouso” e dizem ao “dono” que por uma noite guarde os seus instrumentos de música.
- i) Dois rezadores ajoelham-se sobre pequenos tapetes colocados diante do altar. Alguns foliões, mulheres, pais com filhos pequenos em nome de quem cumprem votos, chegam perto e ali se reza um terço entremeado de cantos tradicionais.
- j) Terminada a reza, há um momento de descontração (em Goiás e em outras áreas de Minas, este seria o momento em que o “dono” poderia pedir aos foliões que dançassem “um catira ou dois”). As pessoas bebem vinho e cachaça; entre elas, alguns foliões.
- l) O dono da casa chama os foliões para a “janta”. Eles são servidos cerimonialmente, embora todos comam à moda sertaneja, com os pratos na mão, alguns acorados pelos cantos da casa.
- m) Depois da “janta”, nos dois lados da mesa em que ela foi servida, os foliões cantam sem instrumentos um “bendito de mesa”, agradecendo ao “dono” pelo alimento. Em outras ocasiões, ao invés do “bendito”, os foliões poderão incorporar os agradecimentos ao cantório de despedida.
- n) No dia seguinte, os instrumentos são devolvidos aos foliões. De novo em formação e diante do altar, eles cantam o “peditório”. Pessoas da casa e da vizinhança oferecem dinheiro e prendas rústicas para os festejos do santo padroeiro, ou para os usos de caridade a que a Companhia os destine. As ofertas feitas por devotos e promesseiros são pronunciadas pelo doador a um dos dois bastiões do grupo. Ele comunica a doação ao mestre que, então, entoa uma ou duas quadras de agradecimento e bênçãos.
- o) Concluída a cerimônia do “peditório” e cantados mais alguns versos para o cumprimento de outros votos de promesseiros, a bandeira de Reis é retirada da parede e devolvida às mãos de um alferes. Muitas pessoas aproveitam o momento para beijar

pela última vez a “guia” e passar a ponta de seu pano sobre o alto da cabeça. Acompanhada por algumas pessoas da casa até a porta e por outras até a porteira, a Companhia retira-se do local e retorna à estrada, ao “giro”.

Mais demorada e diversa do que outros rituais de devoção a santos padroeiros, a Folia é uma contra-cena cerimonial que opõe e envolve uma equipe de devotos viajeiros em viagem, e sucessivos conjuntos de “moradores” e vizinhos em suas casas. Os atos que recriam em cada casa “do giro” e “do pouso” seqüências de trocas sociais e simbólicas, regidas por regras tradicionais que encaminham ações de dar, receber e retribuir dádivas materiais e espirituais, são na verdade gestos de códigos de prescrições e proscições cerimoniais que é preciso conhecer bem para realizar ou evitar com acerto e respeito, duas condições da eficácia do ritual devoto. As regras do código do rito definem *posição rituais* (quem pode ou deve fazer o quê, em cada momento) e *relações rituais* (o quê e como deve ser feito), de tal sorte que a todos os participantes, de um lado e do outro, o rito torna atores de solo ou coro, ao impor procedimentos regidos por obrigações consagradas de condutas religiosas.

Por outro lado, festejos como os da “passagem”, do “pouso” ou da “entrega” de uma Folia de Santos Reis, provocam rupturas da rotina da vida cotidiana de trabalho e geram aglomerações pouco usuais no mundo camponês. Estes são momentos em que são maiores as possibilidades de quebra dos padrões costumeiros do comportamento social, principalmente por parte dos jovens. Não é outra a razão pela qual muitas Companhias, ainda grandes e tradicionais, colocam ao lado de um mestre o “encarregado” (gerente ou regente) às vezes fixo, às vezes escolhido a cada ano, como vi acontecer em Abadia de Goiás. Deixando ao mestre a responsabilidade pela conduta coletiva de foliões e outros devotos *no ritual*, o encarregado assume a tarefa de “zelar” pela conduta social *no lugar do ritual*. Livrando o embaixador de assuntos mais profanos, é ele quem “vigia” por exemplo, as noites de festa e dança nos pousos, para que excessos na bebida não provoquem excessos na conduta e os arroubos jovens da afeição não sejam transgressões das regras locais de conduta sexual. Ele fiscaliza o comportamento de foliões e acompanhantes, para que não se atrasem pelo caminho, nem tenham, no fim das contas, procedimentos de “falta de respeito”.

Os tipos de saber são diferentes. O “regente” é um gerente, um encarregado da ordem. Não precisa conhecer mais do que as regras cotidianas da conduta que todos os outros conhecem no lugar: a deferência dos mais jovens para com os mais velhos, as possibilidades e os limites da conduta afetiva, as normas do comer e outras tantas. Enquanto isso, o saber do mestre são segredos de sacerdotes²⁷. Ele precisa dominar os princípios dos gestos de todos os atores. Falando algumas vezes, dando em outras o exemplo de sua própria ação, cantando em outras ainda ele prescreve o que fazer e como fazer. Por ser aquele que sabe de modo mais completo do que todos os outros os princípios do fazer do rito, o mestre é quem concentra o poder de interpretar o sentido de qualquer conduta na cerimônia e de dirigi-las todas, dando ordens aos seus foliões e até mesmo aos donos da casa, enquanto lá está. Muitas vezes assisti “donos” dizendo a um mestre recém-chegado que a casa é dele e que, dali em diante, ele deve comandar tudo. Mas este capitão de equipe nunca pode impor a sua vontade pessoal. Ele comanda porque *sabe obedecer*, melhor do que todos, o código do rito a que se submete com mais rigor do que os seus seguidores. Expressão do saber e da ação religiosa da cerimônia coletiva, também aqui o mestre e, em menor escala, o contra-mestre e o regente, são codificados de uma memória de gestos entre pessoas que a tradição consagrou. Uma tradição conhecida de todos – e é difícil participar da Folia como folião ou acompanhante sem conhecê-la – que os guias do rito dominam, ao se fazerem os seus seguidores mais subalternos. Seguidores tão mais legítimos como agentes rituais da crença popular, quanto mais são a sua memória e o seu pleno exercício.

4º) Doutrina, Fundamento

Velhos mestres chama de *doutrina* ou de *fundamento* ao repertório de relatos bíblicos, mitos, lendas derivadas e crenças religiosas do catolicismo popular associadas ao

²⁷ Assim também, em seu estudo sobre um terreiro de Umbanda do Rio de Janeiro, Yvonne Maggie Alves Velho discute uma oposição entre domínios do sagrado (o sacerdote) e do profano (o presidente). “A lógica que organizou o drama descrito consistia, basicamente, em duas maneiras distintas de ordenar a realidade interna do terreiro. Uma delas correspondia ao ‘código do Santo’ e a outra ao ‘código burocrático’. Esses dois códigos eram atualizados pelos membros do grupo, que podiam manipulá-los dependendo da situação para informar os seus pontos de vista em disputa e para legitimar suas posições dentro da hierarquia que organiza o

rito que praticam. Este conjunto produz o conhecimento que explica: a) a origem acreditada do rito universal; b) a origem e a história da prática do rito no Brasil, na região e na comunidade; c) o imaginário de acontecimentos e casos que garantem a sua legitimidade; d) as prescrições e proscricões rituais de que falei no item anterior.

A pequena passagem da visitação dos Magos, no Evangelho de Mateus, ao longo dos anos foi muitas vezes recriada e multiplicada com relatos, histórias e interpretações populares que acrescentam personagens, milagres e aventuras “a viagem dos Três Reis do Oriente à Gruta de Belém”. Mestre João, em Caldas, depois de fazer a sua versão dos acontecimentos da “visita dos Reis”, contou, sem sinais de dúvidas de que aquilo seja verdadeiro, como o próprio Menino Jesus ensinou aos visitantes do Oriente o ritual da Folia e, em uma folha de papel, desenhou os instrumentos de música que deveriam usar e ensinar a usar, para que ao longo dos anos o evento da visita fosse celebrado. Mestres da Folia e da Folia descrevem com pormenores a pessoa e a vida dos seus padroeiros, para, em seguida, explicarem como cada gesto do que fazem na “jornada” ou na “função”, imita com fidelidade o que fizeram um dia os santos em nome de quem viajam, cantam e dançam. Para explicarem como, por isso mesmo, a sua cerimônia religiosa é legítima. “São Gonçalo está dançando / vamos nós dançar também”, cantam do “santo violeiro” os folgazões, enquanto dançam com palmas e batidas dos pés.

Ao narrar a viagem “de Reis”, Mestre Messias dá vida ao empobrecido relato evangélico e toma o que conta como o fundamento da doutrina do que faz. Vamos ouvi-lo por alguns momentos, numa versão em que entremeio a fala do mestre com minhas sínteses, para que a viagem dos Magos não fique, aqui, tão interminável como na noite em que ele me contou, pouco antes de morrer.

O fundamento da Folia de Reis é o seguinte. Porque eles eram três homens amigos de Deus Pai, que era Gaspar, Belchior e Baltazar. Gaspar é do Egito, Oriente. Então Belchior é africano e Baltazar da Babilônia. Então eles eram escolhidos de Deus Pai, mas nem um deles sabia que eles foram escolhidos para que eles fizessem a visita ao seu santo filho. Mas como eram do Oriente, todos os anos vinham fazer aquela conferência de dias em dias. Acontece que no dia que eles tavam fazendo aquela conferência, José e

terreiro. No entanto, em alguns momentos os dois códigos opunham-se de forma clara, tendo como representantes o Pai-de-santo e o Presidente”. (*Guerra de Orixá*, p. 150, Zahar, 1975).

Maria passaram procurando um meio de se ocultar, porque Maria estava grávida do Menino Jesus. E, quando viram, os três conheceram a semelhança do casal (souberam quem eles eram). Ninguém mais tinha o poder de conhecer o anjo Gabriel acompanhando aquele casal. Só eles três viram. (Os três magos ficaram sabendo que a dupla fugia para se ocultar de Herodes e que em breve nasceria Jesus. Pediram então a José e Maria que lhes enviassem um sinal, para que o fossem visitar). Eles viajaram e foram cada um para o seu território. Quando foi em dezembro teve nova conferência de fim-de-ano. Acontece que eles estavam em conferência ali, na noite de 24 para 25 de dezembro, quando resplandeceu o resplendor da estrela. Um sinal estranho que eles nunca tinha visto, porque naquele tempo eles esperavam o Menino Jesus... Tava uma sequidão terrível, tudo triste, aquelas árvores tudo seca, o sol não brilhava, a lua não brilhava, as estrelas eram todas apagadas, os passarinhos não cantavam, ninguém via alegria de nada. Tudo era tristeza por causa da perseguição de Herodes e fariseus. Gaspar disse: “o sinal é esse”. (E os três seguiram o rumo da estrela, ocultos na noite, escondendo-se em casas durante o dia, por ordem do anjo Gabriel. Por isso mesmo, a Folia no passado girava sempre e só à noite e ficava escondida durante o dia, como ainda acontece em algumas regiões de Goiás e Minas. Ora, Baltazar e Gaspar quiseram deixar Belchior para trás, porque ele era negro. Aquele que chegasse em primeiro lugar à Gruta de Belém seria coroado. Os dois seguiram por Jerusalém e Belchior, desgarrado, foi por São Miguel. No entanto, por intervenção divina, chegaram juntos a Belém). Quando chegaram a Belém, fizeram a visita, as ofertas. E ia voltar cada um pro seu território. O anjo avisou que voltasse por terras estranhas e que não dessem notícia a ninguém. Então eles voltaram e é justamente como nós fazemos o giro. Vamos por uma parte e voltamos por outra. Até eles pediram esmolas para não dar conhecimento quem eles eram. Ninguém sabia quem era. E por isso é onde é o ato que nós continua viajando (como eles). E eles foram tão felizes que Gaspar foi coroado pelo Espírito Santo, Belchior pelo Menino Jesus e Baltazar coroado por Belchior.

Esta é uma entre outras muitas versões que as pessoas da Folia contam a seu respeito. A própria narrativa de mitos como de Mestre Messias é um momento de ensino. Nas vezes em que estivemos juntos, quando em casa ou no meio de um giro, ele me narrava acontecimentos sagrados do passado bíblico, ou acontecimentos miraculosos de histórias de Folias e de sua própria biografia, outros foliões e meninos chegavam para perto. Vinham ouvir. Alguns faziam perguntas, outros, comentários. Certa vez, em Caldas, quando mestre João narrava a história de como Jesus teria ensinado aos Magos o rito da Folia, outros mestres invadiram o caso e fizeram correções. Discutiram com mansidão mineira e, no fim das contas, cada um saiu com a versão com que entrara, mas eu aprendi três.

Mais adiante vou voltar ao assunto, mas não será inútil adiantá-lo aqui. Tanto em Goiás, quanto em Minas e no Oeste de São Paulo, encontrei mestres da Folga e da Folia que liam a Bíblia e, com mais gosto, livros tradicionais de devoção católica. Eles sabiam que tudo o que “o livro sagrado” dizia da visitação dos três Reis cabe em um pequeno parágrafo. Mas não lhes parecia errado acreditar no caso conciso da Bíblica, tanto quanto nas muitas e longas narrativas que a memória popular do campesinato acrescentou e tornou acreditadas, do mesmo modo com as dos livros das igrejas. Mestres do catolicismo popular são, mais do que os nossos, uma soma de compositor, artista e teólogo. De qualquer um deles a comunidade camponesa espera: a) um conhecimento mais rico e completo do que o dos devotos não-especialistas a respeito dos “fundamentos da religião”, dos assuntos “da doutrina católica”; b) um saber ainda mais completo do repertório de relatos e mitos, assim como da exegese dos princípios e símbolos dos ritos que dirige, ou de que participa; c) uma coleção ordenada de casos e de interpretações de casos religiosos atuais, do lugar ou de outras regiões, que atribuam legitimidade próxima ao rito e o tornem inteligível, do modo como é acreditado e praticado na comunidade.

Não é raro, por exemplo, que diferentes mestres tenham interpretações diversas de passagens bíblicas ou do imaginário camponês, para defenderem um ponto de vista doutrinário pessoal ou, com mais ênfase, o seu “regime” de conduzir a Folga ou a Folia. Com os mesmos personagens: Herodes, a Sagrada Família, os Três Reis, o Anjo Gabriel, mestre Zé do Tide, cuja Folia gira pros lados do Troca-Tapa no município de Mossâmedes, em Goiás, defende a necessidade da presença de um palhaço em sua Companhia, enquanto em Goiânia, mestre Messias justifica porque recusa a incorporação de um “herodes” à sua.

Um contra-guia, ou mesmo um mestre novato, conhecem imperfeitamente a doutrina da Folia e a ensinam aos fragmentos. Mestre Aladares comparava-se com o seu mestre Messias, e justificava porque não sabia interpretar como ele os fundamentos do ritual: “bem, eu não posso dar uma explicação, porque eu não tenho um fundamento profundo”. No entanto, lançando mão da memória do aprendiz e das muitas gravações e transcrições que fez do saber do mestre antes de sua morte, ele luta por decorar as quase três centenas de “procuras”. Pequenas unidades de perguntas-e-respostas de estilo

catequético que, de acordo com mestre Messias, continham “toda a doutrina sagrada”²⁸. Na verdade, não são muitos os mestres foliões e folgazões reconhecidos como notáveis conhecedores dos “fundamentos”. Aqueles a quem os outros remetem quando alguém quer conhecer mais do que dois ou três relatos do imaginário religioso local. Mestres que se apresentam como narradores de mitos e casos, e como intérpretes verdadeiros e populares dos assuntos da religião.

Um dos principais valores do *fundamento* é que ele oferece a praticantes estáveis e promesseiros de ocasião, um conjunto acreditado de fatos e exegeses de fatos sociais e religiosos que articulam narrativas de origem, ou de continuidade do fio da história do ritual com os preceitos cerimoniais de uso local. Tudo o que se faz tem um sentido que a história e a tradição ao mesmo tempo narram e explicam, de modo a atestar a sua eficácia e tornar o gesto – a oração, o canto, a dança, a oferta, a troca de serviços – e o próprio rito, os sinais comunitários passíveis de serem aceitos como crença coletiva e praticados como um tipo de culto solidário.

Um outro valor do *fundamento* é que ele é *aquilo* de que falam o canto e a oração. Para que palavras, frases, versos e longas seqüências de cantórios da Folga e da Folia tenham um sentido e sejam eficazes, tanto do ponto de vista social (produzam trocas entre as pessoas, façam saudações, abram portas, obtenham esmolas), quanto do ponto de vista religioso (façam milagres, atualizem promessas, atraíam bênçãos divinas), é necessário que tenham e traduzam uma doutrina. Que sejam a fala ritual do que se acredita ser uma doutrina religiosa verdadeira. Por isto, mestre Messias insistia em redizer a todo momento

²⁸ Entremendo com toques de viola que gravava a meu pedido, Aladares me ensinava algumas “procuras” do saber da Folia. Ele introduz: “Agora vamos fazer uma *procura*, porque na Folia de Reis tem ... (esquece). Uma Folia de Reis completa são seiscentos e vinte versos e tem trezentas e setenta procuras”. E, depois, diz algumas: “Qual foi o primeiro apóstolo que Jesus chamou ao seu lado para com ele consagrar? Foi João Batista, filho de Zacarias e Isabel. Qual foi o primeiro apóstolo que Cristo chamou para andar com ele ao seu lado? Foi Tiago e João, os dois são irmãos, filhos de Zebedeu. Sua profissão era pescador e ele pescava com eles. João Evangelista e Tiago irmão, para acompanhar o Salvador”. A respeito do saber das *procuras*, Aladares ensinava o seguinte: “Trezentas e setenta ele não conhecia não (Mestre Messias). Trezentas e vinte ele falou pra mim que conhecia”. Perguntei: “será que tem algum mestre que você conhece que conhece todas elas?” Aladares respondeu: “Não, não tem não. Eu acho que não tem. Eu acho. Não conheço nenhum que sabe”. Pergunto: “e no tempo antigo, será que tinha?” Ele responde: “Não tinha. Porque eu acho que tinha no Norte onde o seo Messias respondeu, mas já é falecido. O mestre aprendeu com ele. Um dos mestres que ensinou pra ele”.

que cantava sempre “dentro da doutrina” e que, por isso mesmo, o seu cantório de folião era ao mesmo tempo “um ensino” e “uma oração”.

Um outro valor importante do conhecimento da *doutrina* é que ele arma o folião de defesas contra perigos e desafios que o devoto imagina cercando sempre as equipes de trabalho religioso do catolicismo popular. Dado que ali convivem, entre fronteiras frágeis, a magia e a religião, pelo menos o mestre e o contra-mestre devem conhecer os fundamentos da fé e os recursos de preceito que, quando exercidos de modo correto e “poderoso”, são a única defesa da pessoa e do grupo contra os malefícios de agentes supostamente danosos: de outros grupos rituais do catolicismo popular; de outros sistemas de crença; de agências definidas como de feitiçaria.

Messias foi capitão do Congo e do Moçambique e os abandonou porque ali há, segundo ele, artes de feitiçaria. Muitas vezes nas entrevistas ele costumava tomar longo tempo para contar situações de desafio. Alguns eram simples desafios de competência ritual e conhecimento doutrinário entre mestres de Folia. Quando no passado duas Companhias de Santos Reis cruzavam pelo caminho, era costume que seus capitães se desafiassem, seja para demonstrar maior conhecimento da doutrina, seja para vencer o contrário em um duelo de cantório. Mestre Messias conta proezas do seu início de vida de folião.

Eu falei: “tio Odorico, não precisa ter medo que eu estou aqui pra cobrir a sua falta” (o tio e mestre havia ficado adoentado na véspera de um desafio de cantório entre embaixadores de duas Folias). Ele admirou de eu, um menino, falar assim pra ele. E chegou a hora do encontro; nós começamos o encontro foi 12 horas marcadas. Então fomos cantando e foi a parte do cantório do outro terno de Conceição do Norte, naquela passagem da Apresentação de Jesus entre os doutores. Justamente foi uma passagem que eles erraram e soltou quatro versos. Quando eles terminou eu fui e cantei os quatro versos pra eles e completei o cantório deles e arvorei e depois comecei o meu. Todos baixaram a cabeça e nós cobrimos a bandeira deles com a nossa bandeira. Quando foi no outro dia, eu fiz a Despedida deles e eles tiveram que dividir a esmola deles no meio com nós. E desde de doze anos quando iniciei, até hoje – já estou completando cinqüenta e três anos – ainda não achei um pra me vencer.

Alguns outros foram, muito mais no passado do que hoje, desafios entre poderes de feiticeiros. O mistério ameaça o agente o sagrado popular, e entre eles se crê que o saber do sagrado (da doutrina) e o domínio de recursos do mistério (da magia) são a condição

essencial de defesa contra os malefícios do mistério sem o sagrado (a feitiçaria). Mestre Aladares confessa os seus temores e diz porque quer aprender ainda um saber que lhe falta.

Tem um mestre lá em Itaberaí. Ele tirou uma Folia lá esse ano. Até ele canta um Agradecimento mesmo com a viola (o que é raro, porque benditos de mesa em Goiás são cantados a seco, sem os instrumentos). Eu queria ter um encontro com ele pra bater um papo, porque tem muita coisa e a gente queria aprender assim, uns negócios mais. Igual tem esse mestre que o Marreco fala muito nele; é o Ovídio. Ele é um mestre muito bom, mas já tem um defeito: ele gosta de atrapalhar os outros. Então já torna assim... pra você aprender, não dá certo. Ele tem umas partes de Espiritismo, negócio de atrapalhar os outros. Igual o Itamar, lá em Goiás (Velho). Eu queria aprender os fundamentos. Assim, esse de afinar a viola já sei um pouco, mas eu queria aprender mais. Porque tem mestre caboclo que reza em você assim, que no terno de Folia a viola desafia toda. Dá um baixo assim na sanfona e tudo. É igual eu cheguei numa casa uma vez, num pouso e um mestre queria cantar. E eu só ia girar naquele dia, e meu primo falou: “não aceito ele cantar e então ele me atrapalhou”. Mas a gente já sabia um pouco. Já tava preparado; eu vi que o negócio quis cair (perderem a voz, desafinarem os instrumentos por artes de feitiçaria). Eu firmei, a turma firmou, aí não teve problema. Mas quando eu saí lá fora, ele tava chorando. Aí veio me dar os parabéns e disse que eu tava bom. O mestre tem que saber os segredos todos. Tem mestre assim que geralmente chega na gente. Eu conheço uma moça que se ela pegar na orelha de um, a voz dele cai só de (ela) pegar na orelha. É da Umbanda, da Quimbanda; ela anda com uns quatro ou seis espíritos junto dela.

Agora, a gente tem defesa. A gente usa o Credo, reza ele. Agora, o capitão tem que ser sabido. Então tem partes que tem gente que não acredita. Acham que é coisa de velho, loucura ou um trem assim, mas não é. A gente corta a voz, como aconteceu até com mestre Messias. Uma mulher cortou a voz dele. Então, pra defender, você tem que achar um giz branco ou polvilho e fazer uma cruz no chão e rezar o Credo. Aí a voz volta de novo. Agora, a gente tem que aprender mais fundamento. Um mestre lá em Goiás (Velho) falou que esse negócio de desafiar viola.

Diante do perigo da feitiçaria exercida por pessoas e agências de fora da Folia, ou mesmo da “religião” (o catolicismo), torna-se mais necessário ainda conhecer o fundamento do rito, para obter dele a fala (o verso do cantório ou a oração) e o preceito do uso da fala (quando, onde, como orar ou cantar), que livrem o mestre e sua equipe dos malefícios da magia. Aladares ensina regras.

Pode até ter mestre sem fundamento, mas encontra muita dificuldade. Às vezes ele não tem fundamento assim pronto, e ele encontra muita malvadeza.

Geralmente, na cidade gente às vezes de outra religião (existe) que quer judiar do folião, do mestre. Agora, na roça quase não tem esses problemas. Acontece mais na cidade. Na cidade, vamos supor, já tem Centro. Tem mestres que não passa por Centro, tem medo de passar no Centro e não dar conta de cantar. Tem mestre que passa. Eu mesmo passo no Centro. Tem que saldar as sete linhas e tem que saldar as bandeiras que geralmente fica nos centros. Saldar Preto Velho, Orixás e Oxalá. Agora, aqui quase ninguém sabe. Eles gostam de cruzar as bandeiras. Um dia cruzaram a bandeira sobre o Tomás e ele morreu. Ele era mestre.

7. Unidade e Diferença

Depois de havermos visto juntos, leitor, *o que é o saber* dos foliões de Santos Reis e folgazões de São Gonçalo, procuremos compreender o que o caracteriza. O que o faz ser, por exemplo, um tipo de conhecimento ao mesmo tempo igual a outros, situados fora da equipe de artistas-devotos e de suas comunidades, e um saber próprio. Um tipo de conhecimento do campesinato, diferente e oposto à maneira como a Igreja Católica possui e exerce um conhecimento religioso equivalente.

a) Um saber interno? Autônomo?

Todo folião e todo folgazão fazem confissão de fé católica. Mais até, principalmente os devotos graduados insistem em que são “pessoas católicas” de piedade exemplar. Presos ao pagamento de uma promessa “de toda a vida”, ou reconhecidos como interessados desde meninos pelos assuntos da religião, eles são apontados pelos outros da comunidade e da equipe como os guardiões da crença católica no lugar. Veremos adiante que, entre os letrados, alguns mestres e contramestres da Folga e da Folia são useiros da leitura da Bíblia e de livros antigos de devoção. No entanto, no seu todo, a cerimônia e o saber dos ritos que temos acompanhado até aqui são compreendidos como assuntos e práticas internas ao mundo camponês, esteja ele ainda “na roça”, ou já na periferia das cidades. Existem fora do domínio direto e do trabalho religioso da Igreja, embora sejam “da mesma religião”. “A doutrina é a mesma”, poderá afirmar um velho dançador do São Gonçalo em Guaxinduva, perto de Piracaia, em São Paulo, “mas o sistema é nosso”. Ou seja, ainda que um dia

derivados da Igreja, são agora “próprios” o saber do *repertório*, do *costume* e do *fundamento*, assim como o fazer coletivo do rito popular, *dentro* da comunidade camponesa e *fora* do calendário, da presença e do controle dos agentes da religião oficial. Nas noites de dança ou nos dias de jornada, não há padres presentes, a não ser como convidados, o que ocorre raramente. Um sacerdote da Igreja não teria um lugar ali, nem para ensinar, nem para “exercer” ou “embaixar”.

Em momento algum um mestre reconhecerá que a doutrina do seu trabalho religioso é outra que não a da própria Igreja Católica. No entanto, católica e, por isso mesmo, legitimamente devota, ela é modalidade original de a sociedade camponesa saber, pensar e realizar relações coletivas com o sagrado. Sabemos que antes e depois dos cantórios da Folia, foliões promovem rezas de terço e ladainhas, fazem longos benditos de mesa, e sabem que dizem ali as orações tradicionais da Igreja, às vezes em Latim. Foram aprendidas nela, com os seus agentes e foram incorporadas aos ritos religiosos do campesinato. Velhas beatas, tias e avós, com frequência, são rezadeiras da família. Não há uma só comunidade que não tenha os seus rezadores, ou que não saiba onde buscá-los quando é preciso. Sabemos que é comum equipes de folgazões e foliões levarem com elas os seus rezadores, especialistas em muitas “rezas” que serão feitas dezenas de vezes entre casas de giro e do pouso, no caso da Folia²⁹.

As orações que eles “puxam” e os outros respondem são de duas naturezas: 1) preces ainda atuais nas cerimônias eclesiais, como o Pai Nosso, a Ave Maria, o Credo, a Salve Rainha; 2) antigas preces da Igreja, hoje em dia muito raras ou mesmo inexistentes nas liturgias oficiais, como as longas ladainhas em Latim, os terços cantados e os longos benditos a santos de devoção. Não são rezadas as orações ensinadas pela Igreja depois do

²⁹ Companhia de Santos Reis de Mestre Arlindo, uma Folia noturna da cidade de Goiás. Logo depois que os foliões jantaram na casa do pouso, rezaram à volta da mesa o Bendito de Mesa puxado pelo próprio mestre. Logo a seguir o *encarregado* convocou os rezadores “da Companhia”, os foliões e outros devotos para a *reza*. Havia alguma pressa, era tarde e a Folia já devia estar a caminho há algum tempo. Uma dupla de rezadores, poucos foliões e uma dúzia de mulheres desfiou uma longa ladainha em Latim, acompanhada de terço e rezas de preceito. Mal haviam levantado, a “dona” da casa pediu outra reza para a sua mãe, ausente. Os rezadores e acompanhantes retornaram à posição de que saíram e tudo se fez outra vez. Teriam rezado uma vez mais, se com bom motivo alguém tivesse pedido “outra reza”, dado que esta é uma das obrigações fundamentais do folião. Entre Bendito de Mesa e o demorado cantório de despedida, tardamos quase três horas em uma mesma casa de pouso.

Concílio Vaticano II e, muito menos, são cantadas músicas pós-conciliares. Por outro lado, os antigos cantos devocionais da Igreja são entoados muitas e muitas vezes.

Dado que qualquer criança sabe dizer o Pai Nosso ou a Ave Maria, a qualidade de um bom rezador é medida pela sua capacidade de guardar “rezas” na memória e saber os momentos exatos dos usos das orações mais antigas. Entre elas, algumas preces, cantos e gestos cerimoniais são considerados como ainda católicos, mas não “da Igreja”. São as rezas populares que o imaginário camponês criou e colecionou, considerando-as tão legítimas quanto as outras, por serem antigas e eficazes. Um saber que vem “desde o começo do mundo”. Um e outra poderão ser atribuídas a algum velho e lendário rezador, mas o costume é que não sejam reconhecidos autores para qualquer prece popular. Entre “mansas” e “bravas”, mestre Messias gostava de desfiá-las diante do gravador.

Mais importa do que isso, o próprio modo de selecionar, incorporar e redefinir o espaço, o momento, os usos e o valor das orações da Igreja nos ritos populares, é parte do trabalho coletivo de uma lógica camponesa. Com fragmentos de preces da liturgia oficial e rezas, cantos e gestos populares, um sistema de devoção é construído. É aos poucos criado sem que tenha qualquer equivalente com os da Igreja de antes e de agora. Uma lógica que não apenas imita os ritos da Igreja, mas que recria formas reinventadas de culto camponês. Sistemas de prece cuja complexidade e duração costumam ser muito maiores em teoria (fundamento doutrinário) e na prática (exercício ritual comunitário), do que o repertório de crenças e cultos da religião oficial.

Livre de um controle centralizado exercido por hierarquias eclesiásticas com poder de censura, como acontece na Igreja, os corpos de saber e práticas rituais do catolicismo popular observam regras de recriação e difusão próximas às dos sistemas religiosos de tipo afro-brasileiro. Saindo de um domínio *eclesiástico* e erudito para um domínio *comunitário* e popular; para o trabalho direto de grupos estáveis de lavradores-devotos, artistas religiosos independentes em suas equipes, umas das outras, o que se sabe, canta e reza na Folga e na Folia são palavras e gestos enriquecidos através de incorporações posteriores e sucessivas. Isto é o que explica porque, servo e ao mesmo tempo guardião de um saber consagrado e consagrador, cada mestre tem o poder de se constituir como um criador em escala local de novos elementos do imaginário religioso popular. Desde que não fuja a

alguns princípios básicos de criação que ele mesmo deve defender com empenho, qualquer mestre pode querer que o seu *improviso* pessoal venha a ser um dia o *repertório* dos outros.

Entretanto, mais do que no caso da religião oficial, é tão poderoso o difuso poder da tradição, que raras são as inovações de fato incorporadas ao sistema dos ritos populares durante muitos anos. Vimos e veremos que algumas vezes um mestre criativo e inovador é criticado por outros mestres, por ser justamente um inovador. Por “sair fora da doutrina”, ou seja, do saber que a tradição, ao fazê-lo sua, tornou a norma que o uso coletivo aceita e aprende. Não é raro que uma invenção de mestre permaneça por muito tempo incorporada apenas ao seu próprio grupo, dentro dos limites de sua comunidade de residência ou de “giro da Folia”.

A eficiência simbólica do rito popular está em que, por ser muito antigo, as suas falas, cantos e gestos são acreditados como “de todos”, às vezes de um santo, às vezes de Deus. Ele passa a ser um valor local de cultura por ter sido comunitariamente atestado como um *corpus* coletivo de saber-poder religioso, por carregar o peso de muitas ocasiões em que aquilo que foi feito, dito e repetido, produziu efeitos sociais esperados e, não raro, gerou pequenos milagres de âmbito local. Um *saber* entre camponeses não é *sábio* e eficaz porque é verdadeiro e sagrado. Ele torna-se verdadeiro e sagrado porque a tradição o tornou socialmente acreditado entre todos, ou seja, *sábio* e eficaz. Ele, enfim, faz *milagres*, pune abusos, atualiza votos de fé, distribui bênçãos, aproxima pessoas, provoca lágrimas, reproduz o *ethos*. Confirma o que se sabe solidariamente e, para todos os efeitos, atesta não só a verdade do poder e da proteção do padroeiro em nome de quem tudo é feito, como também o poder que existe no próprio ato de *saber fazer*³⁰.

Ainda católicos, mas não eclesiásticos, os sistemas de saber da Folga e da Folia tornam-se parte do modo de vida camponês. Ajudam a comunidade a viver e a se realizar como *comunidade*. Pensam a vida pessoal do devoto, a da família, a vida coletiva. Ajudam

³⁰ Assim também em Lévi-Strauss. A eficácia simbólica não deriva do poder individual do agente religioso e ele não cria a sua credibilidade porque é eficaz. Ele penetra em um sistema anteriormente consagrado de atos mágicos e/ou religiosos e, seguindo os seus preceitos, torna-se acreditado, isto é, eficaz. Não é porque cura que o feiticeiro é consagrado em seu ofício; é porque ele é consagrado em seu ofício que ele cura. Ver em Lévi-Strauss, *O Feiticeiro e sua Magia*, capítulo 9 de *Antropologia Estrutural*, (Tempo Brasileiro, 1967). Importante também, leitor, o capítulo 4, *Magia e Milagre do Pureza e Perigo*, da antropóloga Mary Douglas (Perspectiva, 1976).

a explicar muitos mistérios das relações entre pessoas e grupos, uns com os outros e todos com o mundo. Amparam o sofrimento, explicam a morte e a condição pobre e subalterna da vida oprimida do campesinato. Oferecem esperanças e cobram fidelidade. As pessoas crêem juntas e juntas praticam a festa do que crêem. Podem, portanto, viver e trabalhar juntas³¹.

Sem abrir frentes de luta com os agentes da Igreja, mestres foliões e folgãos fazem o saber e o trabalho que possuem resistirem a seus equivalentes eclesiásticos. Sabiamente sobrevivem à margem deles. Não lhes parece contraditória a coexistência de um sistema letrado, “de Igreja” e restrito de doutrina católica, com um outro, oral, comunitário e criativamente ilimitado. Com o saber do subalterno, sabem transitar sem problemas de um para o outro, reconhecendo no primeiro a parte oficial do saber e da fé e, no segundo, a sua tradução em linguagem e vida camponesa³².

b) Um saber coletivo, mas de mestres

Como relacionar o valor dado à tradição de tudo o que se canta e reza na Folga e na Folia, com uma grande variação de doutrina e de repertório? Vimos que a história dos Três Reis Magos é uma só e se supõe que seja conhecida de todos. No entanto, sabemos que vários mestres possuem versões diferentes e nem sempre elas estão de acordo. Nego Fortes por certo exagerava em suas confissões de Abadia de Goiás, no último 1º de janeiro, mas nem tanto:

Eu, só eu devo conhecer umas quarenta explicações diferentes da origem da Folia, e nenhuma coincide com a que eu tenho. Quer dizer, cada embaixador tem a dele e eu acho que não tem duas iguais. (E não existe

³¹ Enfaticamente remeto o leitor à *Conclusão do Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*. Como duvidar de sua surpreendente atualidade? O texto escrito há muitos anos por Émile Durkheim explica, a meu ver, ainda hoje, alguns dos processos e algumas das significações mais intensamente profundas e articuladas do ritual e da religião (PUF, 1968).

³² Em um estudo escrito para o 44º Congresso Internacional dos Americanistas (Manchester, setembro 1982), discuto formas de apropriação e expropriação entre a Igreja Católica e grupos populares produtores da Folia de Santos Reis. Um dos casos estudados é o do Movimento de Renovação das Foliás de Santos Reis. *Em Nome de Santos Reis* deverá ser publicado em 1983 pela Editora Brasiliense, como um dos capítulos de *Memória do Sagrado*.

*alguma verdadeira, a dos padres? – perguntei eu com ares de dúvida).
Padre não conhece nada sobre isso (respondeu ele cheio de certeza).*

Há um *corpus* mítico e teológico básico de domínio coletivo entre camponeses de uma mesma região. Faz parte, por exemplo, da educação de qualquer criança, que ela aos poucos seja introduzida nas “coisas da religião”. o conhecimento coletivo do sagrado constitui a base da explicação de quase tudo, assim como explica e suporta o *ethos* cultural do campesinato. É muito difícil ser da comunidade e viver a sua vida familiar e coletiva, em que a pessoa possua o saber e aceite pelo menos a parte mais substantiva dos valores de crença do imaginário religioso acreditado. E as pessoas crêem porque sabem solidariamente o mínimo indispensável para acreditarem no que aprenderam. No entanto, fora homens e mulheres particularmente devotos ou vocacionalmente interessados em aprofundar o seu conhecimento dos assuntos da fé, todos os outros não se esforçam por possuírem mais do que um pequeno mapa das crenças, rezas, regras e usos da religião. Tudo o mais que se precise saber ou obter da religião, pode ser conseguido junto a algum especialista do lugar ou da região. Mestres de equipes estáveis de ritos camponeses são, vimos, uma categoria de tais especialistas.

Mais do que apenas conhecedores profundos dos fundamentos de seu rito, devem ser a sua memória. Quando falei sobre o *saber do fundamento*, observei que a diferença entre um pequeno e um grande mestre da Folia está em que este último conhece, conserva e recria a doutrina: a) acrescentando novos relatos aos já existentes sobre a história exemplar da visitação dos Três Reis; b) produzindo explicações teológicas, éticas e históricas associadas aos relatos que conta ou canta; c) ampliando o conjunto de acontecimentos notáveis que confirmam o poder e a legitimidade do seu ritual e do seu trabalho dentro do ritual.

Nas páginas seguintes veremos que mestres da Folga e da Folia consideram como seu dever conhecer a fundo e ensinar a quem queira os fundamentos da doutrina. Como não existe, repito, uma instância centralizadora de controle sobre o saber religioso das classes populares, cada mestre se atribui um saber doutrinário verdadeiro, que a qualidade de trabalho que faz comprova na prática. Em uma mesma região há um relativo consenso entre o saber de vários mestres. Isto quer dizer que, do repertório do cantório à coleção de relatos

doutrinários, há mais coincidências entre inúmeros mestres foliões do Sul de Minas do que entre eles e mestres de Folia de Goiás ou do Mato Grosso. Caso tivesse pesquisado o assunto mais a fundo, poderia demonstrar que existe uma distribuição regional de valores e conhecimentos que, com um não tão desprezível poder difuso de controle, submete interpretações individuais aos limites de um estoque comum de interpretações, preceitos rituais e repertórios de cantos e rezas. Afinal, em uma mesma região, é dentro de comunidades de parentes e vizinhos que as pessoas aprendem. O saber e as variações do saber circulam no interior de espaços até certo ponto restritos de docência e influência recíproca. Por outro lado, ainda que possa vir a ser um inovador de doutrina e repertório, quase sempre um especialista é mais respeitado nos assuntos da fé pelo que sabe e repete, do que pelo que cria e incorpora ao que sabe. Seria mais correto pensar que no interior de um domínio restrito de saber consagrado, há mais variações de estilo entre diferentes mestres – para cantar, para narrar e para fazer – do que variações efetivas de interpretações da doutrina e dos preceitos do ritual.

c) Um saber que é um trabalho

A aquisição do saber é um trabalho. Ela demanda esforços que começam na infância. Veremos adiante, leitor, que *aprender*, na comunidade camponesa, para o exercício de um ofício simbólico, é um processo ativo, motivado, voluntário algumas vezes, outras, uma imposição familiar. Entre foliões de Reis e folgazões do São Gonçalo, a lenta aprendizagem dos segredos do ofício não é considerada como um divertimento, do mesmo modo como se entende que o seja o aprender a dançar a chula ou a catira. “Aprendi na missão”, gostam de dizer viajeiros da Folia e os dançantes da Folga.

Porque uma coisa e outra são compreendidas como o exercício de um trabalho entre outros do mundo camponês. Um trabalho religioso, antes de mais nada; uma devoção ativa que obriga ao compromisso de participar, gerenciar ou embaixar uma Folia durante alguns anos de vida, ou durante toda ela. Bastião Bento, folião de vida inteira, gostava de dizer: “quem tá na folia tá naquela obrigação”. Esta frase aparentemente estranha traduz uma opinião unânime entre devotos de rituais do catolicismo popular. ainda que possa haver

momentos de alegria e distração na viagem da Folia entre casas da roça, ou na noite de dança votiva da Folga de São Gonçalo, elas são um compromisso; não raro, são um sacrifício para certos participantes e, para todos são uma obrigação que, como trabalho ritual, o devoto presta ao santo padroeiro em troca das bênçãos que acredita receber dele. Até mesmo um palhaço de uma Companhia de Santos Reis dirá: “eu tenho um encargo na Folia” e tanto a ele quanto a qualquer outro folião, um mestre chamará: “empregado de Santos Reis”.

Falando de um sobrinho querido que, mesmo sendo bom violeiro e de uma família de devotos, nunca quis ser um folião regular, Bastião Bento disse:

Ele era bom; bom de viola. A irmandade dele (os outros irmãos) tá tudo no giro, mas ele não seguiu essa carreira não. É como na viagem dos Três Reis. É uma só, mas quantos e quantos saíram com eles e não chegaram?

Um trabalho de obrigação comunitária, em segundo lugar. Obrigados para com o padroeiro por razões de devoção ativa ou de compromissos de promessa, os foliões e folgazões reconhecem-se como equipes de trabalho a serviço: a) de suas comunidades, compreendidas não só como o lugar de vida da equipe de devotos-artistas, mas como a área social até onde a equipe leva a sua festa; b) de toda e qualquer pessoa que solicite o trabalho coletivo da equipe, quase sempre para o pagamento de uma promessa. Não conheço caso em que “batalhão” de Folga de São Gonçalo tenha, por algum motivo, recusado a Função pedida por um promesheiro. Pouca coisa existe tão grave quanto um mestre de Folia negar o passar com a sua Companhia pela casa de um “morador”, mesmo que a ida encompride o giro de modo indesejável. É tradição antiga que os foliões, em nome dos deveres da fé e do respeito camponês, sejam servos do “dono da casa” e atendam a todos os seus pedidos de serviços religiosos ou profanos. Foliões velhos do interior de Goiás faziam queixas amargas de donos de casa de pouso que obrigavam os viajeiros a passarem a noite palmeando e sapateando sucessivas modas de catira, após um dia inteiro de jornada de casa em casa. A Folga e a Folia são momentos comunitários de trabalho religioso. São demorados cultos coletivos de oração e, por isso mesmo, não são nunca serviços cobrados pelos “empregados”, às pessoas em cujas casas cantam ou dançam. Em alguns casos, como acontece com a Folia do Divino de São Luís do Paraitinga, o festeiro – Imperador do Divino – paga a montaria (cavalos), a comida e o trabalho da pequena equipe

de três foliões que, por cerca de nove meses, viaja em seu nome anunciando a sua festa e recolhendo prendas para ela. No entanto, ainda que aquele seja um ofício profissional que afasta do trabalho agrícola a equipe de foliões, não se entende que eles estejam sendo pagos para “foliarem pro Divino”, mas apenas sustentados durante o longo período de trabalho religioso³³.

Qualquer pessoa de uma Companhia de Reis, quando perguntada a respeito de seu trabalho, responderá com o nome de sua profissão: lavrador (ninguém fala “camponês”), carapina, caiçara (como os excelentes foliões de Ubatuba e Ilha Bela), bóia-fria, servente de pedreiro. Ninguém aceitará que “vive da Folia”, embora reconheça que aquele é um outro tipo de trabalho. Um trabalho voluntário, mesmo quando atado a um compromisso de devoção, ou a um dever que moralmente obriga, pelo menos um dos filhos de um mestre folião, a seguir a trilha do pai. Explico-me. É muito difícil que alguém possa viver em uma comunidade rural sem ocupar no seu interior diferentes lugares sociais que as regras de trocas entre as pessoas estabelecem e atribuem. Lugares sociais nucleares são dados pelo trabalho produtivo. Todos precisam aprender *em um* ofício, para *ter um* ofício. Quase todos são lavradores, e muitos sujeitos, homens e mulheres, são especialistas de outros ofícios produtivos. Por outro lado, labores postos a serviço de pessoas, famílias ou da comunidade, como os da benzedeira, do rezador ou do mestre folião, não são considerados como uma profissão, embora sejam uma vocação que obriga a um trabalho. Mesmo que alguma criança seja forçada pelos pais a se incorporar à sua equipe de dança, dificilmente prosseguirá a carreira de artista-devoto se não quiser. Os mais velhos compreenderão que há diferenças de vocação – de “inclinação”, como preferem dizer – e apenas a vontade pessoal de fazer parte do grupo religioso, ou um compromisso individual para com o padroeiro, determinam a incorporação e a continuidade do trabalho de uma pessoa qualquer na equipe da Folga ou da Folia. No primeiro caso, o trabalho deriva de um “gosto” ou de uma “inclinação”. No segundo, ele é uma “obrigação”.

³³ Há uma tensão crescente em muitos grupos rituais a respeito da relação: trabalho religioso gratuito X trabalho cerimonial remunerado. Foliões insistem com vigor que não recebem pelo seu trabalho “na jornada”, e tudo o que a folia ganha com as esmolas do “peditório” reverte para a “Festa de Santos Reis”. Foliões do Divino de alguns lugares são remunerados pelos festeiros (embaixadores do Divino) porque giram em tempo de trabalho durante longos meses e são, portanto, semi-profissionalizados. Regina Prado faz uma oportuna discussão sobre o assunto em seu *Todo o Ano Tem – a festa na sociedade camponesa* (Museu Nacional, mimeo, 1980).

8. A Trilha Invisível: Aprender

Creio haver dito na *introdução* que mestres da Folga e da Folia a princípio estranham quando alguém pergunta sobre como eles aprenderam as artes do ofício de que se fizeram, justamente, *mestres*. Mas as palavras que significam ensinar-e-aprender são ali usuais, tanto quanto os atos de que são o vocabulário e a confissão. Se frente à pergunta do pesquisador curioso há um momento de assombro, em parte é porque nem sempre o exercício da docência que gera o domínio do ofício da devoção costuma ser pensado. Costuma ser objeto de meditação. E nem sempre costuma, porque não é hábito que ele seja imaginado como uma prática com vida própria, separada da própria prática ritual de que é parte. Parte e, ao mesmo tempo, condição de continuidade. Crianças da roça vão à escola; professores ensinam e alunos aprendem. Ali há lugares e tempos, regras e situações que obrigam a comunidade a ver a escola como o lugar de um trabalho peculiar: o do “ensino”. Mas onde e como encontrar o rosto da docência daquilo que afinal “não se aprende na escola”?

Proponho que o busquemos seguindo pequenas trilhas de situações vividas e biografias confessadas. Busquemos surpreender, através delas e de mestres e discípulos que entre si ensinam e aprendem, o mistério do processo pelo qual o saber se transmite, em meio a gestos e falas que aparentemente submergem o trabalho de ensinar na prática de outros trabalho: aqueles a que afinal serve o ensino que ali se faz.

a) Mestre Aladares ensina a Hamilton, o filho

Quando cheguei, Aladares ensinava o seu filho de seis anos, Hamilton. A filha mais velha espiava de longe; o assunto era entre homens. Havia comprado para ele uma “violinha” de feira que acabara de afinar antes de passar ao filho. Sentados um diante do outro, trocavam ensinamentos. “Ele não toca nada ainda”, o pai foi dizendo, quando pedi que os dois fizessem alguns acordes dos cantórios de Folia. O mestre fez dois ou três sons das posições mais fáceis e, com a mão, ajudou Hamilton a distribuir os dedos pelas cordas da violinha. O menino evita o sério e martela as cordas de qualquer jeito. Aladares insiste,

puxa um toque fácil, “descançado”, e canta uma quadra. O filho acompanha e há progressos, mas por pouco tempo. O gravador perto torna a aula uma brincadeira inesperada. Hamilton batuca confusões na viola e o pai repreende. Sem muita paciência com o aluno, acaba expulsando o filho da conversa. Me diz que é “assim mesmo”, que “o menino tem jeito” e com o tempo saberá aprender. Por enquanto não o leva nos giros de dezembro-janeiro, porque ele não agüentaria as longas caminhadas, mas espera que dentro de dois ou três anos Hamilton seja um folião ajudante.

Tal como acontece em outras práticas do mundo camponês, antes de estenderem-se ao domínio da vida comunitária, trabalhos religiosos são assuntos de família. Mães ensinam às filhas rezas e responsos “de mulher”. Depois do aprendizado caseiro é que a filha irá buscar outros saberes fora, quando o dos familiares é pequeno demais para a sua “inclinação”. Não raro avós ensinam às netas, mais do que mães às filhas, os segredos do ofício da benzedeira. Sabemos que fora casos de exceção, equipes estáveis de rituais camponeses são masculinas, exclusiva ou prioritariamente³⁴. A regra do saber é a de que o primeiro aprendizado se dê no interior da família nuclear, do grupo doméstico ou, por extensão, da parentela, entre gerações contínuas ou alternadas. Pais e avós paternos costumam ser os primeiros professores de filhos e netos. Como a família camponesa é mais patri-local do que matri-local, a linha paterna de descendência participa com maior frequência das equipes de trabalho religioso e, por isso mesmo, da reprodução de seu saber. Parentes afins não são raros em um mesmo grupo, e são mais os genros casados com filhas de foliões. Tios paternos ou maternos ensinam a sobrinhos. Quando entre parentes colaterais – irmãos, primos – a regra geral é a de que o mais velho ensine ao mais moço.

Como a prática do folião não é reconhecida como um trabalho produtivo, embora seja, como vimos, uma missão de compromisso, os pais não consideram indispensável iniciar todos os filhos no domínio do ofício, como farão sem dúvida no caso do trabalho da

³⁴ A Folia de Reis de Poços de Caldas – uma das várias que giravam na cidade – é dirigida por uma mulher, Dona Matilde. A Companhia de Mestre Messias, mesmo tendo como embaixador Aladares, é tida como “de Dona Ana”, viúva do mestre falecido. Tia Lolota dirige um grande terno de dançadores de congo em Machado, Minas Gerais. São casos raros. Entenda-se bem, uma mulher nunca é mestre da Folga ou da Folia, mas pode ser “dona” de uma Companhia, se a constituiu por voto ou devoção, ou se a herdou de um pai ou marido folião ou folgazão. Poderá participar ativamente, cantando entre os outros, como Dona Matilde, ou poderá dirigir o grupo sem ser um dos seus atores, como Dona Ana (que, no entanto, às vezes “responde” e ajuda “na reza”), ou como Tia Lolota.

lavou. Entre vários filhos homens, pais ou avós mestres de Folia iniciarão aqueles a quem o rito interessa; aqueles que desde cedo demonstram possuir “o dom” do artista-devoto; aqueles a quem uma promessa anterior, feita pelos pais, liga o filho a uma “obrigação” para com o santo padroeiro.

De primeiro ficava de geração: pai pros filhos. Aquilo não terminava. (Mestre Messias, de Goiânia) Eu nasci neste sertão, mas existia (a Folia), já era tradição. Isso vem de família: meus pais, meus tios, e eu já venho mais ou menos com cinqüenta anos só de mestre. Meus avós também eram. Minha mãe também cantava muito bonito. Na época da Quaresma meu pai com a família toda fazia Recomendação de Almas... No tempo do meu pai eu cantava com ele nas últimas vozes. Depois ele foi ficando de idade e a gente foi procurando compreender melhor. Eu comecei tinha treze anos de idade. Eu cantava no lugar do maestro. Na Folia comecei tinha sete anos e com treze tomei o lugar do maestro. E o meu pai faleceu e eu passei a ser responsável no lugar dele. (Mestre Lázaro, adepto do Movimento da Renovação da Folia de Reis, em Jardinópolis, São Paulo).

Na realidade, entre os casos estudados encontrei diferentes alternativas de iniciação familiar. Pais foliões graduados ou mestres tomam o seu cargo a formação dos filhos. Pais foliões não assumem a iniciação dos filhos e, em alguns casos, dificultam o ingresso dos filhos na equipe. Pais não-foliões autorizam e até mesmo incentivam o aprendizado dos filhos junto a outros parentes, ou mesmo junto a mestres da comunidade, mas de fora da parentela. Pais não-foliões deixam a iniciativa da formação por conta dos próprios filhos. Estes podem ser convidados por algum parente ou não-parente, para virem ajudar, fazendo as finas vozes de requinta e contra-requinta. Ou podem buscar o saber junto a alguma equipe do lugar, sobretudo quando adolescentes.

Mestres e contra-mestres têm muito mais interesse na iniciação de filhos, netos ou sobrinhos, do que os outros foliões. Quase todos os mestres com quem estive em Minas, Goiás e São Paulo, sonham ter um ou mais filhos como continuadores de seu ofício, de sua “missão”. Mesmo quando tomam a seu cargo a formação de pessoas de fora da família, trabalham para que um descendente direto herde a Companhia. O costume é que o filho, o neto ou o sobrinho aprendam no exercício do trabalho. Tão cedo quanto possível um pai folião graduado incorpora um filho “com dom” no seu grupo. Grandes mestres contam com orgulho que entraram cedo “na missão” e, cedo, chegaram a mestres. Uma precocidade indiscutível é o sinal de um mestre de Folia.

Eu aprendi Folia com meu pai. Ele saía e eu saía atrás pra aprender com ele. Quando comecei eu tinha doze anos e aprendi Folia de Reis aqui. É uma coisa antiga. Meu pai aprender com outro. Ele morreu, ficou meu pai; meu pai morreu, ficou eu. Agora, eu acho que quando eu morrer acaba, porque os mais novos, ninguém quer seguir isso. (Mestre Diorando, da Ilha Bela, em São Paulo)

Raros os pais ou avós que procedem como Aladares. Ele, um filho de camponeses cedo migrado para a cidade. “Embaixador” letrado, funcionário subalterno do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás. Compra os instrumentos de música para o filho, espreita com ansiedade “a inclinação do menino”. Reserva períodos caseiros para o ensino. Copia para si mesmo e guarda para Hamilton incontáveis folhas de estrofes de cantório e “procuras” da doutrina. Programa avanços e inicia o filho antes de incorporá-lo à Companhia de que agora é embaixador.

b) Um certo João Paulista, avô de Bastião Bento

Conto aqui um pedaço da história “do povo dos Bentos e dos Nunes”. Bastião Bento começa.

Ele é nosso chefe. Ele aprendeu com meu avô essa Folia que o senhor tá gravando. Depois, com a falta dele, vem vindo os nossos que já aprendeu com o compadre Gabriel, que é o que ficou no lugar do meu avô. E daí pra cá a gente moram todos juntos e todos tem a mesma folia que é igual à do meu avô. Agora, esse Gabriel, a família dele ninguém ficou folião, mas os sobrinhos, primos e amigos ficou com a missão dele. Hoje nós estamos voltando com a turma antiga. Tem muitas famílias, mas o tronco é um só: meu avô João Paulista. Tudo começou ali. Seo Ovide (Ovídio, o mestre atual) aprendeu com o Gabriel que era discípulo do meu avô. Até hoje a Folia é uma tradição do meu avô (segue o seu “sistema”). Já fui folião com outros, o Zé do Tide (a Companhia de mestre Zé do Tide, quando Bastião Bento foi camponês em Americano do Brasil e Mossâmedes). Mas aquela é desgarrada da nossa (nada tem a ver com a parentela). A nossa procedência é essa Folia aqui.

Os descendentes não sabem explicar como, mas o fato é que um dia um certo João Paulista veio de São Paulo para Goiás. “A assinatura dele eu nem não sei”, explica Bastião Bento, querendo dizer que não conhece o sobrenome real do avô. E por haverem os

descendentes esquecido o nome da família, ficaram os filhos de João conhecidos como: Zequinha Paulista, Joaquim Paulista, Antônio Paulista, Marciano Paulista. “Eram filhos dele e lidaram com a Folia”. Este é o começo da história de uma antiga Companhia de Santos Reis que mestre João Paulista trouxe com a tralha e os parentes para Goiás e que, de acordo com os parentes em linha direta, “tem hoje mais de cem anos, só aqui na nossa região”. Esta região é uma área rural das cercanias de Goiânia, onde famílias de foliões habitaram muitos anos antes de haver sido fundada a capital do estado. Hoje em dia, ela gira todos os anos entre 1º e 6 de janeiro, sob o comando de Nego Fortes e a direção de mestre Ovídio. Gira entre sítios, fazendas e o povoado de Abadia de Goiás, no município de Trindade.

O pai de Bastião Bento, Manuel Bento de Oliveira, foi casado com uma filha de João Paulista. Ele, mineiro migrante para Goiás aos dez anos de idade, foi folião da Companhia do sogro. Nenhum dos filhos homens de João Paulista chegou a ser “embaixador responsável” como o pai. Melhores foram os cunhados, como alunos do mestre e mestres de Folia: Joaquim Fidelis, cunhado do segundo casamento de João Paulista; Gabriel Alves de Oliveira, “um dos principais discípulos do meu avô”, diz Bastião Bento; “o maior discípulo que o velho João teve”, dizem Nego Fortes e mestre Ovídio. Quando Gabriel começou a aprender com mestre João, ainda “não era da família”. Casado com uma outra filha de João Paulista, veio a ser o seu substituto. É dele que a memória dos mais velhos conta histórias, porque foi com ele que os velhos mestres de agora aprenderam.

Parentes afins de João Paulista – distribuídos por casamento entre filhas, netas e sobrinhas – outros camponeses da região “encostaram” famílias na do mestre e foram foliões de sua Companhia. “Acaba sendo uma gente só, uma irmandade de muitas famílias, mas uma gente só, tudo parente”, diz Bastião Bento. E completa:

Aí vem os colegas dele (de mestre Gabriel), a família de Nunes: Aprígio Nunes, Geraldo Nunes, Orsino Nunes, todos mestres embaixadores; Floriano Nunes, Otávio Nunes, Miguel Nunes e José Nunes, tudo folião, mas não embaixava. Vem outras famílias, a família de Fortes, que era colega: José Alves Fortes, Joaquim Alves Fortes, Francisco Alves Fortes, Messias Alves Fortes, Antônio Alves Fortes e Eduardo Alves Fortes.

Um dos filhos de Joaquim Alves Fortes, Nego Fortes, fazendeiro em Trindade, é quem se fez uma espécie de “alferes perpétuo” da Companhia e luta para que ela não morra. Dos descendentes, alguns participaram ainda da Folia nos tempos de mestre João Paulista. Os mais moços já são do tempo em que mestre Gabriel assumiu o comando do grupo. Outros aparentados dos primeiros tempos: Leandro Martins, João Custódio e seu irmão José Custódio, todos embaixadores, e João Fidelis, regente de Folia.

Ao falar de mestre Ovídio, Bastião Bento diz:

Irmãos dele é outra tarrafada de folião: Ovídio Cristino Nunes, discípulo de mestre Gabriel e embaixador atual da Folia. João Cristino, Urias Cristino, Olivo Cristino, José dos Reis (palhaço de Folia, primo de mestre Ovídio). Ovídio é primo daquela carreira de Nunes. Tem outros irmãos e primos dos outros Nunes, tudo folião: Sebastião Nunes, Juvenal Nunes, José Nunes, José Roque Felipe, que já vem de outra família.

Família dos Bento, de quem nunca saiu um embaixador: Sebastião Bento (ego), João Bento, José Bento, Antônio Bento, Luís Bento (Nego Bento) e Joaquim Bento (Quim Bento). “A nossa família deu uma descendência de folião”: Brás Cristino (sobrinho do Ovídio, segundo embaixador), os irmãos Sebastião Bento de Freitas, José Bento de Freitas e Antônio Bento de Freitas; Doralino Bento de Oliveira, Sebastião Bento de Oliveira, Eduardo Bento de Oliveira e Geraldo Bento de Oliveira. Os quatro últimos, irmãos também, Geraldo, “palhaço e poeta dum recurso esquisito”. José Maria, folião casado com uma sobrinha de Bastião Bento. Bené Maria, casado com outra sobrinha. Lázaro Bento (sobrinho, palhaço exemplar), Antônio Bento (“aquele requinteiro, cantador fino”), Almelino Bento, Miguel Bento (“irmão também os dois, é tudo sobrinho”). Filhos foliões de Bastião Bento: Adelino Bento Santana, Antônio Bento Santana, Sebastião Aleixo Santana (“é filho com outra assinatura”), Jonas Bento Santana, Emilson Bento Santana, Wilson Bento Santana.

Após fazer a listagem das “irmandades de foliões” da descendência do mestre João Paulista, Bastião Bento arremata:

Agora, isso aí tá tudo misturado, porque esses aí, da parte dos Nunes e dos Alves, já é do tempo do meu avô. Daí pra cá vem aumentando, uns morrendo. Agora tá entregue pro Nego Fortes. Já tem muitos galhos (outras Companhias originadas do tronco original), mas essa Folia é a que veio e nunca acabou.

Nego Fortes me faz ensinos no pouso de saída da Folia em 1º de janeiro de 1983. Com a chegada de “um povo de paulistas” há cerca de um século, vieram para aquela região “a Folia e a Catira”. A memória, mesmo a dos mais velhos, nada guardou a respeito daquela geração de migrantes paulistas para o que era então um sertão goiano a muitos dias de viagem. “Esses paulistas sumiram aos poucos, mas a Folia deles e a Catira ficou”. Nego Fortes é hoje o responsável pela Companhia. Em 1982, perdeu o pai doze dias antes da data da “saída do giro”. Num pequeno discurso que fez entre lágrimas, disse que a melhor homenagem que poderia ser prestada a ele seria fazer a Folia girar naquele ano como em todos os outros. Ele tem consciência de que de sua geração para a próxima o rito familiar corre perigos. Quando contava para mim que espera em Deus que a Folia nunca acabe, um sobrinho de menos de quinze fez roda na conversa. O menino disse que achava que a Companhia morreria com a geração dele. Dava o seu próprio exemplo: gostava de foliar, de sair com o “giro”, mas tal como os outros primos, não fazia esforços para aprender o ofício. Ao que Nego Fortes respondeu:

Pois eu queria começar é por você mesmo. Você que gosta, que tem gosto, já era tempo de procurar aprender a cantar, caçar um instrumento, aprender a tocar; conhecer os princípios, a doutrina.

Mas o sobrinho não fará aquilo. Meninos da cidade, procuram outros ofícios. Raros os jovens que participam do rito com o mesmo entusiasmo dos pais. Poucos os pais que têm ainda poder familiar para manterem por muito tempo os seus filhos à sua volta, fiéis ao rito. Um dos parentes, Juquinha Ruivo, vem todos os anos com dois filhos. Moradores da cidade, conservam ainda gostos camponeses. Chegam vestidos por igual e os filhos dominam tanto o cantório de auxílio da Folia, quanto o toque de instrumentos de couro. Dançam a catira admiravelmente. O pai não embaixa. Mais adiante os filhos abandonarão a Companhia; ficarão nela, como foliões de apoio; ou irão buscar a ciência da maestria com algum mestre de perto.

Nego Fortes guarda esperanças, hoje menos intensas do que ontem, de que alguns meninos descendentes não deixem a “tradição morrer depois de mim”. Todo o trabalho ritual repousa agora na sua administração e no saber de mestre Ovídio. Quando um dia o ritual desaparecer das cercanias de Abadia de Goiás, que fique pelo menos a memória

escrita. Nego Fortes quer escrever um grande livro “com toda a doutrina da Folia tirada da Bíblia”. É um trabalho de muitos anos, mas ele garante que já fez boa parte dos escritos.

Entre Bentos e Nunes, Alves Fortes e Cristinos, equipes rituais do catolicismo popular são unidade de parentes, assuntos de família. Não é difícil preservar, ao longo dos anos, uma equipe devota de trabalho comunitário gratuito (ainda que o giro da Folia seja tradicionalmente farto de comida camponesa), pronta a se reunir e a trabalhar “pra Santos Reis” todos os janeiros. O saber do rito não se aprende em pouco tempo, e substituições de “companheiros” são difíceis. Enquanto as condições do modo de vida camponês são preservadas, mesmo que alguns foliões da Companhia migrem para a cidade, como acontece com a equipe que estamos estudando, o trabalho ritual se preserva e, durante alguns anos, mantêm a sua plenitude: equipe completa, rigor no giro, casas de moradores preparadas para receberem a Companhia.

Entre parentes e vizinhos aparentados divide-se todo o trabalho da jornada. Uns são foliões e, outros, moradores; uns “visitam” e outros “recebem”. Todo o espaço da comunidade cotidiana de vida e trabalho sabe reordenar-se de forma a ser, durante seis ou treze dias, o cenário onde a Folia “na missão” reconta como rito o mito da história da viagem dos Três Reis Magos.

O saber migra de uma geração à outra entre parentes. Mesmo quando um pai não tenha, como o lendário João Paulista, filhos que o substituam como embaixador, deixará “formados” sobrinhos, netos, cunhados ou seguidores vizinhos, “companheiros” com o dom. O aprendizado do repertório, da doutrina e do costume, circula entre parentes consangüíneos ou afins. Circula entre “cumpadres” e entre padrinhos e afilhados. Sabemos todos que o sistema de compadrio reforça laços familiares e estabelece trocas simbólicas e sociais intensas entre vizinhos e companheiros de trabalho.

Perdidas as condições rurais de intercâmbio camponês, as equipes de trabalho ritual desaparecem ou reaprendem a conviver em um novo contexto. Viram os pequenos ternos que encontrei dentro de Goiânia e em Poços de Caldas. Incorporam não-parentes, ou sobrevivem com dois ou três familiares. Filhos não demonstram mais qualquer interesse pelo ofício dos pais, e os velhos mestres quando não encontram discípulos que aprendam

com eles, silenciam com a morte ou a aposentadoria do ofício o saber que um dia trouxeram de longe, de outros tempos.

c) Aladares aprende com Mestre Messias

Como foi que Aladares, um embaixador de Folia há menos de cinco anos, aprendeu o seu saber? De que maneira ele mesmo traça a sua biografia de folião e desenha nela uma trajetória que vai de violeiro a mestre? O estudo de sua história pode ajudar a compreender relações de ensinar-e-aprender. Eis o caso de um mestre não-parente.

Eu venho de baixo, cantando, ajudando embaixar, pedindo esmola. Não. Eu comecei tocando. Eu era garoto, eu cantava na Folia no sistema goiano que tem quatro vozes, mais dois meninos respondendo: dois dum lado e dois do outro (um adulto e uma criança de cada lado). Então o mestre cantava e o grupo respondia; então (eu) estava junto fazendo a requinta. Eu comecei já aprendendo tocar. Eu tinha um primo que embaixava e eu cantava muito com ele. Ele me punha pra pedir esmola. Eu já sabia mais ou menos e eu fui aprendendo. Eu aprendi estava com nove anos. Quando eu comecei (foi com) uns caras de Santa Catarina que tinha violão, viola, e eu comecei aprender.

Na família só tem eu. Nós somos dezoito irmãos que toca viola e canta. Nesses dezoito ninguém dedicou (tornou-se folião). Eles gostam, mas não praticam. (isso tudo aí foi em Goiás Velho?) Foi. Aí eu resolvi aprender. Um dia eu tava na Folia e cheguei num pouso e o embaixador era um tal de João Ribeiro, lá no Urú (nas beiras do Rio Urú, perto de Goiás Velho). E pegou ele falou: “você toma conta pra mim no arco e depois eu acabo de chegar”. Eu pensei que ele saiu foi por necessidade. Assim, eu peguei, enfrentei. Foi a primeira vez e eu olhava pra trás e o homem (o mestre) nada. Eu saudei o arco assim e fui entrando; eu não sabia não. Eu passei pelo arco e ele não chegava, e eu cantando, inventando verso. Eu não sabia no duro, direito. Então cantei saudando o arco, o tronco da casa e tudo. Aí eu pedi licença pra entrar dentro da porta. Quando cheguei no altar é que ele chegou.

Eu sabia mais ou menos o sistema da coisa, e depois desse tempo pra cá eu resolvi aprender. Mas o mestre que me ensinou doutrina errada.

Porque, geralmente, a doutrina você começa pelo Rei Gaspar e ele me ensinou que era pelo Rei Belchior. Aí eu resolvi aprender com o mestre Messias. (como foi que você aprendeu com mestre Messias?) Foi nessa Folia aqui da Praça Universitária. Eu cantava lá muito, mas noutro sistema

e naquele outro ritmo que eu tinha aprendido com esse outro mestre. E eu vejo muitos mestres cantar errado. Sai com o Rei Belchior na frente, e eu explico tudo a eles. Porque geralmente a gente aprende errado para depois aprender o certo. Muita gente não gosta que a gente corrija.

Então eu aprendi os Três Reis, que ajuda a gente. Faz aquela força e dá para sair. Eu entrei na Folia do seo Tomás. Ajudei ele uns dois anos e depois conheci o seo Messias. Seo Messias tira uma Folia pra ele e eu fui ajudar o seo Messias. Falei pra ele que ia conhecer ele pra ele me ensinar, como de fato me ensinou. Eu fui lá e a única pessoa que quis dedicar o fundamento assim profundo com ele, fui eu só. os colegas dele moram lá, que disse que tem mais de vinte anos que trabalho com ele (como folião de seu terno), e não interessa de aprender. Canta, embaixa; às vezes embaixa numa casa, mas não sabe (a doutrina). Às vezes tem alguma dificuldade, vem atrás da gente ou vai atrás dele. (Nem o seo Tomás sabe esses fundamentos todos?) Não. Mas ele ajudava a cantar muito pouco. Tinha assim: sabia o Nascimento; ele era alferes de Folia. Ele sabia tudo. Ele passava a vara direitinho. Então, quando eu ia com ele não tinha problema. Ele ia na frente e eu deixava tudo por conta dele. Eu só tomava conta dos folião. Agora, esses outros aí já não sabe. O dia que tem Encontro (entre duas Folias) dá o maior problema. Tem que fazer avena (vênia), tem que explicar um pro outro. Um sobrinho dele já tá sabendo como faz um Encontro. Eu ensinei pra ele.

Agora, seo Messias, eu tirei duas vezes pra ele (girei comandando a Companhia em seu nome). E ele era desses que você podia deixar ele, e sabia sair, de qualquer embaraço que tivesse ele desenrolava. (Você começou na Folia dele de contra-mestre?) Não, já embaixando. Às vezes ajudava ele. Ele já tava assim cansado, de idade, então ele descansava e eu cantava. E ele tinha um problema de bronquite... Ele tinha um fundamento profundo com os Reis Magos. Não sei qual deles; não sei se o Belchior ... Baltazar. Mas pra mim é o Belchior. Ele, da casa dele, sabia o que acontecia com você, que quando chegava na casa dele ele já sabia. ... Eu não sei. Ele tinha um ponto com ele, igual eu expliquei pra você, às vezes é um Rei desses (quem o protege).

Ele não quis me dar. Não quis não. Eu não esperava dele falecer tão rápido. Porque ele me ensinou tudo direitinho, mas essas partes ele não ensinou. Um dia eu cheguei na casa dele e ele falou: “é, você está dando um pouco de trabalho pra mim”. Eu lá no Setor Universitário, e ele tava lá (estando em sua casa) ... Outro dia, numa cantoria que eu fiz numa casa pra pessoa falecida, uma pessoa baixou naquele local e acompanhou depois (a Companhia) numas cinco casas. E quando ele notou, ele viu que a pessoa tava encostada. Ele despachou de lá de onde ele tava. Aí, no outro dia cedo, eu cheguei lá. Ele me ensinou que quando você cantar, você sai fora da casa pra aquela pessoa não desencostar (encostar). Senão a pessoa vai junto. Se não rezar, às vezes pega uma pessoa lá na frente e atrapalha de fato. É

verdade mesmo. Eu já cantei uma vez e esqueci, e a pessoa (falecida) foi junto. Seo Messias me deu uns versos que são muito profundos. Então é quando você vê a morte de uma pessoa (quando entoa os versos e alguém presente morrerá naquele ano); eu vi a morte de um folião no ano passado. Eu até falei pra Maria. Então ele (mestre Messias) tava cantando numa casa e ele falou: “quando você vê que um folião vai embora de fato (vai morrer), quando cruzar a bandeira, pode saber”. E seo Zé cruzou uma bandeira no ano passado, numa casa. Cruzar, se você for entrar por aqui e for pra cá, não pode. Entra aqui primeiro e depois entra ali. ...

Não, aquilo ia na mente dele (o repertório, os fundamentos e os poderes). Ele levou doze anos pra decorar tudo, aprender tudo na idéia. Mas ele tinha um negócio com ele que ele recordava por intermédio daquilo. Não sei o que é. Era um protetor dele que dava aquilo tudo na idéia dele. Então eu chegava, do jetio que nós tamos conversando aqui. Ele dava os versos tudo certinho. Às vezes esquecia algum, mas voltava e lembrava. Ele ia falando e eu copiando no gravador. Depois eu tirava. Tem poucas coisas lá que eu já tinha e passei pro caderno.

Tem um agradecimento lá que era dos Bento (aprendido de Nego Bento) que eu acho muito bonito. E ele não me deu aquele outro, assim (canta com a viola). Tem um verso mais selecionado, aparece que fala mais profundamente na doutrina. (mestre Messias não tinha nada escrito não? Ele não aprendeu de escrito não?) Não. Tudo da cabeça dele. Ele tinha um livro. É tudo tirado da Bíblia e da Folia de Reis, aquele. Até eu tenho o livro lá que você me deu. Ele tirou uma parte lá do livro. Sendo aquele “Livro Gogota”, que ele falou pra você. Disse que é muito bom esse livro. Mas eu não encontrei até hoje. Eu encontrei um livro em Goiás (Velho). Um livro de Reis. Mas parece que o fundamento já não é assim um doutrinal católico. Parece que tem um pouco de Espiritismo e os versos tudo desencontrado uns com os outros. Eu não achei fundamento. O cara disse que tinha o livro de Reis lá.

(Ele aprendeu o livro também, porque ele fala do livro nas Horas Marianas?) É, mas no livro Horas Marianas não tinha nada escrito. Ele tirava pelo livro e pelo livro ele tirava o termo. Os versos não era geralmente escrito no livro não. Dali ele tirava somente as doutrinas e fazia os versos. Sobre acontecimentos como São Sebastião, Santos Reis, São João, tinha fundamentos ali. Ele lia e tirava os versos que acontecia (da narrativa dos acontecimentos na vida do santo). Então eu tirei todas as cópias que eu tenho (de estrofes e procuras) e dei pro filho dele. Só tem uma que eu não sei ... pra achar, mas tem uns quatro versos que eu esqueci. É a cena do Cristo na montanha. Até um verso muito bonito.

Outra vez nós ia lá e tirava uma Folia. Ele cantava um pedido de esmolas. Outra vez ele cantava pra mim. Então nós estava, eu tirava no gravador, depois eu copiava. Então tem muita coisa tirada no gravador cantado por

ele³⁵. Eu tenho um caderno já quase completo. Só tá faltando pouca coisa. Uma coisa que eu queria aprender era o Rosário de Nossa Senhora, mas não deu tempo. Nunca deu pra tirar o Rosário de Nossa Senhora. São cento e quarenta versos. Ele me falou que o meu é trinta (ensinou uma forma abreviada de trinta quadras). Então tem uma parte que esse povo canta aí. Tem muitos desses versos de Folia de Reis, mas não cabe nesses versos do Nascimento. Que é aquele verso que fala: “da rama nasceu a flor, da flor nasceu Maria e de Maria o Redentor”. O mestre fala que esses versos tem que ter. Eu falei: “mas esses versos não é do Rosário de Maria”. Aí o seo Messias explicou pra mim que esses versos eles cantam muito do Nascimento, mas não tem; eles são do Rosário.

Seo Messias muitas vezes viu os Três Reis do Oriente. De noite ele rezava e de manhã ele rezava. Agora eu esqueço (de rezar como ele sabia). Já rezei umas quatro vezes, aí aparece outra coisa pra atrapalhar. Mas ele falou: “você não incomoda não, que depois você vai ver”. Eu já vi os Três Reis do Oriente, mas a Lapinha mesmo eu não cheguei ver. Tem um mestre lá em Itaberaí. Ele tirou uma Folia com a viola. Eu queria ter um encontro com ele pra bater um papo, porque tem muita coisa e a gente queria aprender assim uns negócios mais. Igual tem esse mestre que o Marreco fala muito nele. É o Ovide (mestre Ovídio).

A morte prematura de mestre Messias obrigou Aladares a subir ao seu posto antes do tempo. Ele mesmo, já então um mestre, não se reconhecia ainda sabedor do “fundamento profundo” que busca até hoje. Dona Ana, baiana, fez voto de seguir com a

³⁵ Sobre mistérios do aprender sabendo ou não escrever, mestre Aladares esclarece diferenças: “É, para esses que mora na roça e que não tem leitura, eles aprende o verso com outras pessoas. Vai ditando pra ela e elas vão aprendendo. Outros então já tem um pouco de leitura. A mulher (a esposa) já sabe e ensina. Igual eu conheço um (mestre) que a mulher dele tem leitura. Ele não sabe ler também, então ela faz a leitura pra ele e ele guarda aquilo na idéia”. Sobre o mesmo assunto, mestre Messias diz: “Bom, eu digo o seguinte: meu filho demonstra ter uma boa invocação e, para isso, só aqui copiado pra ele, tudo em verso, eu tenho mais ou menos duzentos e oitenta ou trezentos versos, não é não, seo Valadares? (ele pergunta a Aladares). Copiado para meu filho. E além dele eu tenho vários sobrinhos e alguns parentes que interessa e pode também dali ir se estendendo como uma rede de luz que os fios vem até aqui e para frente; tenho dois ou três interessados ele segue, não é?” A mesma coisa acontece no depoimento de Otávio Ramos e Arnaldo F. Drumond em *Função do Cururu* (SEC da Prefeitura Municipal de Cuiabá, “Cadernos Cuiabanos”, abril, 1978). No “Pequeno Glossário do Cururu”, que antecede o estudo, os autores escrevem o seguinte: *Sabedoria* – diz-se do curureiro que canta versos e toadas de inspiração bíblica (*tem sabedoria, é de sabedoria*). Alguns cantadores estudam livros sobre santos e enversam os temas para brincadeiras de Cururu. Quanto mais Mistérios, Paixões e Padecimentos conhece o cantador, mais respeitado ele é. Desde, diz-se também *cantador de santidade, cantador de escritura*. Na escala de valores, o menos respeitado é o cantador de lari-lai-á: aquele ignorante em temas sacros, que não sabe saudar o santo. Ao invés de cantar o pé de verso de sua toada, ele preenche o espaço musical com o lari-lai-á (p.7). Assim também, de acordo com o depoimento da antropóloga Patrícia Montemor, entre os palhaços das Foliás de Reis dos morros e favelas do Rio de Janeiro, a diferença de qualidade se dá pelo conhecimento de longos versos a respeito da “doutrina sagrada”, que alguns ainda sabem declamar em seus momentos de atuação, e o simples exercício de danças jocosas e falas cômicas, com ou sem versos. O palhaço menos sábio é aquele que sequer sabe fala alguma do ritual e apenas repete passos de dança e brincadeiras.

Folia de Messias, o marido, até quando pudesse. O filho folião do casal estava longe de poder assumir a chefia do grupo. É possível que nunca o faça. Entre outros desigualmente preparados para o ofício de embaixar, dona Ana escolheu Aladares. Ninguém foi contra, mesmo porque se diz entre os foliões do lugar que era este o desejo do próprio mestre Messias.

Ao contrário de Quesalid, o aprendiz e depois mestre-feiticeiro dos Kakliult, sobre quem Claude Levi-Strauss desenvolveu idéias a respeito da atribuição social de credibilidade e eficácia ao ofício do xamã, temos aqui um aprendiz e, depois, um mestre-folião, sincera e profundamente crente na verdade e no poder religioso de seu sistema de crenças e cultos.

Desde criança procura aprender. Acompanha foliões parentes e serve a mestres, parentes ou não. Rejeita um mestre cuja doutrina não lhe parece “profunda”. Encontra na Folia urbana de um conhecido a ponte para, finalmente, travar conhecimento e fazer-se discípulo de um grande mestre, dono do “fundamento profundo” que aspira conhecer e um dia dominar. Procura-o, pede o seu ensino, gira com ele. Ouve-o com um cuidado maior do que o dos outros viajeiros de Santos Reis, copia quadras e “procuras”, grava, transcreve. Tira cópias que precariamente datilografa no Museu Antropológico; devolve por escrito ao mestre Messias o saber oral que aprendeu com ele. São folhas de seu próprio “ensino” que Messias acaba guardando para o filho.

Primeiro Aladares domina o saber instrumental. Jovem ainda é o começo do exímio violeiro de agora. Depois leva anos aprendendo o repertório. Não quer conhecer, como os outros do grupo, apenas o cantório fácil dos momentos rotineiros. Quer conhecer todas as quase setecentas quadras que, de acordo com mestre Messias, são a fala do fundamento da doutrina. Ao mesmo tempo aprende também a doutrina. Ouve e copia as inúmeras procuras que guardam, mais codificadamente do que os versos do cantório, como o comum dos mestres, as regras de conduta cerimonial, quer conhecer mistérios e defesa da fé contra os perigos da feitiçaria ritual. Depois de anos de aprendizado com mestre Messias, quer dominar finalmente os seus poderes. Saber orações que, ditas, fazem o devoto ver o sagrado: os Três Reis Santos, a cena do Nascimento de Jesus Cristo. Conhecido o saber do sagrado, ele quer conhecer o saber do mistério. Como raros agentes do catolicismo popular,

vindo de ritos do Congo e do Moçambique, mestre Messias que, acreditava-se, conhecia e exercia para os usos “do bem” alguns ritos mágicos. Possuía “o dom”, alguma coisa que Aladares prefere reconhecer como “uma força”, um poder miraculoso ofertado a ele por algum dos Três Reis de que Messias foi um devoto fervoroso. Mas partes disto é também possível aprender, porque há no mago um *saber do poder*, assim como há no mestre um *poder do saber*. A magia não é mais do que um conhecimento que torna ativo um dom natural ou concebido para o seu exercício. Mais de uma vez Aladares lamentou muito haver virado um mestre sem conseguir ter aprendido com Messias os segredos que ele não teve tempo de ensinar ao discípulo.

Enquanto quase todos os outros discípulos dos mestres da Folga e da Folia que conheci em São Paulo, Minas Gerais e Goiás, aprendiam no ato do ofício e apenas em raras ocasiões faziam horas extras de estudo, Aladares procurou tornar-se um estudioso. Buscava o saber junto ao mestre e estudava o ensino aprendido do mestre. O saber é buscado e é uma tarefa obtê-lo. Morto mestre Messias, Aladares ensina a outros foliões de seu grupo, ao mesmo tempo em que procura contato com outros mestres de quem deseja aprender ainda.

A história de Aladares revela o outro lado das trocas de saber entre agentes populares de trabalho simbólico. Se avós, pais e tios escolhem netos, filhos e sobrinhos a quem convocam a que os acompanhem e se tornem devotos-artistas também, meninos e adolescentes ativamente procuram convencer os que sabem a que ensinem o saber do ofício. Mais aqui do que na escola, é clara a verdade de que aprender é um lento trabalho de *fazer o saber*.

Mestre Antônio, folião do Divino Espírito Santo em São Luís do Paraitinga:

*Eu aprendi desde pequeno. Agora a gente tem dois meninos pra cantar, porque a gente gira muito. Tem vez de girar cento e cinquenta e um bairros (rurais). Eu cantava como contra-mestre; agora sou mestre há mais de quarenta anos. Geralmente quem tá na folia começa de garoto e quando ele é bom, vai passando. Ele começa como **tipo** e vai passando até ficar mestre de Folia. A gente começa desde pequeno a tocar viola. Mas a gente tem que ter um pouco de interesse, inteligência. Aqui aprende muito de boa vontade, olhando o outro tocar e vai aprendendo sozinho. O que aprendi foi olhando outro tocar. Agora, Folia tem uma pessoa que corrige quando a gente sai fora. Então a gente guarda a voz na memória e depois canta. A primeira voz*

é a mais difícil. Agora, depois já é mais fácil. Eu fui aprendendo: primeiro contrato, depois, contra-mestre. Eu não peguei pra trabalhar, pra continuar, mas sei. Eu tinha onze anos e comecei com sete. Eu comecei ouvindo rádio, moda de viola, e também televisão (programas sertanejos) e fui aprendendo.

Na biografia de folião narrada por Aladares, convoquei o depoimento de mestre Antônio, porque entre os dois há semelhanças que fazem tão comuns as histórias de devotos nascidos na roça e migrados um dia para a cidade, onde reaprendem as condições de trabalho ritual num contexto que não é mais o de sua origem.

Eis em mestre Aladares um exemplo notável de estudioso popular. multipliquêmo-lo por muitos mil. De uma fazenda nas beiras do rio Uru para a cidade de Goiás, de lá para Goiânia; do trabalho rural para o urbano; das companhias de Reis “de roça” para outras “da cidade”; dos recursos populares costumeiros do aprender, aos recursos letrados, eruditos: o gravador, os livros, os escritos datilografados. O mestre folião quer aprender e estabelece programas de formação nos intervalos de seu tempo de trabalho produtivo, programas que nem por não serem escolares deixam de ser ativa e intencionalmente educativos. A meio caminho entre “discípulo” e “mestre” – algo equivalente ao que acontece em nossas universidades a um mestrando, quando ele já é um professor – aos poucos o folião divide-se entre começar a ensinar – o filho, os outros companheiros de equipe, aqueles que o procuram – e continua a aprender.

As redes de trocas e reprodução do conhecimento popular são feitas de pequenas histórias como a de Aladares: a) relações duais simples entre um mestre e um discípulo³⁶; b) a multiplicação de tais relações duais de contrato para ensinar-e-aprender, quando em uma só equipe de trabalho ritual um mesmo mestre “forma” vários discípulos; c) as relações coletivas de aprendizagem criadas pela própria maneira como a equipe ritual trabalha, facultando a aquisição do saber através da própria prática de “participar e fazer”.

Deixemos que o mestre de mestre Aladares conte a sua história.

³⁶ Em seu estudo sobre a comunidade mexicana de Tzintzuntzan, George Foster descreve relações entre parentes, vizinhos e companheiros de trabalho caracterizadas por trocas entre membros de pares de sujeitos compromissados em um tipo de *contrato dual* de reciprocidade. (*Tzintzuntzan*, Fundo de Cultura, 1965).

d) Mestre Messias aprende e ensina

Um dia, em sua casa, mestre Messias cortou o fio de uma entrevista e fez um pedido inesperado:

O senhor pode caçar na Bíblia, em todos os livros, que o senhor encontra direitinho, na passagem da vinda de Jesus, sobre os Três Reis. O senhor encontra direitinho e, melhormente, se o senhor, por exemplo, num museu em São Paulo é capaz que o senhor encontre (o livro). E se o senhor encontrar e der um jeito de comprar o Livro das Horas Marianas, o senhor pode comprar nem que custe mil cruzeiros. O senhor pode comprar e mandar pra mim que o senhor recebe o dinheiro. Esse aí eu não quero que o senhor vai mandar gratuito pra mim não.

Em Goiânia, em São Paulo e no Rio de Janeiro encontrei alguns livros antigos de devoção católica que dei a mestre Messias. Mas nunca consegui encontrar três livros que ele citava sempre com frequência: o Livro das Horas Marianas (ao qual atribuía poderes miraculosos) o Livro da Missão Brevial e o Livro de Bolgotas (que eu nunca consegui sequer decifrar o que seja). Messias conta uma história de muitas viagens pelo país e pelo saber.

Eu iniciei esta vida de folião eu ia completar doze anos de idade, em Itaguatinga, Norte de Goiás. O meu professor chamava-se Honorino Moreira. Então, depois de eu exercer lá grande tempo, eu exerci em segundo lugar no Estado da Bahia, em Barreiras e uma colônia que tem abaixo do Morro do Chapéu, por nome Pedra Preta. Depois eu voltei a Itaguatinga e de lá eu vim pra Arraias.

Quando eu sai de Itaguatinga, eu estudei muito o Livro das Horas Marianas e o Livro de Missão Brevial, a Bíblia e também o livro: De Ti Depende a Tua Sorte, que explica a vida humana e a vida de Jesus e seus apóstolos. Aí eu exerci um giro do Divino. De Arraias eu exerci um giro do Divino e de São Sebastião num comercinho pequeno no município de Cavalcante, por nome Lapa. De lá fui pra Niquelândia, Goiás também. Ali eu fui folião dois anos, tanto do Divino quanto do Senhor Santos Reis. Bom, viajei para o Estado de Mato Grosso. Em Mato Grosso, eu fui folião de Folia de Reis, em Campo Grande, Três Lagoas e Cuiabá. Depois, quando eu voltei, eu fui pra Jacundá, divisa do Estado do Pará com Amazonas. Então eu vim de Jacundá e passei pelo Estado do Maranhão e fui folião de Reis em Pedreiras do Maranhão.

Lá eu assisti (ajudei) um terno e exerci cinco dias só. já cheguei do meio pro fim. Em 1944, eu fui folião de Reis em Carolina, no mesmo Estado do Maranhão, e também exerci um voto fora do tempo em Porto Nacional³⁷.

Depois eu fui pra o garimpo de São Luís, que naquele tempo eu tocava garimpo. De lá – em São Luís era um comerciozinho (um pequeno povoado) – eu fui folião de Reis. Depois, de lá eu fui, fiz uma viagem de Nova América para Mato Grosso, mas não deu certo o que eu pensava. Lá então eu fui até o Estado de Paraná e ali eu fui folião de Reis em Maringá e Londrina. Bom, vim e desci para o Estado de Minas e fui folião em Monte Carmelo, em Dolores de Indaiá, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia. Esses foram os lugares que eu exerci os meus giros de Reis...

Eu tinha quatorze anos apenas, tava com dois anos que eu era folião, que quando eu comecei a trabalhar nessa parte eu ia completar doze anos, quando saí a primeira vez no giro. Eu saí como auxiliar. Cantava junto com meu mestre, que era Honorino Moreira. Ele já era homem de noventa e dois anos, mas ainda cantava bem. Então ele sofreu um constipado e já tava com quinze dias de giro. E ele sofreu um constipado e não podia cantar mais. Que era o dia do Encontro de Bandeiras, e aí ele foi e disse: “como é que nós vamos fazer, Messias?” E eu disse: “o senhor fica perto de mim, porque se eu errar um verso o senhor me dá um sinal”. E ele disse: “certo”. Aí eu fui (com ele) e um senhor Digardo Ferreira pra me ajudar, e eu meti o peito. Aonde os outros foliões: tinha o senhor Diabrósio Leite, e tinha um por nome de Gregório Ferreira, que era os tais da parte da Conceição (do Araguaia?), do Norte de Goiás, e nós de Itaguatinga. E tinha o senhor Diabílio Batata.

Então tinha o ponto certo de encontrar todo o ano, debaixo de um arvoredado muito grande, que era um pé de jatobá. Então fazia um sombrero muito grande. Então dali até na sede da fazenda, o homem tinha capricho mesmo de convidar todo mundo, que todo ano ia de quinhentas a mil pessoas pra assistir este pouso, e era o Encontro (das bandeiras). E aquilo nós nunca tinha apanhado. E eu pensava: “mas não é possível!”

Então eu fui e sustentei um baralhado de fé. Ele cantou uma parte e eu cantei a outra. E vai, e vai e ele pedindo cantório, que o último verso num Encontro é o capitão pedindo um cantório na frente. Mas é explicando qual é esse. E assim vai, que quando o último cantório que eu pedi, eu pedi justamente o Rosário da Virgem Maria, que são quinze mistérios que os quinze mistérios encerra cento e cinqüenta versos. Então ele não sabia o Mistério da Virgem Maria; não sabia e pediu desculpa. Aí eu entre sozinho com a minha turma. Surrei o pau e cantei os cento e cinqüenta versos pra

³⁷ Folias de Santos Reis saem em seu tempo certo. No entanto, uma pessoa pode pedir a um embaixador que, para o pagamento de uma promessa, gire com a sua Companhia por três dias em qualquer outra época do ano. São jornadas “temporãs”, como é comum se dizer em Goiás e em Minas.

eles, aí eles perdeu a ponta da meada. Não teve mais jeito, né? Quando eu terminei de fazer a minha obrigação era seis e quinze da tarde e eu nunca repeti um verso, e não falei um verso fora da base da doutrina.

... E eu, sendo um de quatorze anos, tinha folião dos capitães deles que os mais novos tinha trinta e seis anos. Choravam pior que uma criança, que um homem de barba no rosto nunca ninguém tinha vencido eles, e aquele menino de quatorze anos vencia. Então passamos a noite assim. Quando foi no outro dia eu fiz a Despedida deles e eles tiveram que dividir a esmola deles no meio, entregando uma parte pra nós. Aí eu despedi eles e viajamos prum lado e eles pro outro.

Aí, graças a Deus, esse momento eu iniciei com quatorze anos de idade, e hoje eu já tô completando cinquenta e oito anos e ainda não achei um mestre pra me vencer. Mas não vou dizer que eu seja o maior. Eu digo o seguinte: “quero ser o menor”. (Quer dizer, mestre Messias, que tudo o que o senhor aprendeu foi lá em Itaguatinga?) Não senhor. Depois de lá, quando eu saí, eu peguei o Livro das Horas Marianas e fui estudar. Estudei as Horas Marianas, estudei o da Missão Brevial, o Livro de Bolgotas. Estudei muito a Bíblia.

*Depois adquiri um livro daqueles que diz: De Ti Depende a Tua Sorte, que explica a vida humana e a de Jesus com os seus apóstolos. Então eu estudei muito ele. Depois eu adquiri um livro da Vida de Jesus, que eu tenho ele até hoje. Aí eu estudei duma ponta na outra. Só teve uma partezinha dele que eu acho que a cabeça não coube mais. Porque a minha cabeça não é muito grande e ficou aquela partezinha dele que eu ainda não consegui decorar completamente. Quando eu vou cantar sempre erro uns quatro ou cinco versos. Porque a doutrina dos Magos perante a Vida de Jesus são seiscentos e vinte versos e eu tenho certeza que eu já sei, assim seguido, seiscentos e quatorze versos; mas ainda tem esses cinco e seis versos que eu ainda erro.
...*

Eu vou dizer pro senhor. O livro das Horas Marianas, o livro da Missão Brevial é outro livro difícil demais (de encontrar). Quem tem, tem; quem não tem, não tem. Os dois pega pareia (são semelhantes). O livro das Horas Marianas é grande. É quase do tamanho daquela Bíblia que o senhor me deu. E o livro da Missão Brevial é pequeno assim. É como o Novo Testamento. Mas é um livro tão bom, tão forte o efeito dele, que se ele cair dentro dum mato, pode estar cheio de capim seco ali, se ele cair lá o senhor pode por fogo; o fogo vai queimando, mas onde o livro tá não queima.

Eu tenho o prazer, que eu tenho ouvido muitas festas, principalmente dentro de minha casa. Eu tenho o meu caçula que tá me dando prazer. Parece que as cópias que eu tô guardando pra ele vai ser bem aproveitada (as que Aladares datilografa e devolve a mestre Messias). Assim, eu tenho fé em Deus que meu filho vai seguir tudo a mesma base, na mesma estrada. Isso

eu tenho fé em Deus e nos Santos Reis que seja bem aproveitado os espaços que eu faço pra ele sobre o ato doutrinal. E assim, não é só ele, como eu tenho o prazer que todos aqueles que têm trabalhado comigo, junto, siga com fé e amor. Eu penso que não é perdido, que não é um passo perdido. Pouquinhos palavras eu conheço, mas essas pouquinhos palavras eu tenho o prazer de ensinar pra qualquer um amigo que vem me procurar. Seja o meu próprio inimigo. Se, por exemplo, existir um inimigo e ele me procurar pra aprender a doutrina, eu explico. Eu tenho o prazer de explicar e orar a Deus por ele.

Até aqui, mestre Messias, goiano “do Norte”; lavrador, garimpeiro, servente de pedreiro, pedreiro; capitão de ternos de congo e moçambique³⁸, mestre de companhias de Folia do Divino, de São Sebastião e de Santos Reis. Este é o momento em que poderíamos, leitor, começar a realizar o que foi sugerido nas primeiras páginas do estudo. Reunir à volta de mestre Messias o depoimento de outros mestres da Folga e da Folia, e procurar aprender com as suas confissões de aprendizes. Há uma seqüência lógica que regula o trabalho social de transferência do conhecimento entre os agentes de cultura popular que temos acompanhado até aqui. Procuremos desdobrá-la.

1º) Há um dom, ele é o começo

É sobre o dom que o saber se cumpre. Sem ele o aprendizado do artista é uma dura tarefa sem frutos. Todos os meninos camponeses aprendem com os adultos o trabalho da lavoura. Apenas alguns aprendem artes de ofícios rurais. Um menor número ainda, entre todos, chega a ser adulto artista: sanfoneiros, violeiros, cantadores, compositores de moda de viola. Entre o saber comum do trabalho produtivo e o saber de especialista do trabalho do artesão ou do artista, existe o dado do “dom”, a “inclinação”, a “invocação”, o “jeito”, aquilo com que a pessoa nasce não por razões de herança direta – entre dez filhos de um folião apenas um pode herdar o seu “dom pra Folia” – mas por mistérios que não são para serem explicados. Se dentre nove irmãos apenas três são foliões e só um chega a mestre, a

³⁸ “O congo em grande parte é ato de uma doutrina original da Igreja e tem parte do Espiritismo, e tem certas partes diabólicas. Eu conheço a fundo e digo pra você que eu exerci como capitão de congo tanto em Dorés do Indaiá, Patrocínio e Uberaba. Eu sei, por conta disso. Tem partes que eles usa que não pertence a Deus. Eu não pude seguir com eles porque eu não aceito essas coisas”. Palavras de mestre Messias, de Goiânia.

diferença é entendida como uma distribuição desigual da natureza. É entendida também como uma diversidade pessoal de aproveitamento do dom.

Aquilo, desde oito anos eu tenho essa religião (a missão na Folia). Aquilo são gente que nasce com aquilo. É a mesma coisa: um que é de uma raça e outro que é de outra, de outra coisa. Já nasce com aquela idéia, né? Agora, aprende muita coisa (porque) desde pequeno tem aquela inclinação e encosta com quem sabe. É mesmo que um professor. Então vai trabalhando e aí vai até que toma responsabilidade. (Mestre Luizinho, de Santo Antônio dos Olhos D'Água, em Goiás)

Agora, a gente não nasce sabendo, mas nasce com o dom. porque quem não tem dom pra aprender a viola, não aprende. Não tem jeito. Os filhos do meu irmão não sabem nem pegar a viola; já meu filho já tá aprendendo. Ele gosta. (Mestre Antônio Teles, de Batatuba, em São Paulo)

Agora, pra aprender Folia tem que ter inclinação, porque cada pessoa tem um dom: uns pra estudar, outros pra trabalhar na roça. Cada um tem uma idéia. (Mestre Antônio, de São Luís do Paraitinga, em São Paulo).

Quem tem o dom possui o “gosto”. Dificilmente um atributo vem separado do outro. Na verdade uma das maneiras de demonstrar o dom é gostar de exercer aquilo para o que ele aponta. Mas entre agentes católicos de rituais camponeses a evidência do dom não se dá como entre magos e feiticeiros. Como regra geral, não existe um momento de descoberta dramática da presença da qualidade do diferente. Não conheço casos em que ele tenha sido descoberto através de sinais divinos posteriores a períodos de sofrimento ou provação, como pode acontecer entre benzedoras católicas e sacerdotes de Umbanda ou do Candomblé, por exemplo. A criança que descobre o dom através de começar a exercê-lo. “Pega a viola e toca, toma gosto, depois aprende”, dizia mestre Ovídio, de Abadia de Goiás.

O dom é um dado natural do exercício do saber. Não é sobrenatural e apenas raros mestres acreditam que ele seja, ou possa ser devido à intervenção de um ser do sagrado, embora, veremos ainda, possa ser alimentado e mantido por um santo padroeiro em favor de um devoto-artista. O folgazão ou o folião não se sentem obrigados – a não ser pelo compromisso moral do voto, da promessa ou de uma devoção ativa – a desenvolver o seu dom de artista sobre a fé do devoto, da mesma maneira como se entende que ao que possui o dom da bênção ou da mediunidade não sobra alternativa senão desenvolvê-lo ou sofrer. Repito, apenas um ato de vontade pessoal ou de obediência à vontade de um parente, por

exemplo, obrigam o *sujeito do dom* a exercê-lo como *agente do rito*; ator do ofício religioso que através de seu próprio exercício desenvolve o saber sobre a trilha aberta pelo dom.

O que é então o *poder* de alguns mestres? Um *poder* além do *dom*, porque enquanto um se aplica a qualquer tipo de trabalho de artista, o outro parece ser exclusivo do trabalho religioso e, por isso, o *poder* de alguns mestres supõe-se que, ele sim, é um dom da santidade. Recordemos fatos. Alguns mestres, alguns foliões, admitem que uma diferença entre um grande embaixador e outros artistas da equipe é que o primeiro pode ser assistido por forças sobrenaturais desde a sua iniciação. Vimos Aladares atribuindo a mestre Messias poderes que ele próprio lamenta não possuir ainda, seja porque não o recebeu como um poder *dado* pelo santo, seja porque não o desenvolveu como um saber de oração que *obrigue* o santo a ajudá-lo. O auxílio sobrenatural é um sinal da fé e não do dom, mas ele atua sobre a esfera do saber que desenvolve o dom do artista-devoto: infundindo na memória a “idéia” dos versos do repertório; iluminando a “idéia” do mestre no momento do improvisado; livrando-o dos malefícios “mandados” por outros – em geral outros mestres, “coisa de antigamente”; fazendo-o ter visões especiais do que acontece, ou de seres e situações do imaginário sobrenatural do rito.

Mestre Luizinho, de Santo Antônio dos Olhos D’Água, o mestre que usava esfregar nas mãos ovos de beija-flor quando começou a aprender “a arte da viola”, dá o seguinte depoimento:

Não é todos não, mas acontece assim. Comigo aconteceu assim de eu cantar a primeira vez sem ter muita experiência do que estava fazendo. E o povo achava que o Luís era o guia: “é o guia, mestre, ele sabe!” Sem eu saber quase nada... Sabe o que que é? É a divindade que manda pra gente. Depende de fé, é cantar firme e com fé, que a divindade manda pra gente igual um pingo d’água, assim, ó (ele imita algo entrando pela cabeça adentro).

Cantou o primeiro verso, o outro vem. Quando o contra-guia responde o que a gente cantou, o outro verso vem pra gente feito um pingo d’água.

Ali a divindade dá o recurso pra gente. A gente tá achando que não vai achar entrada ali, e tá cantando e tá pensando: “eu não acho entrada, como é que eu faço aqui?” Pois a divindade manda o recurso. Mando o verso consoante direitinho pra gente cantar na hora, na hora necessária. Não é os

guias que sabe, não, é a divindade que trás pra gente. Eu já vi diversas gentes falar isso mesmo...

Tem que ter o dom; não é qualquer um não. Não é qualquer um que pega a viola e dá conta de ter o dom. também o dom já vem do Espírito Santo. Já é o Espírito Santo, é Deus. É quem dá o dom praquilo: o guia da Folia, o rezador do terço, tudo é o dom de Deus, que já deu praquela pessoa. Agora, brincar de viola qualquer um brinca. Isso é coisa comum. Mas a coisa da divindade vem no dom do Espírito Santo. É o dom de Deus.

Este é o caminho pelo qual o dom revelado como uma qualidade natural do artista folião ou folgazão, manifesta-se como o poder dado pela divindade sobre aqueles a quem ela escolhe para serem mestres de uma equipe ritual do catolicismo popular, ou sobre aqueles que por méritos de fé persistente tornam-se capazes de atrair a ajuda do poder. Mestre Luizinho usa a palavra “dom” para falar do que Aladares e Messias chamam de “poder”, mas tanto em um caso como em outro, a diferença entre um atributo e outro é marcada. O próprio mestre Luizinho reconhece que uma coisa é o dom natural que faz o bom violeiro, enquanto outra coisa é o dom divino que o transforma no mestre de Folia. A “inclinação”, o dom natural é do próprio sujeito, não se explica e é otimizado através do aprendizado, do “ensino” de um mestre sobre um discípulo a quem guia para que ele desenvolva, como trabalho de artista camponês, aquilo que ele tem “de berço”, de nascimento. O “poder”, o dom sobrenatural, é a dádiva da divindade (Deus, o Espírito Santo, Santos Reis, São Gonçalo, o santo padroeiro pessoal), explica-se através da religião e é algo que se coloca sobre o “ensino”, como um tipo de saber que não é preciso aprender.

Do mesmo modo como entre benzedeadas e pais-de-santo, o limite da atribuição do poder da divindade é reservar a ela própria uma escolha antecipada de pessoas eleitas para serem mestres da Folga ou da Folia. O mesmo mestre Luizinho:

É por isso que não é qualquer um não. Tem que ter o dom do Espírito Santo. Tendo o dom a gente canta. É escolhido pelo Espírito Santo. As pessoas da Folia, os rezadores, vem escolhido pela Divindade.

2º) O dono do dom aprende

Nada se consegue sem o dom; nada se consegue só com ele. Desde menino, ao longo da adolescência, adulto, quando ainda folião ou quando já “um mestre formado”, todo o guia faz por inteiro uma viagem e os outros devotos-artistas caminham até o meio. Ele atravessa uma trajetória de aprendizados e acessos a postos dentro da equipe, onde o exercício do saber vai sendo cada vez mais “completo” e “profundo”.

Quase toda a história pessoal de aprender-e-ensinar é realizada dentro da equipe de trabalho ritual, desde quando um menino pequeno é incorporado a um “terno” ou a uma “turma” como um requinteiro, por exemplo, e, a partir de então, aprende os ofícios de cantar, rezar e tocar um ou mais instrumentos. Está é uma trilha do trabalho de aprender. Mestre Luizinho narra uma outra. Aquela em que um agente graduado ingressa na Folia depois de iniciado em artes e outros ofícios religiosos do campesinato.

Esse dom, eu desenvolvi (primeiro) os outros, desde o terço, que é a reza, até a guiação de Folia. Eu era rezador de terço profissional, mas da Folia eu não sabia nada, só brincar catira. Mas na música (de Folia) eu não sabia nada. (Então primeiro o senho aprendeu a rezação do terço?) Foi né? E depois brincar catira. Não sabia afinar viola. Depois aprendi afinar viola e fui aprendendo aos poucos. Aprendi a cantar feito “orela”, pra tirar as esmolos. “Orela” quer dizer contra-guia pra tirar esmola. Pra responder pra tirar as esmolos.

Meninos sob a força do dom, meninos filhos, netos ou sobrinhos de mestres e foliões, são empurrados ao dever de aprender (quando um pai inicialmente os força a isto), ou buscam realizar, por conta própria, o direito de aprender (quando um menino sem parentes foliões procura quem o ensine). Aprendem, repito, no ato do giro, “na jornada”, “vendo os outros fazerem e fazendo igual”, frase que mestres e contra-mestres repetem vezes sem conta. Entre unidades de trabalho ritual popular há aqui diferenças que é preciso estudar.

Equipes corporadas não *dentro de uma religião* (como a Folia de Reis), mas *como uma religião* (como o Candomblé), equipes, portanto, mais complexamente hierarquizadas e cujo trabalho religioso é contínuo e não esporádico (como a Folga de São Gonçalo), ou sazonal (como a Folia de Reis), criam espaços próprios, relações especiais e situações à

parte para a reprodução do saber necessário. Iniciados freqüentam camarinhas ou escolas dominicais. Antes de exercerem o ofício, aprendem o seu exercício. São especialmente iniciados *para*, e após um ou mais ritos solenes de iniciação ou de passagem, tornarem-se aos olhos de todos, agentes religiosos legítimos: iaôs, pais-de-santo, diáconos, presbíteros. Este é o sistema de transferência do saber dentro de unidade populares constituídas como igreja ou como seita. Seus sacerdotes, assim como os agentes populares de cura, são sujeitos no seu lugar, e realizam quase todo o seu trabalho religioso em um espaço fixo de culto – a roça de Candomblé, o terreiro, o centro, o templo, a casa da benzedeira – onde se dão, ao mesmo tempo, a prática ritual e a docente. Homens e mulheres no seu templo são especialistas de consultório e gabinete. Atendem em salas, casas de fundo de quintais, e aí ensinam. Não são raros os ritos populares que sacralizam lugares de culto coletivo como os da Umbanda ou de uma pequena seita pentecostal. Ali as pessoas chegam para invocar os seus deuses, relembrar a sua memória e trocar o seu saber.

Em casa o mestre da Folga ou da Folia é um lavrador pobre como Nego Bento, um carapina rústico como Quim e Bastião Bento, um jardineiro e ex-pescador como Diorando, um pedreiro como Messias, ou um funcionário público como Aladares em Goiânia, Luizinho em Corumbá de Goiás (professor leigo), ou Afonso em São Luís do Paraitinga. Apenas em casos muito raros um mestre de Folia será um funcionário religioso quase exclusivo, como mestre (Antônio) em São Luís do Paraitinga. Assim, não sendo sacerdotes e mestres populares todo o tempo, não o são também em um espaço próprio, reservado como lugar de puro trabalho religioso. A Dança de São Gonçalo é parte da Função que a equipe de um mestre da Folga faz na casa de um devoto promesseiro, a seu convite. Sabermos de muitas estradas, leitor, que a Folia de qualquer santo é essencialmente a viagem de um grupo de artistas-devotos, e a própria viagem – a “jornada” – é a alma do rito. Avessos ao templo e ao terreiro, foliões e folgazões são homens cujo *lugar* é a comunidade, ou são as comunidades rurais e “de periferia” por onde passam e até onde vão. São equipes hierarquizadas, estáveis em existência, mas esporádicas ou sazonais no trabalho ritual, e itinerantes.

Equipes de trabalho religioso semelhante, mas cujo cerimonial exige o conhecimento e a destreza de passos de dança, coreografia complicada e, não raro, longas e

difíceis dramatizações populares, como as Pastorinhas, os Marujos, os Congos, os Reisados, usam lugares próprios para o ensino coletivo, ainda que não possuam espaços simbólicos próprios de iniciação de noviços. Fora do alcance dos olhos de outros, quase sempre nos fundos da casa de um capitão-mestre, ternos de tiros do catolicismo popular geram momentos de ensaio. É neles que mestres ensinam, corrigem, observam desempenhos. Em Minas e em São Paulo, encontrei ternos de Congos onde havia um adulto chamado “cacique”, escolhido entre outros para ensinar aos meninos e corrigi-los, seja no lugar do ensaio, seja no próprio momento do exercício do “folguedo”.

Diferentes do Terno de Congos, tanto quanto da Roça do Candomblé, são as nossas pequenas equipes de foliões e folgazões. Além de não possuírem um lugar seu para o culto e se deslocarem sempre para realizá-lo, são equipes cujo exercício repousa sobre o desempenho de um mestre dirigente e solista; cuja ação é completada pela atuação coadjuvante da turma de cantores-instrumentistas ou dançadores. Entre elas não há espaços próprios e situações de ensaio da equipe, ou de iniciação de cada um de seus membros. Há, aqui, portanto, três alternativas de ensinar-e-aprender: 1^a) durante o próprio “giro” ou “função”, ou seja, como vimos, dentro do exercício direto do rito; 2^a) na relação dual entre um aprendiz que pede e um sabedor (mestre ou não) que dá o ensino; 3^a) no estudo pessoal do aprendiz, seja, por exemplo, no treino caseiro de toques de viola, seja na leitura dos “livros de doutrina católica”.

Meninos iniciados no ritual e no aprendizado de toques, canto e dança, aprendem durante as apresentações da Folga ou da Folia. Por isso, inevitavelmente, todos os foliões e folgazões dirão a quem pergunte que aprenderam *vendo e fazendo*. Muitas vezes assisti a pequenas cenas de aprendizado, tanto na periferia de cidades como Poços de Caldas, São Luís do Paraitinga, Goiânia, Goiás Velho, Atibaia, como em cantos de sertão de Goiás e Minas. Meninos participantes da Folga ou da Folia reunidos aos mais velhos, trabalhando com eles. Nas danças de São Gonçalo qualquer menino ou menina pode ingressar numa das “voltas” e dançarem diante do altar. Meninos – nunca meninas – melhor treinados, poderão fazer parte da própria equipe estável de folgazões, cumprindo todos os passos do rito. Em Batatuba, encontrei um menino de 12 anos que dançava sem erros entre os adultos e tocava viola, formando dupla com um velho folgazão. Nas folias de Reis de estilo paulista ou

mineiro, meninos são incorporados cedo ao grupo por causa da necessidade das vozes “quinta” e “sexta”, os finos gritos de requinteiros. Nas folias do Divino que conheci pelo menos em Goiás e São Paulo, meninos são indispensáveis. Em alguns lugares eles apenas cumprem sua parte dando infinitas vezes ao longo dos dias de jornada os seus finos gritos de fim de versos. Em outros, como em São Luís do Paraitinga e litoral Norte de São Paulo, eles tocam também instrumentos. Com os olhos presos no fazer dos adultos, eles fazem também e aprendem. O saber flui sem o ensino e, às vezes, parece que quanto menos é evidente, tanto mais é efetivo. Na festa dos gestos de uma equipe onde o trabalho ritual de cada um é fração do ofício de todos, as perguntas da teoria do saber (a doutrina, o fundamento) emergem das questões que a prática direta do fazer no ritual levanta. Muitas vezes vi meninos ocupados com um instrumento em um momento de descanso do grupo, procurando exercitar um toque, um som, ou procurando aprender uma habilidade ainda não desenvolvida. Outras vezes, mais raras, assisti a momentos de ternura em que um artista deixava de lado uma conversa de adultos roceiros e ensinava por instantes a um menino um toque de “caixa” ou de violão. Fora da escola o saber tem alma e o ensino é música.

Quando o devoto torna-se um folião, depois de já ser um artista popular, e não almeja “encargos” de comando, o seu aprendizado é feito durante as apresentações do terno. Sanfoneiros, violeiros-cantores, palhaços, atravessam muitos anos dentro de uma equipe sem preocupações maiores de aprender do que aqueles que os mantêm em um posto intermediário. Soldados a quem não tenta o oficialato. Tal como entre meninos, algumas vezes vi foliões e folgazões ocupados em aperfeiçoar um toque de viola, ou em aprender como um “companheiro” uma nova moda de catira. Isto acontecia nos intervalos do trabalho ritual, durante os dias do giro ou nas noites de Folga. Assim, para adultos e crianças, os momentos em que o grupo descansa, durante o período do trabalho, são situações de ensinar-e-aprender também aproveitadas.

Tal como acontece com qualquer violeiro ou rabequista do lugar, é provável que devotos-artistas ensaiem sua arte em casa, na caída da noite. Mas todos aqueles com quem conversei negaram que fizeram esforços extra e programados para aprenderem tanto o cantório quanto a doutrina. Todos, sabemos, menos aqueles para quem a maestria é o horizonte. Entre estes, solistas do rito e do saber, há uma ativa preocupação em buscar

conhecimentos de artista e de devoto. Mestres se procuram e se sucedem. Dentro da ordem rígida de postos e ofícios de trabalho ritual, um menino requinteiro destinado pelo pai a sucedê-lo, ou um adolescente com dom e vontade de vir a ser um mestre, desde cedo se ocupam em aprender mais do que os outros. São separados ou separam-se dos outros para serem aprendizes de mestres. Serão motivados ou pressionados a aprenderem o repertório e o improvisado, as regras do culto, os segredos dos mistérios e o fundamento do rito. Nas regiões rurais mais remotas, onde foi para os adultos de hoje difícil o acesso ao livro e à escola, as trocas de saber são orais. Discípulos aprendem também a doutrina no ato do giro, nos seus intervalos, em conversas entre “companheiros”, em conversas com mestres. São menos comuns as ocasiões em que um mestre chame a sós um aprendiz e o ensine fora dos dias de “jornada”. Na verdade, uma boa parte deste ensino é coletiva. Durante o cantório da equipe da Folia ou da dupla da Folga, todos podem ouvir e aprender. Aqui se dá a diferença. Menos atentos, esforçados ou dotados de dom, muitos aprenderão apenas para o “responso”; para responder ao repertório ao que o mestre começa e o contra-mestre continua. Poucos estarão atentos para gravarem do saber do mestre o fio completo do cantório, da moda de Catira. Durante o cantório de que é parte, o futuro mestre aprende e grava. Em três ou quatro biografias de mestres, meninos ainda, um dia eles surpreenderam os seus professores substituindo-os em um momento e repetindo sem erros as quadras a que durante muito tempo apenas responderam.

É também num momento em que um mestre se dispõe a falar sobre a doutrina, ou quando dois ou três mestres – onde eles são vários em uma Companhia – resolvem conversar sobre o assunto, que meninos e jovens com sonhos de saber chegam para perto e esforçam a “idéia” a aprender. Vi meninos e adultos aproveitarem a própria situação de minhas entrevistas com um mestre, para virem ouvir e aprender. Vários ouviram, alguns faziam comentários, perguntas; mas entre eles só um ou dois possuíam os sinais de quem gravava o fundamento e pensava sobre o “comentário”.

Ao ascender com a idade e a demonstração do dom a postos graduados, o discípulo chega perto do mestre. Torna-se social e fisicamente um próximo dele. Aos poucos toca e canta na linha de frente, ao seu lado, atrás dele. Aos poucos confirma, se é um filho ou parente, ou conquista, se é um não-parente, o direito de ser candidato à maestria e a obter

do mestre, portanto, favores especiais de ensino. Na Universidade, como na Folia, mestres gostam de continuadores e dedicam àqueles frente quem se vêem no espelho, o melhor de sua memória. Mais adiante um mestre divide com um ou dois discípulos responsabilidades de arte e comando. O futuro mestre começa, então, a aprender, praticando já como um mestre³⁹.

Mesmo que seja o filho mais velho de um mestre afamado, um discípulo que não comprove “inclinação”, ou que não se aproxime do pai, mestre, em saber e carisma, não chegará à chefia do terno. Mais de uma vez encontrei filhos e netos de grandes mestres da Folia tocando e cantando em postos de baixo, na mesma equipe onde primos ou mesmo jovens não-parentes subiam a posições de solo e chefia. Possuindo uma estrutura hierárquica de estilo militar, equipes de rituais coletivos do catolicismo popular não são pequenas monarquias, embora nelas os símbolos de realeza sejam tão comuns. Sendo o lugar do poder e do trabalho coletivos de que o mestre é um emissário, eles criam regras de consenso que qualificam a diferença do desempenho de seus artistas-devotos e, através de avaliá-los na prática do rito, redistribuem postos e poderes.

Algumas biografias são exemplos notáveis de como mestres e discípulos estudam. Quando sabem ou podem, usam livros, escritos e rascunho. O saber letrado circula entre camponeses muito mais do que costumamos imaginar. Velhos livros de piedade católica são relidos e consultados por alguns mestres. Não são raros os que, ademais da Companhia da Folia de Santos Reis, pertencem a alguma outra confraria laica. Dali os letrados trazem o costume da leitura, Mestre Messias, da Liga de Jesus, Maria e José, lia regularmente a Bíblia, hábito adquirido na cidade após os tempos do Vaticano II. Lázaro, João, Donquinha e outros mestres de Folia em Caldas, Minas Gerais, são “vicentinos” e, dentro e fora de suas reuniões, fazem uso da leitura de escritos de piedade católica. Os foliões da região de Fernandópolis em São Paulo, adeptos do “Movimento de Renovação das Folias de Santo Reis”, ia além. Através do impulso do padre José Jansen, liam com frequência livros antigos e atuais de doutrina católica. Durante algum tempo, fizeram mimeografar um jornal que era distribuído entre todos. Entre os velhos mestres tradicionais da Folga e da Folia, os

³⁹ Desde sociedades primitivas, alguns antropólogos insistem em que aprender é uma tarefa a que meninos entregam-se ativamente. Ver, por exemplo, em Margareth Mead: *Educación y Cultura* (Paidós, 1962), *Adolescencia y Cultura em Samoa* (Paidós, 1961).

antigos e hoje quase desaparecidos livros de devoção, como o Horas Marianas e o Manual do Devoto, são os mais procurados. Uma razão simples. Eles possuem menos lições doutrinárias complicadas, adotam um estilo catequético simplificado e, sobretudo, estão cheios de orações do passado. É delas e da “vidas de santos” que alguns mestres preferem aprender a “doutrina” e “tirar o repertório” dos cantórios que cantam e consagram.

Vimos que Aladares não só lia os livros que mestre Messias recomendava, como gravava e tirava cópias de seu repertório e doutrina. Mestre Luizinho de Santo Antônio dos Olhos D’Água, tinha cadernos com letras de cantórios de Folia, além de cordéis e romances nordestinos que decorava e gostava de declamar. Um comovente depoimento sobre os esforços de um discípulo para aprender com um parente, é um exemplo notável do modo como o saber popular combina alternativas orais e escritas de docência. Fala mestre Ovídio, em Abadia de Goiás.

De primeiro ele era de menor. Aí ele falava: “tio Ovide, dá as colunas pra mim aprender embaixar?” Daí eu falava: “você é de menor. Vai criar idéia primeiro. A gente tem que dar valor. Você é de menor, não vai dar valor, pode às vezes abandonar essas coisas”. Quando ele estava com 20 anos, chega um tio dele por parte de mãe, Tião Bento, e disse: “Seo Ovide, eu quero suas colunas”, que quer dizer, a música, a letra. “Eu tenho um livro de Reis, o Nascimento, a Bíblia Sagrada em verso. Aí a gente faz letra e música também”.

Agora, isso é muito custoso, é com espaço de tempo, é um estudo (mestre Ovídio comenta a pretensão de Bastião Bento em favor do sobrinho). Ele disse: “eu não vou ser embaixador, mas eu quero conhecer”. Aí eu dei pra ele e ele entregou pro sobrinho. Com espaço de tempo meu sobrinho passou as minhas colunas pra outro caderno. Quando dei fé, meu sobrinho estava embaixando. Isso é vocação. Já embaixou muitas folias. Ele também faz versos igual a mim. A gente canta um dando responso pro outro (alternando-se no cantório das duas primeiras vozes). Agora, isso aí é com estudo, cada dia vai multiplicando-se e não tem fim. A Bíblia, por exemplo, é devagarinho, porque se quiser resolver tudo de uma vez, aí acumula e não resolve nada.

Do mesmo modo, mestre Antônio Teles escreve o que cria e decora o que escreve e, assim, faz do improvisado o repertório e do repertório a memória do que guarda para ensinar aos outros.

Faz 25 anos que eu cantei esse Caruru (última e longa “volta” da Função de São Gonçalo, em geral cantada e dançada ao amanhecer) e nunca mais cantei. Cantei só nessa festa. Eu tenho um pouco da ciência da Bíblia e eu escrevi os versos. Depois decorei todos e cantei. Eu fui fazendo e escrevendo mais ou menos 50 versos para cantar. Quando eu vi que estava mais ou menos – porque o caipira não faz as coisas certas... o Português – aí eu decorei e cantei. E foi surpresa que metade das pessoas que tava assistindo o Caruru choraram durante aquela noite (de emoção, o que não é raro, dada a beleza e o envolvimento afetivo que cerca o final de uma noite inteira de dança devota).

Ao filho pequeno, em quem o mestre reconhece o seu difícil sucessor, ele pensa ensinar com os atos do rito e também com os escritos que faz.

Por exemplo, o meu menino, no pé e nas palmas ele já é bom. Até nas festas que ele ia – tinha uns 8 anos – o povo ficava só de olhos nele. Ele era pequeno e já fazia certo. Mas pra dança de viola (formar dupla com outro cantador e comandar o cantorio da Folga), ele tá aprendendo tocar de viola. Mas a voz dele eu acho que não dá, não ajuda. Eu não tô nem esforçando ele pra ele cantar porque a gente não pode esforçar, né? Porque o que vem de dentro a gente não coloca; se o dom é pra isso, dele é que vem. Agora, a gente ajuda ele tocar viola. Agora, os versos, se ele quiser cantar, até posso tirar num papel pra ele decorar. Mas eu acho que ele não tem vocação pra cantar, porque tem que ter dom, vocação, voz.

Finalmente, a parentes, companheiros e outros, mestre Antônio Teles oferece ensinamentos também por escrito. Reconhece que mais do que apenas um artista que cria e canta, ele é uma memória. Afinal, quem é o mestre senão aquele que sabe fazer, ou sabe lembrar aquilo que os outros da equipe apenas conseguem repetir? Mais evidente na Folia do que na Folga, onde em uma mesma noite várias duplas de violeiros-folgazões podem substituir-se no cantorio de cada “volta”, o ensino fundamental de um mestre é a memória da fala do rito – os versos, as quadras, as colunas – de que o fundamento, a doutrina, são um “comentário”. Aladares diria: “um saber profundo”.

Agora, na turma de São Gonçalo não gira dinheiro (não recebem pelo trabalho que fazem). As pessoas entram de espontânea vontade e a gente explica pra eles: “faça assim, faça assim”. Quando eles querem aprender, a gente pode ir na casa deles cantar com eles, porque tem muitos deles que canta pra São Gonçalo e ele não tem facilidade de fazer os versos. Então ele aprende de outro; os versos que ele canta não é dele. Por exemplo, se tem um que quer cantar, um que sabe dançar mas não tem facilidade de fazer os versos, então ele aprende de outro. Se ele tem facilidade de cantar, pode vir

aqui. Eu faço. Eu canto quantos (versos) canta no altar e escrevo tudo e entrego pra ele. Eu falo: “decora e canta que dá a volta certa”. Ele decora o canto que dá certinho e volta. Agora, eu faço de improviso na Dança de São Gonçalo.

Mais de uma vez surpreendi mestre Aladares em sua casa lendo e relendo os escritos de Mestre Messias. Escritos que antes gravara, transcrevera a mão e, finalmente, datilografara. As quadras desconhecidas eram repetidamente cantadas até serem aprendidas. Mas as seqüências de trocas de saber não param aí. Depois de haver usado para o presente estudo o outro anterior os quatro cadernos em que transcrevi várias entrevistas com mestre Messias, com Aladares e com mais alguns mestres foliões, dei-os a Aladares, nos dias do “giro da Folia de Dona Ana”, em 1983. Aladares guardou os cadernos junto com os escritos que coleciona há muitos anos. Morto o mestre, poderá reler a memória de sua vida e doutrina.

c) Quem aprende como mestre é reconhecido como aquele que sabe

Não quero que nossa viagem entre mestres da Folga e da Folia termine, leitor, sem que convoquemos para que fale sem pressa, mestre Antônio Teles, de quem até aqui ouvimos fragmentos do saber. Ele, que entre todos é conhecido entre Atibaia e Piracaia como “O Folgazão”, e a respeito de quem dizem os outros: “O mestre dos mestres”, poderia ajudar-nos, aprendizes também, a concluir. A sua longa fala encerra este capítulo. O que pensar sobre ela inicia o outro, o que conclui o estudo.

Eu aprendi a dançar Caruru com meu pai. Quando eu tinha 8 anos de idade eu já dei uma “volta” dançando, como a gente fala por aqui; eu de mestre, cantando e outro ajudando. Mas eu sempre ajudava meu pai. Depois ele ficou meio doente e já tava cansado, devido à doença dele, porque ele morreu moço, morreu com 52 anos. Eu aprendi porque vem da raça, não vem? Depois eu dançava com meu irmão, mas como ele pegou serviço de viajante, numa festa ele ia, na outra não podia ir. Então (eu assumi) pra não dar mau exemplo pros outros companheiros. Porque a dança de São Gonçalo cada um tem um sistema, cada turma, cada batalhão de São Gonçalo, e tudo corresponde uma coisa só.

E outra, o mestre, o guia, é o que canta de guia. Agora, o mestre que canta de guia (e ensina aos outros) é mestre dos mestres, no caso meu. Ele é

mestre de dança e dança de viola. Agora, eu danço, sou compositor dos versos, de música e de toque de viola, e sou mestre dos mestres.

Quer dizer que todos os mestres da minha turma – ou batalhão, como queira – eles obedecem a mim. Eu sou mestre porque cada batalhão tem um mestre de todos. Por exemplo, eu tenho de 26 a 30 companheiros. Tenho companheiro que canta de viola, faz volta com outra pessoa, tem os que tira e tem os palmeiros. Então eu sou mestre dos mestres, de todos.

Quando aparece um pra marcar festa, então eles vem aqui em casa e quem marca sou eu. Sou eu que avisa todos os companheiros. Eu que controlo tudo. Por exemplo, no Congo tem o capitão; agora, no São Gonçalo é mestre, o chefe da turma. Agora, os companheiros tem disciplina. Se é um dia de muita chuva, só por força maior que pode deixar de ir na reza, porque se é uma promessa (de quem veio pedir a Folga de São Gonçalo) e os companheiros não vão, eu não posso fazer sozinho. Quando ele entre na turma, ele assume o compromisso. Só por força maior pra ele não comparecer nas festas.

Agora, eu tenho o meu batalhão, porque aqui tem diversos, mas cada um tem o seu. Agora, a festa é eu que marco. No ano passado eu dancei 46 folgas. Agora que a idade está mais, eu marco no máximo três danças por mês...

Eu, da Dança de São Gonçalo eu gosto muito. Eu tenho como religião a devoção a São Gonçalo e desde pequeno eu gostava e meu pai gostava muito também. Então ele ia em festa e me convidava e eu ia. E, como eu gostava, aprendi com ele e depois continuei. Ele faleceu e então eu fiquei no lugar dele como mestre dos mestres. Meu pai, ele parou. Um pouco mais ou menos uns 6 meses antes dele morrer, ele me chamou e perguntou: “você quer ficar, fica; fica você mestre dos mestres”. Ele falou uma coisa e em alguma festa eu faço o contrário do que ele falou. Porque ele disse pra mim: “a primeira volta e o Caruru você faz”. Mas como eu tenho muitos companheiros e como todos eles fazem (sabem tocar de viola), em algumas festas eu faço a primeira e a derradeira volta. Em outra eu faço a primeira e mando eles fazerem a derradeira. Outra, um faz a primeira e eu a derradeira, porque eu tenho muitos companheiros. Porque a Dança de São Gonçalo é pra quem tem devoção com São Gonçalo.

Porque, pra mim, o que eu peço pra São Gonçalo ele dá, (se) não pedir uma coisa absurda. Por exemplo, essa (Folga) que eu vou fazer no dia 12, foi uma graça que alcancei quando eu comprei essa casa. E se Deus quiser dia 12 vou pagar essa promessa...

Tipeiro é (assim): uns cantam e outros é uma voz comprida, só aquele é tipeiro. É o tipeiro e o ajudante do tipeiro; normalmente tem duas pessoas que cantam aqui (mostra com as mãos a posição dos dois último na fila dos

que cantam e dançam). E além dele ser tipeiro, ele é palmeiro e bate com o pé também. Agora, tem muitos que sabe bater o pé, bater a mão, mas não sabe cantar de viola e nem de tipe. Mas, como se diz, “eles são bons de pé e a palma”. Eles são companheiros do mesmo jeito, só que eles não canta.

Agora, mestre dos mestres é que toma conta da turma, do batalhão. Ele normalmente sabe mais. Por exemplo, se uma pessoa aprende comigo ele é discípulo meu, se ele aprende com outro é discípulo do outro. Mestre dos mestres é o que toma conta da turma, ele é o encarregado de tudo. Quando meu pai me ensinou eu era discípulo dele. Agora eu tenho muitos e muitos discípulos, que são seus discípulos até virar mestres. Na turma a gente vê os que tem mais dom e sabe mais lidar com os companheiros. Porque não é porque sou mestre que vou ser rígido com os companheiros não. Então, nas festas, às vezes eu vejo que os companheiros estão cansados. Primeiro eu entro, pra depois chamar eles, não é? Pra eles vir também. Por exemplo, uma dança com 5 pares (já) está bem. O violeiro mais 5 pares atrás, já está bom, já dá uma dança bem boa. Agora, eu, quando eu vejo que tem uns que tá muito cansado, eu não vou chamar ele pra dar mais uma volta. Então deixo ele descansando e outro dança, outro entra pra dançar.

Porque a noite geralmente eu faço 6 voltas: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª volta: é o Caruru, Cururu, é o encerramento da Função e chama Cururu. Agora, na minha festa eu não vou dançar, porque eu, sendo festeiro, os folgazões agradece (ao santo padroeiro em nome do festeiro) e o festeiro pede a dança de São Gonçalo pros folgazões. Agora eu, como dono da festa, acho que não ficaria bem eu mesmo cantar pra mim, porque na minha opinião, não fica certo eu mesmo agradecer a eu (porque o festeiro, de certo modo, fica sendo um devedor à equipe de dançadores que o ajudam a pagar a promessa ao santo). Agora, dia 26 tem uma aqui em Batatuba e dia 10 tem outra.

... Agora, eu tenho nas danças de São Gonçalo (um costume). Algumas vezes eu faço o Catira de São Gonçalo, que é a mesma dança de São Gonçalo, mas só que é diferente o modo de dançar Catira de São Gonçalo. É da mesma Dança de São Gonçalo, só que o jeito de bater o pé, bater a mão e cantar é diferente. É uma dança antiga do São Gonçalo e é religiosa também. A gente faz na frente do altar com beijamento e tudo. Os versos é religiosos. É Catira de São Gonçalo, porque o jeito de bater o pé e a mão é diferente.

Isso eu inventei. Fiz uma vez e o povo gostaram, acharam bonito. E é da mesma religião de São Gonçalo, da mesma dança. Em algum lugar que eu vou, eu danço. Só não faço sempre porque eu tenho muitos companheiros. Então, pra mim dançar duas, três voltas e deixar o outro companheiro meu que sabe dançar também, sem dançar, eu não acho justo.

Isso não é por ser mestre que só eu canto, só eu danço. Por que só o mestre? Ele sozinho não é nada. O mestre sozinho nada pode fazer, porque ele

depende dos companheiros, dos ajudantes dele, dos tipeiros, dos palmeiros, dos batedores de pé, dos capelões. Depende de tudo. É uma festa, uma dança que ocupa bastante de gente pra fazer o compromisso e fazer a dança. Como é que chega um mestre no altar sozinho? Ele não faz nada! É como em alguns versos (que) eu canto: “se não fosse meus companheiros / Eu não sou ninguém”. Eu sozinho não sou nada na Folga, porque não posso fazer nada. Tem que ter os companheiros, no mínimo 8 companheiros. É coisa que não tem outro jeito de fazer.

9. “Aprendi assim. Foi”

Há um momento em que o devoto torna-se um artista-devoto. Seguindo a trilha da descendência da família, ou então “encostando” em uma equipe de trabalho ritual do catolicismo popular, o camponês acrescenta à vida rotineira da lavoura e de outros cuidados das estratégias de sobrevivência, o exercício, o conhecimento e a identidade que um tipo de trabalho simbólico ao mesmo tempo exige e atribui, no interior das estruturas sociais de trocas comunitárias do campesinato.

Os depoimentos transcritos até aqui apontam para duas alternativas de acesso do folião ou do folgazão a postos de comando e sabedoria dentro de equipes como as da Folia e da Folga. Primeira. Ele sucede simplesmente ao mestre que o formou, quando este morre ou se aposenta do ofício. Sucede-o primeiro alternando com ele o solo do cantório e a direção do grupo e, depois, assumindo por inteiro o “encargo” de chefe. Segunda. Ele passa por uma prova exemplar, em geral quando ainda menino ou adolescente, através da qual demonstra aos olhos de todos o saber que tem e as qualidades que conquistou para ser um mestre.

Parece haver aqui uma regra que estabelece a diferença. Entre discípulos “com inclinação”, aqueles que trabalham em equipes de pais, ou de outros ascendentes familiares que os reservam para a maestria, simplesmente sucedem os seus mestres em um momento determinado por eles para que isto aconteça. Mestre Antônio Teles, mestre Ovídio, mestre Lázaro de Jardinópolis são bons exemplos. Há direitos de herança de bens simbólicos que, a não ser em casos de incompetência comprovada, o discípulo descendente reclama e recebe da equipe, na comunidade. Aqueles que aprendem fora da família – mestre Messias,

mestre Aladares – precisam passar por algum momento de prova pública. Sem direitos de herança familiar, precisam ser notáveis para chegarem a ser mestres reconhecidos. É necessário que perante os outros demonstrem que são únicos, de modo a que, diante de todos, os seus mestres comprovem, no exercício exemplar do ofício, as qualidades indiscutíveis de um futuro embaixador de Folia, ou de um futuro chefe de batalhão da Folga⁴⁰.

Através da garantia da sucessão de mestres e outros “oficiais”, pequenos mas muito difundidos rituais do catolicismo popular garantem a sua reprodução. Um aspecto importante em toda a trama de relações entre mestres e discípulos, entre chefes e chefiados na Folga e na Folia, não foi tocado até aqui. Mais do que um artista notável, como um exímio sanfoneiro, ou mais do que um sabedor excelente, como um velho sábio camponês contador de histórias, o mestre acreditado é, daí para a frente, um empresário do saber e do ofício. Quando mestre Antônio Teles canta para dizer que não é nada sem os companheiros, ele não afirma a modéstia; ele diz a verdade. Líder de uma equipe de seguidores voluntários – porque mesmo quando tenham um voto perpétuo com o santo padroeiro, podem ser de sua equipe ou de outra – o mestre depende de gerar, ter e manter pessoas que ocupem os cargos do grupo. Tendo aprendido, ele precisa ensinar e se o primeiro ato foi voluntário – mesmo quando inicialmente imposto pelos pais – o segundo é obrigatório – mesmo quando não há mais ninguém para impô-lo – a não ser que o mestre queira que o seu terno de trabalho morra com a sua morte ou deserção do ofício. Artista de solo, chefe de grupo, embaixador de uma “companhia” ou de um “batalhão”, ele é também e essencialmente um professor. Ter à sua volta quem queira aprender com ele é um atestado do seu valor, tanto quanto aquele que produz quando realiza com perfeição a sua parte na cerimônia devota. Não há discípulos sem o dom, assim como não pode haver mestres sem discípulos. Dentro da equipe, mas estabelecendo entre si relações de trocas de saber e de favores mútuos que se realizam à parte, professores e aprendizes do mundo rural fazem e são, eles próprios, as

⁴⁰ Em seu estudo a respeito do sistema de benzedura na periferia de Campinas, a antropóloga Elda Maria Rizzo acentua a importância da situação e do momento da prova que torna legítimo o trabalho do agente de cura popular. Ver: *A Produção do Saber Popular e a Reprodução do Benzedor em Campinas*, um dos estudos de *Estrutura e Processos Sociais de Reprodução do Saber Popular – Como o Povo Aprende* (UNICAMP, mimeo, 1982).

redes vivas de trabalho docente através dos quais o saber necessário de uma fração da cultura camponesa flui e se torna uma tradição atual e acreditada.

Folias de Santos Reis são unidades autônomas de ofício religioso do catolicismo popular. São, vimos, frações da ordem social e da cultura de comunidades camponesas, ou de grupos de camponeses migrados para a periferia das cidades. Ao contrário de outras unidades sociais de trabalho produtivo ou simbólico, não existem como parte de instituições inclusivas, internas ou não à comunidade camponesa. Sabemos que cada mestre comanda a sua equipe de foliões e não obedece a outra autoridade que não seja o consenso coletivo da tradição consagrada da cultura de que é parte. No interior dos sistemas locais de reprodução do saber, algumas agências separam a prática pedagógica de todas as outras, submetem-se a instâncias de decisão mais amplas do que a de cada unidade de trabalho direto e estabelecem uma divisão interna entre uma esfera de trabalho docente e uma esfera de administração do trabalho. Um grupo escolar da rede estadual de ensino, uma paróquia da Igreja Católica, ou um “campus avançado” de uma universidade, são bons exemplos.

Outras agências são autônomas com relação a instâncias externas de poder. Ainda que boa parte do trabalho pedagógico seja realizado submerso em outras práticas sociais, há espaços e situações próprios para o aprendizado e, não raro, rituais de iniciação. Algumas vezes há uma divisão entre o trabalho docente ou sacerdotal, no caso de um grupo religioso, e o trabalho administrativo. Na sede de um município agrário como São Luís do Paraitinga ou Caldas, uma pequena igreja pentecostal ou uma escola de samba são exemplos visíveis.

Algumas páginas atrás, falei em grupos rituais do catolicismo popular como os ternos de congos e moçambiques, comuns ainda em algumas cidades de Minas, Goiás e São Paulo, não muito longe de onde fiz o trabalho de campo do presente estudo. Autônomos frente a poderes externos à comunidade de inclusão, muitas vezes tais ternos congregam-se em irmandades e confrarias que, mesmo sem possuírem controle sobre a decisão de seus capitães, são instâncias de consenso. Entre eles há ensaios e locais de ensaios. Chefes de ternos não só se ocupam, como os mestres foliões, da formação dos seus discípulos, como cuidam para que a equipe atualize a qualidade de sua atuação mediante treinos periódicos. Quando o terno é grande ou faz parte, como em Machado, Minas Gerais, ou Catalão, Goiás, de ordens corporadas mais amplas: a Irmandade de São Benedito, o Reinado, pode haver a

divisão entre uma esfera de trabalho ritual e uma outra de trabalho burocrático. Há carreiras de postos mais hierarquizados do que no caso de uma Companhia de Santos Reis, e há situações de ensino mais estruturadas.

Sabemos que equipes de Folia de Reis são grupos de trabalho religioso cujo domínio de inclusão é o de sua comunidade rural ou “de periferia”. Fora casos absolutamente excepcionais, como o do “Movimento de Renovação das Folias de Santos Reis” do interior de São Paulo, não estão incluídas em nenhum outro grupo religioso mais amplo de controle. Do mesmo modo, não observam separações internas entre uma esfera ritual e outra burocrática ou docente. O mestre é, ao mesmo tempo, o agenciador responsável pela Companhia, o especialista docente e o artista principal. Nele se ocupam as funções do sacerdote, do professor e do chefe. Sem outro poder a não ser o que lhe é dado pela credibilidade que a equipe e a comunidade atribuem ao seu saber de artista e devoto, e ao seu carisma de dirigente, a ele cabe dirigir o grupo que canta e guiar o canto do grupo.

A despeito de que entre os de seu Batalhão de São Gonçalo, Antônio Teles seja conhecido como “o mestre dos mestres”, dirigentes de três ou quatro outras equipes de Folga não aceitam dele qualquer tipo de autoridade jurídica ou mesmo docente. Ao contrário, há mestres em Atibaia que criticam a sua liberdade em fazer improvisos sobre a tradição do canto e da doutrina. Tanto na Folga quanto na Folia, a ordem social e docente do rito existe completa na ordem e na prática de cada equipe. Não é o acaso que, enquanto nas festas de congos e moçambiques o festejo de louvor ao santo padroeiro se cumpra através do trabalho coletivo e articulado de vários ternos onde isto ainda é possível, na Dança de São Gonçalo, mesmo quando duas, três ou cinco equipes trabalhem em um mesmo espaço – um mesmo fundo de quintal roceiro, por exemplo – cada uma faz, isolada e plenamente, a totalidade de seu rito. Isto acontece quando algum promesseiro fervoroso faz voto a São Gonçalo de patrocinar em sua casa e por sua conta uma Função com dois, três ou cinco altares. Mais isoladas são as Folias, que jornadeiam cada qual “pro seu lado” e durante o percurso do giro evitam encontrar-se. Apenas em alguns casos, como no das Folias do Divino de Mossâmedes, em Goiás, quatro Companhias reúnem-se na praça da cidade para, dentro da igreja, fazerem a “entrega”, o rito do final da jornada.

Ternos de folgazões e foliões são o lugar suficiente do aprendizado e em cada um deles se dá por inteiro o processo de reprodução do saber do rito.

Pouca coisa causa e cria mais embaraços para um aprendiz do que a ambição de aprender com mais de um mestre ao mesmo tempo e, portanto, ao mesmo tempo dentro e fora de sua Companhia.

Se nos fosse possível olhar e compreender a comunidade camponesa como procuramos decifrar as pequenas equipes da Folga e da Folia, veríamos que em boa medida ela é isto: uma complexa estrutura de tipos diferentes de redes, situações e espaços sociais onde, entre si, as pessoas trocam serviços e significados. Submetidas aos padrões de cultura que tornam possível compartilhar a vida social, diferentes categorias de atores da comunidade distribuem e perpetuam formas de trabalho, esferas de ação, posições e compromissos. Para que esses mesmos padrões de cultura circulem e orientem tanto a conduta quanto a identidade social dos seus participantes, cada um dos domínios de vida e trabalho – a família, a parentela, a vizinhança, as equipes corporadas, os grupos transitórios, a comunidade – incorporam às suas práticas diferentes estratégias e situações de transmissão do conhecimento. Das relações duais simples, dentro das quais pelo fio dos anos a menina camponesa aprende com a mãe, até as relações complexas de uma equipe estável de trabalho ritual, por toda a parte, onde quer que sujeitos sociais troquem bens e serviços, há também trocas de símbolos através dos quais entre si eles se ensinam-e-aprendem.

O folião de Santos Reis pode não ter clara a idéia de que realiza um trabalho que, mais do que torná-lo um devoto ativo de um sistema de crenças, torna-o um emissário de símbolos e significados indispensáveis à reprodução da ordem da vida de que é parte. Ele pode não ter clara a idéia de que é um elo de uma das inúmeras cadeias de trabalho coletivo que, recriando a *devoção* faz e refaz através dela a *cultura*. No entanto, para ser parte desta cultura e do mundo que ela realiza, tanto ele quanto qualquer outra pessoa “do lugar”, existem no interior de grupos sociais que ao mesmo tempo em que organizam formas internas próprias de vida e trabalho, estabelecem as regras e os processos de reprodução de valores e conhecimentos que dizem o que são, entre quem se repartem, a quem servem e como devem ser realizados a vida e seus trabalhos.

